



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**RICÉLIA MARIA MARINHO DA SILVA**

**SETOR TERCIÁRIO:  
FORMALIDADE E  
INFORMALIDADE – ALGUMAS  
ESPECIFICIDADES DA  
(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO  
URBANO DE BAYEUX – PB**

**NATAL  
2005**

RICÉLIA MARIA MARINHO DA SILVA

**SETOR TERCIÁRIO: FORMALIDADE E INFORMALIDADE -  
ALGUMAS ESPECIFICIDADES DA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO  
URBANO DE BAYEUX – PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Conceição Gomes.

*NATAL, 2005.*

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCHLA  
Divisão de Serviços Técnicos

**S 500 a**

Silva, Ricélia Maria Marinho da.

Setor terciário e informalidade: algumas especificidades da (re) produção do espaço urbano de Bayeux – PB / Ricélia Maria Marinho da Silva. – Natal/RN, 2005.

210 p.: il.

Orientador (a): Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Conceição Gomes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Setor Terciário. 2. Espaço urbano. 3. Informalidade. 4. Geografia Urbana. I. Título

RN/UF/BSCH

CDU 911.3:33

RICÉLIA MARIA MARINHO DA SILVA

**SETOR TERCIÁRIO: FORMALIDADE E INFORMALIDADE - ALGUMAS  
ESPECIFICIDADES DA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BAYEUX –  
PB**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.

Aprovada em Natal, 04/10/2005.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Conceição Gomes  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Emilia de Rodat Fernandes Moreira

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Maria do Livramento Miranda Clementino

*Dedico este trabalho a,  
Gustavo Sales,  
Josefa Marinho (Pequena),  
Rosemary, Antônio  
e Emilia Moreira*

## AGRADECIMENTOS

Acredita-se que no momento de qualquer construção de base científica, trilham-se caminhos solitários, mas ao mesmo tempo, percebe-se que não é bem assim. Momentos solitários e de angústias existem, mas sempre aparecem pessoas que surgem muitas vezes como luzes no fim do túnel. E assim, pode-se dizer que muitas pessoas surgiram, muitas delas chegaram, aportaram, mas infelizmente precisaram partir, mas antes de ir, felizmente, deixaram suas marcas pessoais e/ou intelectuais.

Assim foi o que aconteceu ao conhecer D. Noemi, mulher forte, requintada, inteligente, política, perspicaz, guerreira, uma das pernambucanas mais paraibana que conheci, e que se eterniza em meus melhores pensamentos.

Mulher de fibra também é uma Pequena gigante (minha mãe) que ensinou as primeiras lições, a melhor maneira de se pegar num lápis, bem como, que o caminho necessário para garantir uma condição de vida digna era o saber, pois este é um tesouro que se leva, mesmo quando o corpo já não existe. Mas também, ensinou que tudo tem que ser feito com amor, e muita dedicação. E na verdade, foi sempre o que se recebeu dela.

Mãe e madrinha (intelectual e matrimonial), um eterno exemplo de vida e de sabedoria, é Emilia Moreira. Mais uma guerreira na minha vida. Sempre compartilhando experiência, é uma pessoa que, vivendo num meio que se pode comparar a um “poço sem fim” de egoísmo, competição e individualidade sempre ensinou que a solidariedade é a melhor opção, e que o saber precisa ser disseminado de uma maneira mais social e humanitária.

Assim também é a maneira de trabalhar de Rita de Cássia, minha orientadora e amiga, uma mulher que esteve sempre presente nos momentos difíceis acadêmicos e pessoais. Mesmo sem entender como é que ela dá conta de tantas atividades ao mesmo tempo, mas vai ser uma pessoa que não esquecerei por tudo que ela é.

À Livramento a palavra obrigada perde seu significado diante do apoio profissional que me conferiu, quer seja através de sua relação de orientadora de Gustavo, quer enquanto coordenadora da base de pesquisa que tão bem nos acolheu. Posso afirmar que tens a minha eterna admiração.

Uma pessoa que muito contribuiu, principalmente promovendo discussões profundas em ambientes “profanos” foi Marconi Gomes. Apesar dele nem ter notado, mas foram sempre muito proveitosos os momentos em que se falava de autores e obras do mundo sociológico e, sobretudo, do econômico. Várias referências utilizadas foram frutos das discussões, pode-se se dizer que se este trabalho é algo concreto hoje, isso se deve aos momentos abstratos que criamos, e até mesmo da possibilidade de se repassar informações, que sozinha com certeza não teria sido possível.

A disciplina de Sociologia do Trabalho, ministrada pelo Prof. Dr. Valdemar, que contou com pessoas como o próprio Marconi, Zéu, Ricardo Espínola, Rizoneide, dentre outras, ajudou no aprofundamento de algumas questões indispensáveis na discussão que nos propomos.

Companheiro de todas as horas, Gustavo é muito mais que meu esposo, é uma pessoa que sempre contribuiu diretamente nessa caminhada, de modo solidário, sempre se preocupando com o meu melhor desempenho, e sem poupar suas observações, seja no âmbito técnico, no âmbito científico, ou mesmo no pessoal. Te Amo por tudo que és!!

Outro companheiro importante é Péricles (meu sogro) que sempre está presente na minha vida, juntamente com Gustavo. Não posso esquecer que no momento do trabalho de campo, juntamente com Wellington, enfrentou todas as dificuldades e diversão que fazem parte dessa etapa da pesquisa e da vida.

Assim, não se pode esquecer de Antonio (meu pai), de Rosemary (minha irmã), de Inácia (minha sogra), de Suyane (esposa do meu cunhado), de Leonardo (meu cunhado), de Marizinho (tio de Gustavo), de Tia Neide e sua família. Nem também, de Aduino e Júnior, de Rosana, de Danilo, de Cris, da turma do DELE (Departamento e Entretenimento do Mestrado e Doutora das Ciências Sociais), de todos os meus colegas, professores, e funcionários do Mestrado em Geografia e das bibliotecas setorial e central que sempre estão prontos para atender.

Enfim, a todos que participaram direta e indiretamente com esses momentos de vida e aprendizagem, que refletem diretamente na minha visão de mundo, e que se encontram nas entrelinhas desse trabalho, meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o setor terciário e a (re)produção do espaço urbano de Bayeux-PB. Para tanto, fez-se necessário à construção de uma abordagem teórica que contextualizasse a realidade nacional, para se poder entender a realidade local. Essa maneira de construir permitiu uma abertura do campo de visão quanto à relevância de se estudar o setor terciário e seu peso diante da atual configuração da sociedade num país como o Brasil, e especialmente em um município de um Estado nordestino, como é o caso de Bayeux. A abordagem teórica teve como base os dois circuitos da economia urbana, a reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho, bem como, a organização espacial e a distinção entre o espaço econômico e social das atividades terciárias, a partir da lógica de funcionamento dos estabelecimentos: a regulamentação. Além de trabalhar com dados oficiais referentes ao setor terciário, o estudo empírico teve como referência cento e sessenta e um estabelecimentos terciários, localizados em quatro eixos de circulação do município de Bayeux – PB, quais sejam: Av. Liberdade, Av. Engenheiro de Carvalho, Av. Francisco Marques da Fonseca e Av. Marechal Rondon, que surgiram impulsionadas pelos processos de urbanização e industrialização vivenciados a partir dos anos 70 tanto na “Grande João Pessoa” quanto, nos países do mundo capitalista subdesenvolvido, como o Brasil. Sendo assim, o objetivo do trabalho foi estudar o setor terciário e sua relação com a (re)produção do espaço urbano, ressaltando a lógica de funcionamento .

Palavras-Chave: Setor terciário; Espaço Urbano; Os dois circuitos da economia urbana; Formalidade; Informalidade; Bayeux-PB.

## **ABSTRACT**

This work has as study object the tertiary sector and (the re)production of the urban space of Bayeux-PB. For in such a way, one became necessary to the construction of a theoretical boarding that context the national reality, to be able itself to understand the reality local. This way to construct allowed an opening of the field of vision how much to the relevance of if ahead studying the tertiary sector and its weight of the current configuration of the society in a country as Brazil, e especially in a city of a State northeastern, as it is the case of Bayeux. The theoretical boarding had as base the two circuits of the urban economy, the productive reorganization and the transformations in the world of the work, as well as, the space organization and the distinction between the economic and social space of the tertiary activities, from the logic of functioning of the establishments: the regulation. Besides working with referring official data to the tertiary sector, the empirical study it had as reference one hundred and sixty and establishments tertiary, located in four axles of circulation of the city of Bayeux - PB, which are: Av. Liberdade, Av. Engenheiro de Carvalho, Av. Francisco Marques da Fonseca and Av. Marechal Rondon, that they had appeared in such a way stimulated for the processes of urbanization and industrialization lived deeply from years 70 in the "Great João Pessoa" how much, in the countries of the underdeveloped capitalist world, as Brazil. Being thus, the objective of the work was to study the tertiary sector and its relation with (the re)production of the urban space, standing out the functioning logic.

Key-word: Tertiary sector; Urban space; The two circuits of the urban economy; Formality; Informality; Bayeux-PB.

## LISTA DE FIGURAS

	Página
<b>FIGURA 1</b> – Bayeux entre os rios: Paroeira e Sanhauá.....	33
<b>FIGURA 2</b> – Ponte sobre o rio Sanhauá.....	34
<b>FIGURA 3</b> – Microempresa voltada ao ramo comercial de produtos e insumos agrícolas.....	109
<b>FIGURA 4</b> – Pequena empresa voltada à distribuição de produtos alimentícios e derivados.....	109
<b>FIGURA 5</b> – Estabelecimento do setor terciário informal disputando o espaço com uma parada de ônibus.....	150
<b>FIGURA 6</b> – Estabelecimento do setor terciário informal construído na mesma estrutura do local de residência do proprietário.....	150
<b>FIGURA 7</b> – Estabelecimento do setor terciário informal ocupando a calçada e, os pedestres andando sobre o eixo viário.....	150
<b>FIGURA 8</b> – Estabelecimento móvel localizado num espaço público destinado a realização de uma festa popular em Bayeux-PB....	151
<b>FIGURA 9</b> – Estabelecimento móvel guardado num local improvisado em frente à residência do proprietário em Bayeux-PB.....	151

## LISTA DE GRÁFICOS

	Página
<b>GRÁFICO 1</b> – Evolução populacional de Bayeux – 1960 a 2000.....	38
<b>GRÁFICO 2</b> – Comportamento dos setores econômicos do Brasil, segundo as taxas reais de crescimento do PIB – 1950, 1960 e 1970.....	79
<b>GRÁFICO 3</b> – Comportamento dos setores econômicos do Brasil, segundo as taxas reais de crescimento do PIB – 1980-1983.....	86
<b>GRÁFICO 4</b> – Comportamento dos setores econômicos do Brasil, segundo as taxas reais de crescimento do PIB – 1983-1990 .....	87
<b>GRÁFICO 5</b> – Pessoas ocupadas nos setores econômicos do município de Bayeux – 1985 a 2000.....	93
<b>GRÁFICO 6</b> – Setor terciário formal de Bayeux – PB de 1970 a 2000.....	97
<b>GRÁFICO 7</b> – Representação das empresas existentes nos setores econômicos urbanos brasileiros em 2002, segundo o porte.....	107
<b>GRÁFICO 8</b> – Representação das empresas existentes nos setores econômicos urbanos brasileiros em 2005, segundo o porte.....	107
<b>GRÁFICO 9</b> – Participação dos setores econômicos, segundo o número de estabelecimentos existentes em Bayeux – PB até o primeiro semestre do ano de 2005.....	124
<b>GRÁFICO 10</b> – Setores econômicos e número de estabelecimentos existentes em Bayeux de 1985 a 2002.....	125
<b>GRÁFICO 11</b> – Formas de revenda das mercadorias em Bayeux – PB, segundo o número de estabelecimentos terciários registrados até o primeiro mês de 2005.....	126
<b>GRÁFICO 12</b> – Números de empregados por estabelecimento, segundo os setores econômicos Bayeux em 1985 – um destaque para microempresa.....	128
<b>GRÁFICO 13</b> – Números de empregados por estabelecimento, segundo os setores econômicos Bayeux em 2002 – um destaque para microempresa.....	129
<b>GRÁFICO 14</b> – Entidades jurídicas dos estabelecimentos existentes em Bayeux até o primeiro mês de 2005.....	130
<b>GRÁFICO 15</b> – Remuneração mensal dos empregados, segundo o número de estabelecimentos comerciais existentes em Bayeux em 1985	131

<b>GRÁFICO 16</b> – Remuneração mensal dos empregados, segundo o número de estabelecimentos de serviços existentes em Bayeux em 1985.....	132
<b>GRÁFICO 17</b> – Remuneração mensal dos empregados, segundo o número de estabelecimentos comerciais existentes em Bayeux em 2002.....	133
<b>GRÁFICO 18</b> – Remuneração mensal dos empregados, segundo o número de estabelecimentos de serviços existentes em Bayeux em 2002.....	134
<b>GRÁFICO 19</b> – Remuneração mensal dos empregados, segundo o total de estabelecimentos de todos os setores econômicos existentes em Bayeux em 1985.....	135
<b>GRÁFICO 20</b> – Remuneração mensal dos empregados, segundo o total de estabelecimentos de todos os setores econômicos existentes em Bayeux em 2002.....	135
<b>GRÁFICO 21</b> – Comparação da Participação de homens e mulheres no setor terciário de Bayeux nos anos de 1985 e 2002.....	137
<b>GRÁFICO 22</b> – Comparação da Participação de homens e mulheres na atividade comercial de Bayeux nos anos de 1985 e 2002.....	138
<b>GRÁFICO 23</b> – Comparação da Participação de homens e mulheres na atividade de serviços de Bayeux nos anos de 1985 e 2002.....	138
<b>GRÁFICO 24</b> – Jornada de trabalho dos empregados, segundo o total de horas trabalhadas no setor terciário de Bayeux em 2002.....	139
<b>GRÁFICO 25</b> – Tempo de serviço dos empregados, segundo os meses de permanência no setor terciário de Bayeux em 2002.....	140
<b>GRÁFICO 26</b> – Distribuição dos estabelecimentos de serviços segundo o local de instalação - Bayeux de 1960 ao primeiro mês do ano de 2005.....	141
<b>GRÁFICO 27</b> – Distribuição dos estabelecimentos comerciais segundo o local de instalação - Bayeux de 1960 a janeiro de 2005.....	143
<b>GRÁFICO 28</b> – Estabelecimentos do setor terciário de Bayeux que compôs a amostra da pesquisa de campo em 2005.....	144
<b>GRÁFICO 29</b> – Entidade jurídica dos estabelecimentos no setor terciário de	

Bayeux que compôs a amostra da pesquisa de campo em 2005.....	149
<b>GRÁFICO 30</b> – Remuneração mensal dos proprietários dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux-PB que compôs a amostra da pesquisa de campo em 2005.....	155
<b>GRÁFICO 31</b> – Remuneração mensal dos empregados e/ou ajudantes dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux-PB que compôs a amostra da pesquisa de campo em 2005.....	157

## LISTA DE MAPAS

	Página
<b>MAPA 1</b> – Estado da Paraíba – Localização da Mesorregião da Mata Paraibana e em destaque o município de Bayeux.....	32
<b>MAPA 2</b> – Atual configuração do espaço urbano de Bayeux – PB.....	35
<b>MAPA 3</b> – Malha urbana do município de Bayeux – PB.....	36
<b>MAPA 4</b> – Unidades Morfológicas do município de Bayeux: Planície flúvio-marinha e tabuleiro costeiro.....	37
<b>MAPA 5</b> – Distribuição das unidades educacionais públicas e filantrópicas localizadas em Bayeux – PB.....	115
<b>MAPA 6</b> – Concentração e diversidade dos estabelecimentos terciários nos eixos de circulação de Bayeux – PB.....	142
<b>MAPA 7</b> – Estabelecimentos terciários entrevistados, localizados na Avenida Liberdade – Bayeux/PB.....	145
<b>MAPA 8</b> – Estabelecimentos terciários entrevistados, localizados na Avenida Engenheiro de Carvalho – Bayeux/PB.....	146
<b>MAPA 9</b> – Estabelecimentos terciários entrevistados, localizados na Avenida Francisco Marques da Fonseca às margens da BR 101-230 – Bayeux/PB.....	147
<b>MAPA 10</b> – Estabelecimentos terciários entrevistados, localizados na Avenida Marechal Rondon – Bayeux/PB.....	148

## LISTA DE TABELAS

	Página
<b>TABELA 1</b> – Posição ocupacional das pessoas com 10 anos ou mais de idade atuando no Estado da Paraíba entre 1990 e 2002.....	101
<b>TABELA 2</b> – Número e Percentagem das empresas existentes nos setores econômicos urbanos brasileiros em 2002, segundo o porte.....	106
<b>TABELA 3</b> – Índices de escolaridade, segundo os setores econômicos formais de Bayeux-PB, em 1985.....	117
<b>TABELA 4</b> – Índices de escolaridade, segundo os setores econômicos formais de Bayeux-PB, em 1995.....	118
<b>TABELA 5</b> – Índices de escolaridade, segundo os setores econômicos formais de Bayeux-PB, em 2002.....	119
<b>TABELA 6</b> – Números de estabelecimentos discriminados segundo as atividades terciárias e às atividades dos outros setores econômicos, existentes em Bayeux de 1985 a 2002.....	126
<b>TABELA 7</b> – Faixa etária dos empregados do setor terciário de Bayeux-PB em 1985.....	136
<b>TABELA 8</b> – Faixa etária dos empregados do setor terciário de Bayeux-PB em 2002.....	136
<b>TABELA 9</b> – Gênero de atividade dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux em 2005.....	152
<b>TABELA 10</b> – Valor estimado da receita dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux em 2005.....	153
<b>TABELA 11</b> – Escolaridade dos proprietários dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux em 2005.....	155
<b>TABELA 12</b> – Número de empregados e/ou ajudantes nos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux em 2005.....	156
<b>TABELA 13</b> – Benefício social dos empregados e/ou ajudantes nos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux em 2005.....	158
<b>TABELA 14</b> – Escolaridade dos empregados e/ou ajudantes nos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux em 2005.....	158
<b>TABELA 15</b> – Dificuldades de operacionalização dos estabelecimentos devido à mão-de-obra ocupada no setor terciário de Bayeux – PB em 2005.....	160

## LISTA DE SIGLAS

- ABET** – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
- ASSIMPI** – Associação Nacional dos Sindicatos das Micro e Pequenas Empresas da Indústria
- ASSIMPEC** – Associação Nacional dos Sindicatos das Micro e Pequenas Empresas do Comércio
- BB** – Banco do Brasil
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
- CAGEPA** – Companhia de Água e Esgoto do Estado da Paraíba
- CCSA** – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- CCHLA** – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
- CEBRAE** – Centro Brasileiro de Assistência Gerencial Pequena Empresa
- CEF** – Caixa Econômica Federal
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CGC** – Cadastro Geral do Contribuinte
- CIAN** – Companhia Industrial de Alimentos do Nordeste
- CITEX** – Companhia Têxtil Industrial
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- CODEFAT** – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador
- CPP** – Crédito Produtivo Popular
- DEGEOC** – Departamento de Geociências
- ESG** – Escola Superior de Guerra
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEME** – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
- IE** – Instituto de Economia
- IFCH** – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
- IG** – Instituto de Geografia
- INSS** – Instituto Nacional de Seguridade Social
- JUCEP** – Junta Comercial do Estado da Paraíba

**MEP** – Micro e Pequena Empresa

**MTb** – Ministério do Trabalho Brasileiro

**MET** - Ministério do Trabalho e do Emprego

**PEA** – População Economicamente Ativa

**PIA** – População em Idade Ativa

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIPMO** – Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra

**PNAD** – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

**PO** – População Ocupada

**PROGER** – Programa de Geração de Emprego e Renda

**RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas  
Empresas

**SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SESC** – Serviço Social do Comércio

**SESI** – Serviço Social da Indústria

**SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**SM** – Salário Mínimo

**SNFM** – Sistema Nacional de Formação de Mano de Obra

**SIMPI** - Sindicato das Micro e Pequenas Empresas da Indústria

**SIMPEC** – Sindicato das Micro e Pequenas Empresas do Comércio

**SIMPLES** – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e  
Contribuições das Microempresas e Empresas de  
Pequeno Porte

**SINE** – Sistema Nacional de Emprego

**UFPB** – Universidade Federal da Paraíba

**UFRN** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2 - SETOR TERCIÁRIO: ELEMENTO QUE ORGANIZA E REFLETE AS MANEIRAS DE (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BAYEUX-PB.....</b>	<b>31</b>
2.1 - (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BAYEUX: UM DESTAQUE PARA O SETOR TERCIÁRIO.....	32
2.2 - (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SETOR TERCIÁRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA.....	40
<b>3 - SETOR TERCIÁRIO – DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA ÀS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....</b>	<b>68</b>
3.1 - CONTEXTUALIZANDO O SETOR TERCIÁRIO A PARTIR DO CAPITALISMO.....	70
3.2 - TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO: UM DESTAQUE PARA O SETOR TERCIÁRIO.....	92
<b>4 - O SETOR TERCIÁRIO DE BAYEUX NA VIRADA DO SÉCULO: MISTO DE FORMALIDADE E INFORMALIDADE.....</b>	<b>122</b>
4.1 - O SETOR TERCIÁRIO FORMAL DE BAYEUX – PB REVELADO A PARTIR DOS DADOS DA JUCEP E DA RAIS.....	123
4.2 - O SETOR INFORMAL DESVENDADO ATRAVÉS DA PESQUISA DE CAMPO.....	144
<b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>161</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
ANEXOS.....	176

## 1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho é um marco pessoal de uma caminhada no universo da ciência e, mais especificamente, da ciência geográfica, (se é que se pode chamá-la dessa maneira). Assim, é na tentativa de descobrir alguns mistérios desse mundo do trabalho, que se tem a pretensão de estudar, especificamente, o setor terciário e sua relação com a (re)produção do espaço urbano da cidade de Bayeux – PB. Para tanto, fez-se necessário a construção de uma abordagem teórica que contextualizasse a realidade nacional para se poder entender a realidade local. Essa maneira de construir permitiu uma abertura do campo de visão quanto à relevância de se estudar o setor terciário e seu peso diante da atual configuração da sociedade num país como o Brasil e especialmente em um município de um Estado nordestino, como é o caso de Bayeux.

A construção teórica que alicerça este estudo pode ser explicada a partir da visualização do fluxograma seguinte, que será descrito ao longo desse tópico e do trabalho como um todo.



**Fluxograma 1:** Construção teórico-metodológica da dissertação. Idealizado e construído por: Ricélia Maria Marinho da Silva. Em: 23/10/2003.

Trata-se de uma elucubração que parte da relação entre espaço e sociedade, cujo aporte são os diversos modos de organização da sociedade, nos quais todos os indivíduos podem ser vistos como um agente ativo, responsável pelas mudanças, formação e reforma, organização e reorganização e quiçá desorganização do espaço urbano.

Assim, pensa-se que o espaço urbano pode ser organizado para responder positivamente às exigências do capital em vários âmbitos, sejam regionais, nacionais e internacionais.

Esta organização do espaço urbano e até mesmo o reorganizar na maioria das vezes significa que algumas mudanças irão acontecer na cidade. Via de regra essas mudanças pode ser positiva ou negativa para a sociedade. Mas, quase sempre elas atingem diretamente duas funções, quais sejam: a econômica e a social. Acredita-se que isso aconteça porque, essas funções são na verdade, as bases da reestruturação produtiva do trabalho, e assim, são as principais responsáveis pela geração das atividades pautadas nas especializações das tarefas.

Essa especialização das tarefas além de ter uma ligação direta com a possibilidade de inserção ou de exclusão de um indivíduo, ou mesmo de uma sociedade, também faz parte da condição de existência das cidades e do espaço urbano. Uma vez que, sabe-se que a existência de uma cidade está subordinada a identificação de alguns elementos, tais como: a divisão do trabalho; a divisão da sociedade; a acumulação tecnológica; a produção de excedente agrícola; um sistema de comunicação e uma certa concentração espacial de atividades não agrícolas (SILVEIRA, 2003).

Estes elementos que estão subordinados à cidade colocam em pauta a divisão do trabalho distingui-o entre a agricultura e o artesanal. Bem como, a separação entre o campo e a cidade que teve como pano de fundo o desenvolvimento do capitalismo e a divisão do trabalho, que se desenvolveram ao longo da história de maneira ininterrupta. O que se viu ao longo dos anos é que houve, como diz Mandel (1982), uma “crescente socialização objetiva do trabalho, mesmo com a produção generalizada de mercadorias”, que possibilitou uma centralização de atividades nas cidades ampliando cada vez mais a divisão do trabalho.

Com a ampliação da divisão do trabalho nota-se, a geração de novas mercadorias que são meticulosamente produzidas a partir do convencimento e estabelecimento da necessidade de se consumi-la. Percebe-se então que, atualmente há uma evidência do aumento do consumo que articulado ao avanço técnico-científico e informacional passa a ser algumas características da sociedade moderna. O que não se pode perder de vista é que, apesar desses elementos aparecerem como representantes da modernidade e do progresso, eles trazem consigo um forte poder de destruição e/ou reconstrução, de maneira seqüenciada. Ou seja, são elementos capazes de minimizar ou mesmo extinguir uma ou mais atividades que comandam as economias locais mesmo que estas tenham se estabelecido antes mesmo de sua implantação.

As economias locais, ou seja, àquelas que dão suporte à dinâmica econômica de uma cidade, estão ligadas direta ou indiretamente ao avanço técnico-científico e informacional e a dois processos: a industrialização e a urbanização.

No Brasil, até as primeiras décadas do século XX, o crescimento urbano se deu na esteira da atividade agrícola, o que explica o fato de haver um crescimento populacional maior no interior do que nas capitais dos estados. A partir do final da década de 40 e durante a década de 50, mas se consolidando durante a década de 70, percebe-se algumas transformações desencadeadas pelo advento da industrialização, e dentre eles pode-se destacar o crescimento populacional e as novas configurações espaciais e econômicas.

As novas configurações espaciais e econômicas apontam para um processo de centralização do capital, que resulta na concentração e/ou dispersão das atividades econômicas nas cidades. Atualmente, o que se percebe é que este fato vem se dando de modo oscilatório, ou seja, o duplo caráter desse processo acontece de maneira específica variando consoante ao local. Há cidades, e até mesmo regiões que concentram mais atividades primárias, enquanto outras concentram mais atividades secundárias, e outras que concentram mais as atividades terciárias.

As atividades terciárias podem oscilar entre: unidades que se voltam para a atender às exigências de uma camada da sociedade que é minoria em números, mas que se torna a responsável pelo aumento do consumo de produtos de luxo; e, unidades que voltam suas atividades para suprir as necessidades básicas da

camada da sociedade que é maioria em número, mas que não tem poder direto de consumo dos artigos de luxo, uma vez que não dispõe de capital para tal.

O que se percebe diante do contexto histórico nacional e local é que o terciário, que também pode ser identificado na literatura como, o setor das atividades intermediárias, ou mesmo, serviços, vem crescendo tanto em tamanho quanto em importância, dia após dia.

Para identificar esse crescimento buscou-se construir um estudo que passasse por várias escalas. De maneira bem geral, percebe-se que a realidade dos países subdesenvolvidos, em específico do Brasil, aponta para um desenvolvimento econômico com características específicas e um setor terciário também com especificidades particulares. Isso permitiu alguns autores, a exemplo de Quijano, Jacqueline Beaujeu-Garnier e Denis Lambert, designarem o setor terciário, respectivamente, de pólo marginal da economia, terciário primitivo e terciário refúgio (SANTOS, 2004a).

Essas designações, a respeito do setor terciário têm suas bases nas discussões teóricas da economia tradicional, que versam sobre as mudanças estruturais que ocorreram na fase de reorganização da economia rural para a industrial, destacando apenas modificações no emprego e não no produto.

É possível perceber que a visão tradicional não aceitava que o setor terciário fosse uma atividade econômica produtiva, uma vez que se questionava quanto à geração de renda e do produto provenientes desse setor.

Considerava-se, inicialmente, que as atividades terciárias referiam-se apenas à formação de um setor complementar aos outros setores produtivos formados pelas atividades primárias (atividades agrícolas, pecuárias, extrativa vegetal e animal) e às atividades secundárias (atividades industriais).

Numa visão mais atual, como a apresentada por Dweck *et al* (1999), é possível perceber que o setor terciário brasileiro seguiu a mesma trajetória internacional, apresentando um aumento da participação dessas atividades, tendo como base dois processos fundamentais: a industrialização e a urbanização desencadeada na década de 70 em diante.

Este fato provocou transformações na estrutura econômica nacional, uma vez que, ao se tratar do setor terciário, notava-se que o emprego e a renda foram aspectos que demonstraram uma evolução positiva, mesmo que, em contrapartida, em muitos casos não se verifica esta mesma evolução em aspectos

como: ocupação da mão-de-obra, produtividade e preço. Deve-se ressaltar que estes últimos são elementos que estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento político, social e econômico de cada país, região ou unidade federativa.

Observa-se que, seguindo esta tendência nacional, em Bayeux, o setor terciário vem se expandindo ao longo dos anos. Essa expansão vem se dando tanto em relação ao aumento do número de estabelecimentos, quanto ao número de pessoas ocupadas. Só que a qualidade da ocupação, a remuneração pelo trabalho, a qualificação dos proprietários, bem como, da mão-de-obra ocupada são aspectos interessantes e que, merecem destaques, uma vez que é a partir desta análise que perceber-se as principais características desse setor, bem como, do próprio processo de desenvolvimento econômico.

No entanto, para a realização deste estudo, uma série de procedimentos e técnicas de pesquisa foram utilizadas, tais como as que estão descritas a seguir.

- *Pesquisa exploratória*

A pesquisa exploratória consistiu:

- a) no levantamento bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico foi realizado junto à Biblioteca Central da UFRN, da UFPB e da UNICAMP. Bem como, as bibliotecas Setoriais do CCSA, do CCHLA (UFRN); do DGEOC, do CCSA (UFPB); do IG, do IE e do IFCH (UNICAMP) e; por último, também através da *Internet*. O levantamento documental foi realizado junto a CAGEPA, onde foi possível obter cópia das fotografias aéreas de Bayeux de 1998, e junto ao IBGE, onde se obteve uma cópia da planta da cidade de Bayeux;
- b) no levantamento de dados secundários. Os dados secundários foram colhidos: junto aos Censos de Serviços, publicados pelo IBGE, relativos a 1970, 1980 e 1985; no Anuário Estatístico do Estado da Paraíba publicado pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal do Estado da Paraíba (IDEME-PB) em 1995 e 1999; Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000; PNAD de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001 e 2002 e; o cadastro da Junta Comercial do Estado da Paraíba de 1970 a 2005.

- c) no estudo da planta do município de Bayeux. A planta da cidade foi estudada por diversas vezes. Procurou-se identificar e delimitar os bairros da cidade, identificar o traçado da via férrea e da Br-230/101, a localização do aeroporto, dos eixos internos de circulação e a localização de alguns equipamentos urbanos;
- d) na visita a área objeto de estudo. Após o estudo detalhado da planta da cidade ,foram realizados vários trabalhos de campo, visando o reconhecimento “*in locu*” do lugar objeto de estudo. Esta fase contou com a colaboração/participação dos moradores e estudiosos de Bayeux;
- e) na elaboração do roteiro de trabalho de campo e;
- f) na elaboração do questionário-teste e do questionário definitivo.

- *A análise dos dados secundários*

Os dados secundários foram organizados em tabelas e em seguida foram processados utilizando-se recursos matemáticos e estatísticos simples, tais como, porcentagem e variação, e posteriormente foram analisados utilizando-se o método descritivo-interpretativo.

Utilizou-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que é um instrumento de coleta de informações instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75. A RAIS tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País, e ainda, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Os dados coletados pela RAIS constituem expressivos insumos para atendimento das necessidades: da legislação da nacionalização do trabalho; de controle dos registros do FGTS; dos Sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários; de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP. A Fonte dessas e, de outras informações encontram-se no seguinte *site*: <http://www.mte.gov.br/Empregador/rais/Conteudo/oque.asp> .

A origem dos dados da RAIS é informações repassadas pelos proprietários e/ou responsáveis pelos estabelecimentos de todo o país, para o Ministério do Trabalho. Estes são disponibilizados, através de uma série de CD's-

ROM, às instituições de ensino e pesquisa, juntamente com um Programa Computacional denominado de SGT, que foi desenvolvido exclusivamente para cruzar os dados de acordo com a finalidade da pesquisa e, que podem ser desagregados até na escala municipal. Como se pode evidenciar no *site* do Ministério do trabalho, são obrigados a entregar anualmente as informações:

- ✓ inscrito no CNPJ com ou sem empregados - o estabelecimento que não possuiu empregados ou manteve suas atividades paralisadas durante o ano-base está obrigado a entregar a RAIS Negativa;
- ✓ todos os empregadores, conforme definidos na CLT ;
- ✓ todas as pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as empresas públicas domiciliadas no País, com registro, ou não, nas Juntas Comerciais, no Ministério da Fazenda, nas Secretarias de Finanças ou de Fazenda dos governos estaduais e nos cartórios de registro de pessoa jurídica;
- ✓ empresas individuais, inclusive as que não possuem empregados;
- ✓ cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas;
- ✓ empregadores urbanos pessoas físicas (autônomos e profissionais liberais) que mantiveram empregados no ano-base;
- ✓ órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal, inclusive as fundações supervisionadas e entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalização do exercício das profissões liberais;
- ✓ condomínios e sociedades civis;
- ✓ empregadores rurais pessoas físicas que mantiveram empregados no ano-base;
- ✓ filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior.

Fonte: <http://www.mte.gov.br/Empregador/rais/Conteudo/oque.asp>. Acessado em: 27/12/2004.

No órgão estadual, denominado de Junta Comercial do Estado da Paraíba (JUCEP), conseguiu-se informações sobre a quantidade de empresas formais instaladas em Bayeux desde 1970 até o ano de 2005. A partir desses dados, foi possível também desagregar e retirar as informações referentes ao porte, localização municipal e setor econômico. Nota-se que as quantidades de estabelecimentos registrados apresentam uma diferença de exatamente 62 estabelecimentos a mais do que podem ser contabilizados durante a pesquisa de campo, acredita-se que esse fato tenha sido fruto das práticas de alguns proprietários de estabelecimentos que, algumas vezes, mudam de endereço ou fecham o estabelecimento, mas não atualizam o cadastro junto ao órgão responsável, como exemplo, pode-se citar a Casado (estabelecimento comercial de material de ferragens) e a LCR (Lojão que fabricavam e vendiam roupas tipo jeans), mas que estavam sem funcionar no período dessa pesquisa e por isso não foram contabilizadas.

- *Trabalho de campo*

O trabalho de campo foi realizado em três fases:

a) A primeira fase do trabalho de campo

No primeiro momento do trabalho de campo, foi necessário realizar um estudo detalhado da planta da cidade de Bayeux, obtida junto à Companhia de Água e Esgoto do Estado da Paraíba (CAGEPA) e efetuar a delimitação dos bairros na planta com base nas informações colhidas durante a investigação, bem como, junto à Prefeitura Municipal e algumas pessoas residentes no município de Bayeux. Confirmava-se assim a existência ou não da rua e/ou mudanças na sua denominação e/ou no seu traçado de modo a contribuir para uma revisão/atualização da planta utilizada. As informações colhidas eram reunidas e repassadas para um banco de dados, criado através da utilização do programa computacional Excel. As informações colhidas em todos os bairros constituíram a base para a determinação de uma amostra para a aplicação dos questionários. Esse trabalho foi realizado entre o segundo semestre de 2004 e os primeiros meses de 2005.

b) A segunda fase do trabalho de campo:

A segunda fase do trabalho de campo compreendeu três momentos: o da elaboração de um questionário-teste; o da escolha de um bairro para aplicação do questionário e; o da aplicação do questionário-teste. A área escolhida foi a do bairro do Baralho. Sua escolha relaciona-se a alguns fatos considerados, naquele momento, importantes para a pesquisa: trata-se da área onde se deu o processo inicial de ocupação do espaço municipal e é muito próximo de João Pessoa. O questionário-teste foi aplicado em 5 estabelecimentos de serviço existentes no bairro.

c) A terceira fase do trabalho de campo

O terceiro momento do trabalho de campo compreendeu a aplicação dos questionários revisados e definitivos. Depois de detectados e discutidos os problemas apresentados pelo questionário-teste, foi elaborado um novo questionário que serviu de base para o levantamento feito durante a pesquisa direta numa amostra selecionada.

Um dos problemas enfrentados pela pesquisa foi a determinação da amostra. A proposta era a aplicação de questionários em todos os bairros a partir de uma amostra proporcional definida com base no primeiro levantamento de campo e determinada a partir de um modelo estatístico. A inviabilização deu-se pelo fato de não termos conseguido formar uma equipe suficiente para tal feito, dentro dos limites de prazo estabelecidos pelo Programa de Pós-Graduação de Geografia (PPGe); nem contamos com o apoio da Prefeitura Municipal de Bayeux, estes fatores foram determinantes para a mudança da definição da amostra.

Depois de estudar o quadro geral do setor de serviços em cada área urbana (bairro ou eixo de circulação) levantado na primeira fase do trabalho de campo, concluímos que os eixos de circulação composto pela Avenida Liberdade, Avenida Engenheiro de Carvalho, Av. Marechal Rondon e Rua Francisco Marques da Fonseca (que margeia a Br 230-101) constituíam as áreas mais importantes do município, devido principalmente à quantidade e à diversidade dos estabelecimentos

de serviços identificados no conjunto da cidade. Isto sem falar que seu acesso através do transporte convencional era mais fácil. Desta maneira, foi decidido que a aplicação dos questionários se restringiria a esta área e não seria inferior a 30% do total dos estabelecimentos de serviços ali situados, os mesmo então deveriam ser representativos da diversidade dos serviços identificados para o município. Foi determinado, porém, pela orientadora que os estabelecimentos prestadores de serviço público de saúde e bancário, mesmo se localizados no bairro objeto de investigação, deveriam ser desconsiderados, pois eles deverão ser objeto de um estudo posterior mais detalhado.

Foram aplicados, no período entre o último dia do ano de 2004 até a segunda semana do primeiro mês de 2005, os questionários nos quatro eixos de circulação. Estes eixos de circulação cortam alguns bairros, tais como: Baralho, São Bento, Sesi, Imaculada e Jardim Aeroporto. Estes bairros formam a área do centro da cidade. A escolha dos estabelecimentos foi aleatória. Foram investigados 75 estabelecimentos de serviços e 86 de comércio o que representou 30,20% do total existente no município (v. quadro 1).

Quantidade de estabelecimentos existentes e investigados do setor terciário nos Eixos de Circulação de Bayeux – PB			
Área	Quantidade de estabelecimento encontrado	Quantidade de estabelecimento investigado	Percentual analisado
Centro	533	161	30,20

Quadro 1: Demonstrativo da amostra delimitada, referente ao setor terciário de Bayeux.

Fonte: Pesquisa de Campo. Bayeux, 2004/2005.

Com a utilização do instrumento construído (questionário), buscou-se informações sobre: a) natureza jurídica, razão social e nome fantasia do estabelecimento; b) tipo de atividade de serviço desenvolvida; c) número de estabelecimentos com Cadastro Geral de Comércio; d) fatores responsáveis pela

instalação do estabelecimento no município; e) características do pessoal ocupado quanto ao local de moradia, ao grau de escolaridade, aos benefícios sociais concedidos pelos estabelecimentos, à carteira assinada, ao salário e à relação da mão-de-obra ocupada, segundo o grau de parentesco com o proprietário; f) número de estabelecimentos com telefone; g) cursos de capacitação considerados necessários para o aprimoramento da mão-de-obra; h) assistência técnica utilizada; i) receita líquida e; j) possibilidades de criação de novos empreendimentos.

- *Análise dos dados primários*

Os dados primários coletados na primeira fase e na terceira etapa dos trabalhos de campo foram organizados em tabelas, gráficos e mapas e também foram objeto de análise descritiva-interpretativa.

- *Cartografia Digital*

Os dados levantados e processados permitiram a elaboração de mapas temáticos representativos das informações obtidas. O mapa base do município foi confeccionado a partir da recuperação das fotografias aéreas de Bayeux de 1998 e em seguida foi digitalizado.

Ao mapa digital da cidade, foi agregado a um banco de dados, criado a partir das informações colhidas na pesquisa de campo, o que permitiu o desenvolvimento de vários mapas temáticos, tais como: a) mapa da distribuição espacial dos estabelecimentos do setor terciário; b) mapa da malha urbana; c) mapa da localização da área onde foram aplicados os questionários da amostra e; d) mapa da distribuição dos serviços de educação segundo o bairro.

- *Utilização da Metodologia do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE)*

Adotou-se para a determinação do porte dos estabelecimentos de serviço, a metodologia adotada pelo SEBRAE (número de pessoas ocupadas). Segundo os critérios do SEBRAE, a empresa industrial, comercial e/ou de serviços é classificada

como micro quanto tem até 20 pessoas ocupadas; de pequeno porte quando tem entre 21 e 100 pessoas ocupadas; de médio porte quando tem entre 101 e 500 pessoas ocupadas e; de grande porte a partir de 501 pessoas ocupadas. Esses critérios foram, na medida do possível, cruzados com os adotados pelo BNDES que baseia-se na receita operacional das empresas.

A agregação dos dados relativos à tipologia dos gêneros de serviços existentes em Bayeux, levou em consideração os mesmos critérios e definições adotadas pelos censos de serviço e de Comércio do IBGE.

Essa parte prática foi desempenhada *pari passu* com a construção teórica, o que suscitou alguns questionamentos. Interroga-se como se deu a produção do espaço urbano de Bayeux e sua relação com o setor terciário; qual o papel do capitalismo diante da organização sócio-econômica de uma sociedade e como ele atua mediante os setores econômicos, especificamente no terciário; como se dá as transformações no mundo do trabalho e como estas transformações interferem no setor terciário; como se articulam em Bayeux os empregadores e os empregados mediante as exigências do capitalismo e do Estado, que os colocam diante de uma “queda de braço” entre a formalização e a informalidade; e mais, questiona-se se o setor terciário de Bayeux está, lentamente, seguindo uma tendência nacional.

Diante desses questionamentos, sabe-se, inicialmente, que a base de formação do setor terciário de Bayeux assemelha-se à base de concepção nacional do setor terciário. Uma vez que, sua gênese é impulsionada a partir dos dois processos distintos: a urbanização e a industrialização, mencionados anteriormente para demonstrar a realidade brasileira, faz-se mister construir uma discussão para apresentar o objeto de estudo.

2- SETOR TERCIÁRIO: ELEMENTO QUE ORGANIZA E REFLETE OS  
MODOS DE (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BAYEUX

## 2.1- (Re)produção do espaço urbano de Bayeux-PB: um destaque para o setor terciário

Bayeux tem 27,5 km<sup>2</sup>, sendo então um dos menores municípios do Estado da Paraíba, localiza-se na microrregião de João Pessoa, situada na Mesorregião da Mata Paraibana (Mapa 1).

Mapa 1

Estado da Paraíba – Localização da Mesorregião e em destaque o município de Bayeux



No final do século XVI, iniciou-se o processo de construção do espaço de Bayeux. Porém, vale salientar que, o seu primeiro topônimo foi Rua do Baralho, por razões desconhecidas. Em seguida, devido a uma capela, recebeu o nome de Boa Vista e por último Barreiras, em homenagem a um engenho de nome “o Barreiro” que em 1634 era propriedade do Sr. Domingos Carneiro (BARBOSA, 2001). Em 1944, motivados pela Segunda Guerra Mundial, este lugar recebe o nome de Bayeux, em homenagem à cidade

francesa de mesmo nome, que naquela época foi a primeira a ser libertada do domínio alemão pelas forças aliadas. No entanto, de uma maneira muito descritiva, pode-se dizer que a Bayeux brasileira foi à denominação dada para um conjunto de núcleos de povoamento que ainda era considerado subúrbio de João Pessoa e que, em 1948, foi elevado à categoria de distrito do município de Santa Rita. Onze anos mais tarde, em 1959, Bayeux conseguiu desmembrar-se, se transformando em município por força da Lei de número 2.148.

O processo inicial de formação do espaço municipal esteve interligado ao de formação da vila de Filipéia (antiga denominação da cidade de João Pessoa) e do povoado que originou o município de Santa Rita, ao passo que seu território interligava esses dois núcleos de povoamento em constituição.

O seu sítio foi erguido ao longo do estuário do Rio Paraíba, mais precisamente entre os rios Paroeira e Sanhauá (Figura 1), no limite oeste da capital do Estado. Dessa maneira, foi se instituindo como um corredor alongado às margens do qual se instalaram engenhos de cana-de-açúcar e moradias (IBGE, 1970).



Figura 1: Bayeux entre os rios: Paroeira e Sanhauá.  
Fonte: Arquivo pessoal de Tarcísio Valério, Bayeux – 2000.

Salienta-se que a instalação desses engenhos foi um contribuinte importante na construção de uma ponte de aproximadamente 40m de extensão, denominada Sanhauá (Figura 2), que, durante muitos anos, constituiu a ligação entre a capital e o interior do Estado da Paraíba. Fato que

permite pensar que esta construção foi relevante para o contexto econômico local, pois possibilitou uma intensificação das principais funções econômicas de Bayeux, por ser uma forma geográfica de representação do capital produtivo, que dá mobilidade à cidade e imobilidade ao capital fixo (SMITH, 1988), sendo assim, esta forma é um elemento fundamental à acumulação do capital.

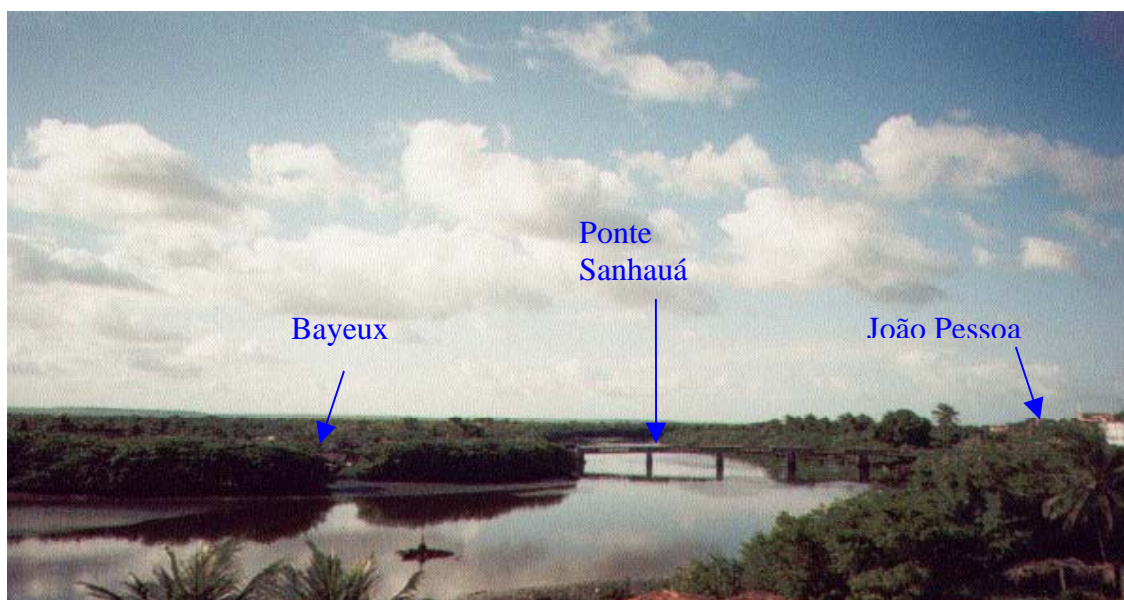


Figura 2: Ponte sobre o rio Sanhauá.

Fonte: arquivo pessoal de Ricélia Maria Marinho da Silva, Julho de 2001.

As funções econômicas de Bayeux intensificaram-se devido à facilidade de acesso e ainda à sua localização, que propiciava, principalmente aos comerciantes do interior que necessitavam adquirir produtos na capital, um ponto de apoio ou de “abrigo temporário”, ou apenas um “ponto de passagem”.

De ponto de passagem ou de pouso temporário, Bayeux transformase em periferia dos dois centros urbanos – João Pessoa e Santa Rita – ao qual se interliga. Periferia, nesse contexto seria,

aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica (KOWARICK, 1979, p.31).

Esta mão-de-obra responsável pelo funcionamento desta máquina econômica transforma Bayeux em uma “cidade dormitório”, principalmente para a força de trabalho que se deslocou do campo para a capital ou para Santa Rita, que oferecia trabalho na atividade canavieira. Estes são fatos importantes que ajuda a explicar a atual configuração do espaço urbano de Bayeux (ver Mapa 2).

A malha urbana de Bayeux apresenta um aglomerado residências, indústrias e equipamentos de comércio e serviços relevantes, que estão distribuídos em 14 bairros, sendo 08 situados ao Norte da BR 230/101 e 06 ao Sul, estes últimos são permeados pelas principais vias de acesso de Bayeux (ver Mapa 3).

Estas vias de acesso, que são as principais avenidas – Av. Liberdade, Av. Engenheiro de Carvalho e a Av. Marechal Rondon – e a BR 230/101, além de viabilizar a circulação, elas são as responsáveis pela articulação, mobilidade e dinâmica de Bayeux, uma vez que cortam de Sudeste a Noroeste do município (BR 230/101) e interceptam todos os bairros da parte Norte e o principal bairro da parte Sul (as Avenidas Liberdade, Engenheiro de Carvalho e a Av. Marechal Rondon).

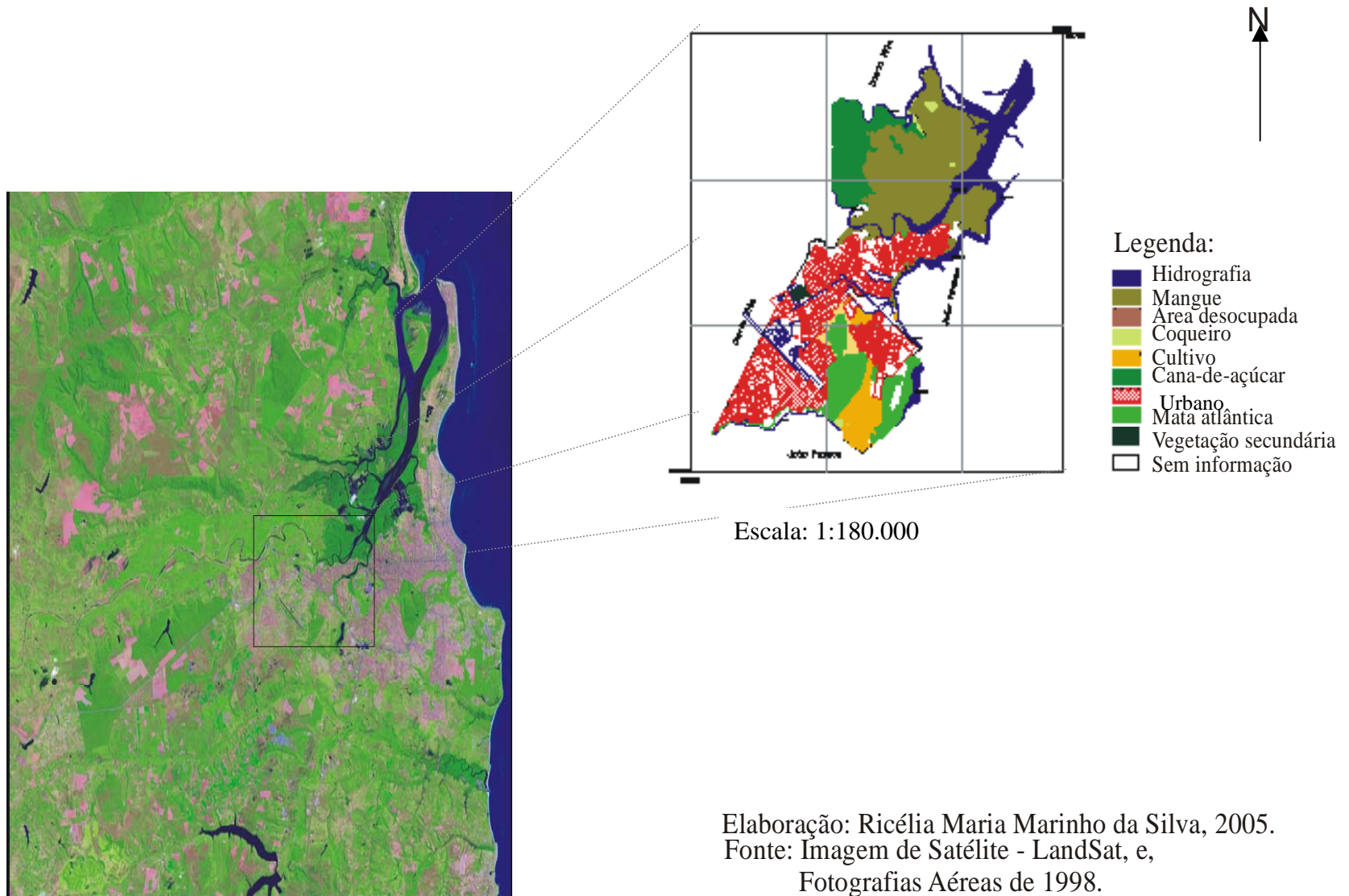
Percebe-se que há uma concentração significativa de estabelecimentos comercial e de serviços ao longo dessas vias de acesso ou de eixos de circulação, como é comum se chamar localmente. Acredita-se que existem alguns fatos que passam a funcionar como um elemento peculiar desses principais eixos de circulação.

Esses eixos de circulação na verdade é uma representação do vertiginoso processo de crescimento urbano que deu origem ao município de Bayeux, mas que se acentuou a partir da década de 70 do século XX, resultando numa demanda significativa de mão-de-obra, na grande maioria carente de qualificação, e que conseqüentemente não conseguiu ser absorvida pela modernização tecnológica.

Essa parcela da população economicamente ativa, que não conseguiu ser absorvida pela modernização tecnológica, acabou reforçando o surgimento de um setor terciário tradicional ou espontâneo, que acompanha tanto o “movimento espontâneo da economia” (SANTOS, 1979, p.60) quanto o próprio avanço do processo de industrialização.

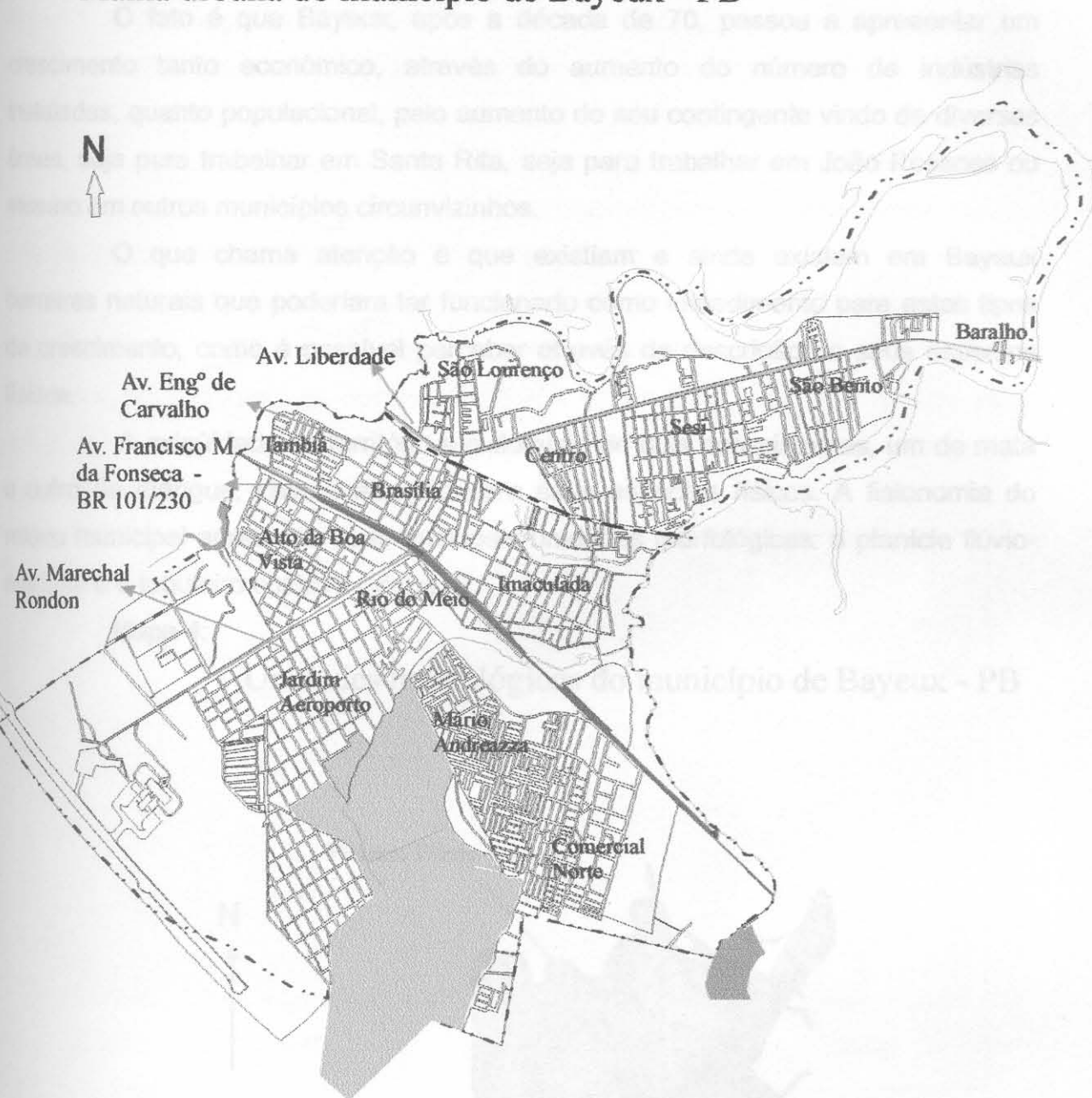
Mapa 2:

Atual configuração do espaço urbano de Bayeux - PB









Mapa 3:

## Malha urbana do município de Bayeux - PB



## Legenda:

-  Eixos de Circulação
-  BR 101/230
-  Linha Férrea
-  Mata Atlântica
-  Rios e açudes
-  Limite municipal

Escala: 1:51.800

Escala: 1:112.000

Elaboração: Ricélia Maria Marinho da Silva

Fonte: Fotografias Aéreas de 1998 na escala de 1:8.000 – Recuperação das informações Luís Gustavo de Lima Sales e Ricélia Maria Marinho da Silva.

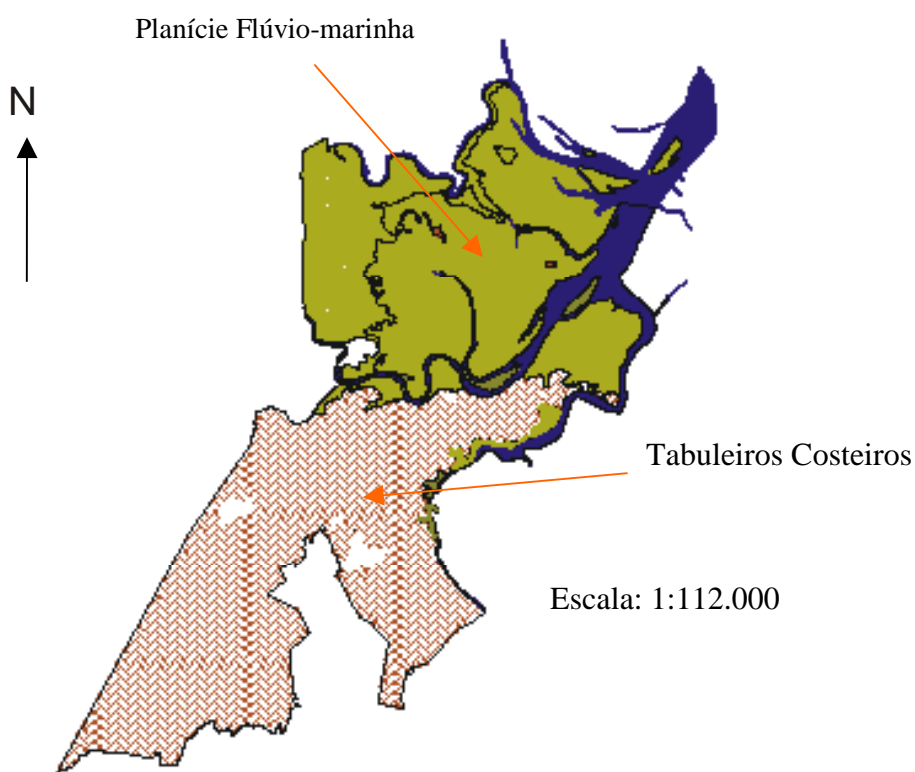
O fato é que Bayeux, após a década de 70, passou a apresentar um crescimento tanto econômico, através do aumento do número de indústrias instaladas, quanto populacional, pelo aumento do seu contingente vindo de diversas áreas, seja para trabalhar em Santa Rita, seja para trabalhar em João Pessoa ou mesmo em outros municípios circunvizinhos.

O que chama atenção é que existiam e ainda existem em Bayeux barreiras naturais que poderiam ter funcionado como impedimento para estes tipos de crescimento, como é possível perceber através da descrição de seus aspectos físicos.

A exigüidade do território e o domínio de dois ecossistemas, um de mata e outro de mangue, chama atenção para seus aspectos físicos. A fisionomia do relevo municipal apresenta duas principais unidades morfológicas: a planície flúvio-marinha e o tabuleiro costeiro (Mapa 4).

Mapa 4:

#### Unidades morfológicas do município de Bayeux - PB



Elaboração: Ricélia Maria Marinho da Silva

Fonte: Fotografias Aéreas de 1998 na escala de 1:8.000 e IBGE, Ofício nº 032/99 do ano de 1999.

A presença de dois importantes ecossistemas num território tão exíguo não se constituiu em elementos de impedimento para o processo de ocupação humana. Não obstante essa limitação, Bayeux cresceu, constituindo-se atualmente num dos mais populosos e povoados municípios do Estado da Paraíba, contabilizando uma população de quase 90.000 habitantes e uma densidade de mais de 3.000 hab/Km<sup>2</sup> (MOREIRA; TARGINO, 1999).

A evolução populacional de Bayeux pode ser percebida através dos dados fornecidos pelo IBGE: em 1960, ali residiam 16.880 pessoas; em 1970, os habitantes do município já perfaziam 35.464 pessoas, o que corresponde num período de 10 anos a uma taxa de crescimento de 110% e a um crescimento médio anual da ordem de 7,7% (Gráfico 1)

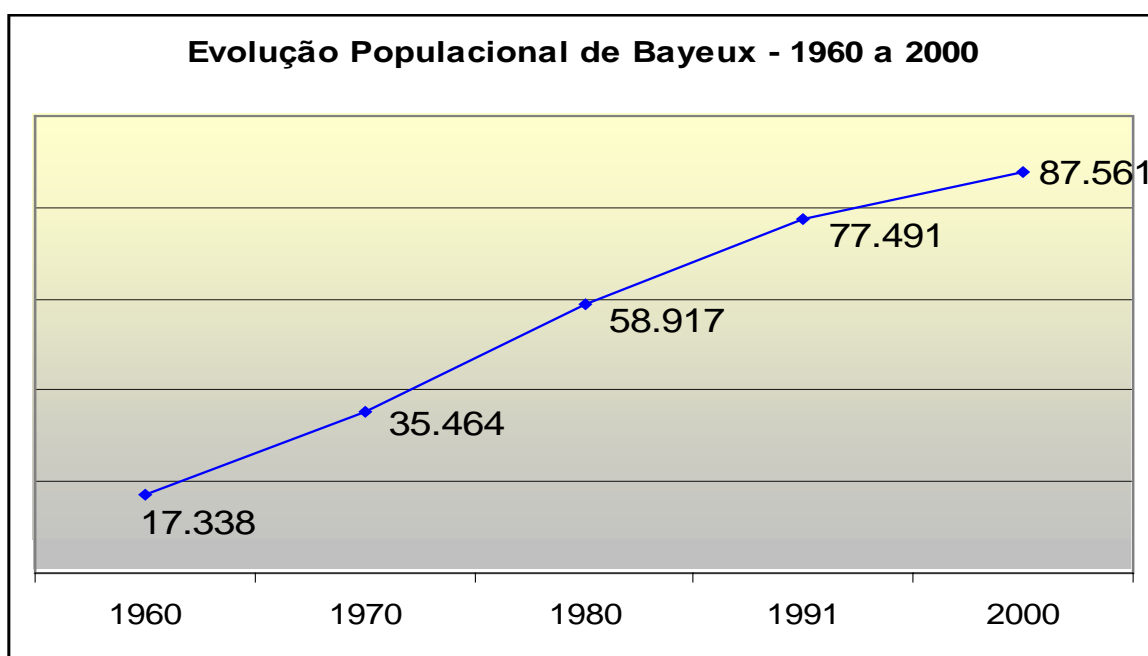


Gráfico 1: Evolução da população residente de Bayeux – 1960 a 2000.  
Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Percebe-se, através dos dados do gráfico 1 que, no período entre 1970 e 1980, a taxa de crescimento foi de 66,1%, formando assim uma curva ascendente. No período entre 1980 e 1991, a curva não pára de aumentar, mas a taxa de crescimento apresenta índices menos elevados, contabilizando 31,2%. Seguindo a mesma tendência, tem-se que, entre 1991 e 1996, a taxa foi de 8,9%; e de 4,17%, entre 1996 e 2000. O que se percebe é que, entre 1970 e 2000, o crescimento

médio da população municipal foi de 146,5%, o que significa que o contingente populacional residente em Bayeux mais do que duplicou em três décadas.

Mediante esta apresentação, pode-se entender um pouco, quais são as condições sociais em que o setor terciário e o espaço urbano se reproduzem em Bayeux. Esses, por outro lado, são elementos imprescindíveis para se iniciar a discussão sobre o espaço, como pode-se notar no próximo item.

## 2.2- (Re)produção do espaço urbano e setor terciário: uma análise a partir dos dois circuitos da economia urbana

O espaço urbano é produzido de maneira complexa, apresentando estruturas, processos, funções, formas e objetos que expressam uma racionalidade espacial. Esta racionalidade espacial é nitidamente percebida através do constante movimento dialético de construir destruindo, de organizar desorganizando, para em seguida reconstruir e/ou reorganizar seguindo uma lógica. Pode-se pensar então que a racionalidade espacial está atrelada a uma necessidade de (re)organização externa ao espaço local, que, via de regra, acompanha as mudanças ocorridas nas mais diversas esferas institucionais ou setoriais, para assim suprir algumas necessidades de demandas, que nem sempre são locais, mas que contudo acabam gerando especificidades espaciais e sociais (SANTOS, 2004b; CARLOS, 2004; CORRÊA, 1998).

Essa organização e/ou reorganização do espaço urbano concretiza-se através do trabalho humano, o que permite pensar que o próprio espaço urbano é um produto da relação que um indivíduo mantém com a natureza, transformando-a segundo suas necessidades. Logo, sua dinâmica está relacionada com a maneira com que a sociedade se reproduz, ou seja, o modo como o indivíduo ou o coletivo constrói seu cotidiano, seu modo de vida, sua maneira de agir e pensar (CARLOS, 2004).

Contudo, pensar no espaço urbano como fruto das relações sociais é entendê-lo como um *locus* de contradições criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do capital. A análise do espaço, então, só é possível através das relações que o produzem, que, por sua vez, precisa ser visto enquanto produto e não coisa.

Quando coloca-se a análise do espaço nesse patamar, as relações são de produtos, logo pode-se dizer que estão imbuídos os processos de trabalho. Não se trata então de qualquer processo de trabalho, mas é especificamente o trabalho assalariado, uma vez que este último apresenta um processo de valorização e conseqüentemente de apropriação.

Esta relação de trabalho-capital consegue demonstrar o quanto o conceito de espaço é concreto, uma vez que revela uma especificidade histórica

real: a de que o espaço tem uma gênese e um processo de reprodução (CARLOS, 1999, 2000, 2002; 2004).

A noção de produção pode ser adotada na busca pela compreensão dos processos de construção do espaço urbano por conferir-lhe um sentido mais amplo, ou seja, pode-se empregar esta palavra ultrapassando o significado que a economia lhe confere. Assim entende-se que a produção pode se referir a “produção do homem, condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos” (CARLOS, 2004, p.21).

Já a noção de reprodução remete-se às transformações e contradições desencadeadas no mundo moderno, possibilitando uma análise verticalizada do debate proposto. A autora Ana Fani A. Carlos corrobora com este pensamento através da seguinte citação:

a noção de reprodução aparece no centro do processo de construção do entendimento do mundo moderno, a partir da análise da cidade e do urbano, na medida em que ela revela não só o caminho que o processo de urbanização aponta (e o caminho que a reprodução aponta é a urbanização da sociedade urbana e do espaço mundial), mas também, revelando o processo urbano, transformando profundamente a vida humana e, nesta direção, coloca como horizonte a questão da reprodução da vida humana (CARLOS, 2004, p.23-24).

A reprodução ao desvendar o processo de urbanização modifica as práticas cotidianas e estabiliza o espaço, articulando-o a vida humana. Neste instante, o espaço pode ser entendido como “condição, meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 1999, p.19).

A vida humana, vista a partir da coletividade e das relações estabelecidas entre os indivíduos, forma a sociedade. A sociedade, por sua vez, estabelece seus próprios espaços de relações através da fixação de uma base material. Esta base material é criada, destruída e/ou recriada no espaço no instante em que há uma verticalização entre as relações da sociedade com o espaço e da sociedade com o sistema econômico que o rege, dando origem a um movimento dialético e contínuo de construção.

A partir dessa materialização, o espaço torna-se construído e imobilizado pelas construções. Uma vez imobilizado, esse espaço passa a ser definido segundo seus usos. Esses usos permitem que as pessoas usufruam do espaço de diversas

maneiras. Um exemplo prático desses usos pode ser esclarecido quando as pessoas se deparam diante dos tipos de usos do solo, que permitem ou restringe o acesso à determinada parcela do espaço urbano elucidando que há diferenças entre as condições de uso do espaço.

O fato das pessoas atuarem de maneiras variadas nos espaços urbanos e esta atuação ser concretizada através do trabalho subordinado aos modos de produção permite que o entendimento aqui explicitado ultrapasse aquela idéia de espaço como um palco e considere-o como o local onde as atividades humanas construídas ao longo do tempo se concretizam.

Neste sentido, a produção do espaço urbano é o resultado da dinâmica social de determinada sociedade que, ao reproduzir-se através de um determinado modo de produção, imprime, na paisagem urbana, as marcas correspondentes (SILVEIRA, 2003, p.25).

Assim como afirmou Rogério Silveira (2003), a produção do espaço apresenta especificidades. Estas especificidades estão relacionadas à divisão do trabalho, à divisão da sociedade, à acumulação tecnológica, à produção de excedente agrícola, a um sistema de comunicação e a uma certa concentração espacial de atividades não-agrícolas, que são alguns componentes do espaço, sendo únicos e imutáveis em qualquer parte do mundo. As suas variações são relacionadas apenas a quantidades e a qualidades, bem como, às combinações entre eles e ao processo de difusão destes componentes (SANTOS, 2004 a).

São justamente os aspectos mutáveis dos componentes os principais responsáveis pelas diferenças espaciais. Assim, os espaços dos países subdesenvolvidos irão apresentar características específicas, como ressalta o autor a seguir:

Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem em função de interesses distantes e mais freqüentemente em escala mundial (SANTOS, 2004a, p.20).

Apesar desta organização espacial materializar-se numa escala mundial, vale salientar que nem todos os países, cidades e/ou lugares são organizados da

mesma maneira, uma vez que a atuação das forças transformadoras dá-se de modo seletivo, mas impactante na escala local.

Ao passo que os lugares são “conquistados”, e integrados à lógica mundial pelas forças transformadoras, ocorre o processo de modernização. Esse processo é longo e quase sempre promove a racionalização dos espaços ou os espaços da racionalidade.

Santos (2004b) afirma que os espaços da racionalidade atendem a um comando centralizado, no qual pode ser representado como um mecanismo regulado, com peças altamente engendradas que ficam o tempo inteiro estimulando umas as outras a permanecerem em movimento. Assim, esta racionalização do espaço acaba atribuindo novas características à paisagem urbana.

A paisagem urbana pode ser comparada a uma expressão das formas que foram construídas ao longo do tempo e que servem de testemunhas tanto do passado como do presente. Como diz Santos (2004b, p.103): “a paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos”, que servem para dá formas ao espaço. As formas que compõem a paisagem apresentam, num determinado momento, uma determinada função como respostas às necessidades de uma determinada sociedade.

É a sociedade quem atribui um conteúdo às formas, dando-lhes assim vida (SANTOS, 2004b). Contudo, essa possibilidade de atribuir conteúdo às formas deixa marcas, registros facilmente visualizados dos testemunhos impressos na paisagem, a exemplo, pode-se citar os tempos áureos pelos quais passou Bayeux. São casarões que atualmente encontram-se em ruínas, mas que já acolheram pessoas da oligarquia canavieira e que por se destacar no cenário político se tornaram-se pessoas “nobres” da sociedade paraibana; são vilas de operários que demonstram que as indústrias um dia serviram de atrativo para as pessoas de outras partes do Estado e do país e assim foi uma atividade que estabeleceu relação entre a atividade econômica, o lugar e várias famílias. Alguns desses testemunhos estão em estado de total abandono e outros já foram totalmente reconstruídos, fato que alerta para o poder que a sociedade tem de dinamizar as formas e os objetos.

Estas formas e objetos construídos e/ou reconstruídos são distribuídos no espaço através das estruturas, como exemplo, pode-se citar as ruas e avenidas, que possibilitam a implantação de diversas atividades. Essas atividades desenvolvidas nas cidades distinguem-se das atividades desenvolvidas no campo.

Ou seja, as atividades urbanas não estão ligadas diretamente à exploração do solo, mas estão ligadas a uma especialização das tarefas.

Os primeiros cientistas a discutirem esta divisão foram os economistas denominados *os fisiocratas*, ainda no século XVII, a partir do questionamento sobre o valor produzido pelas atividades que não eram ligadas a exploração do solo, como as industriais e as terciárias.

Estes cientistas chegaram a divulgar que existia apenas um trabalho efetivamente produtivo, cuja fonte de riqueza era a terra, como explica Leo Huberman (1986):

Diziam os fisiocratas que somente a agricultura fornece matérias-primas essenciais à indústria e comércio. Embora concordassem que os artesões podiam ter um papel útil na transformação da matéria-prima em produto acabado, julgavam que ele contribuía para aumentar a riqueza. Depois de trabalhada, a matéria-prima valia mais, mas o seu aumento de valor não era igual a total gasto para pagar ao artesão seu trabalho. Não havia aumento de riqueza. Isso não ocorria com a agricultura, diziam eles. Enquanto a indústria era estéril, a agricultura era proveitosa. Muito acima do custo do trabalho agrícola e do lucro do dono da terra, havia um produto líquido – devido à generosidade da Natureza – que representava um verdadeiro aumento da riqueza (HUBERMAN, 1986, p.139).

A preocupação destes estudiosos era “determinar as forças motivadoras do progresso econômico” (KON, 2004, p.3) e assim, perseguindo este evento começaram a observar as sociedades em que viviam, dando ênfase às relações sociais, econômicas e políticas que serviam de instrumentos facilitadores ou de impedimento para o desenvolvimento “dos recursos produtivos e sua transformação em riqueza” (KON, 2004, p.3).

Com o passar dos anos, as atividades terciárias foram ganhando destaque quanto à geração de riquezas, inicialmente nos países desenvolvidos e em seguida nos países subdesenvolvidos. Esse fato chamou a atenção por se tratar de uma geração de riquezas em duas realidades completamente diferentes em todos os âmbitos. Mediante a este fenômeno, os economistas começaram a estudar as atividades terciárias, ponderando-as através da noção de valor segundo três abordagens, como resume a seguir Cláudio Napoleoni (1977):

(i) a anterior a Marx, pela qual o valor é a categoria fundamental da economia mercantil ou de troca; possui um caráter permanente ou “eterno” de produção de mercadorias, do qual o valor participa; (ii) a de Marx, que também considera o valor a categoria fundamental da economia mercantil; entretanto, por ser historicamente determinada (economia capitalista), morrerá, e o valor participará igualmente dessa limitação histórica; (iii) a posterior a Marx e não-marxista, pela qual o valor é uma categoria da “atividade econômica em geral” e rege a vida econômica, qualquer que seja a forma assumida; o valor, nesse sentido, independe de a economia mercantil ter uma forma transitória ou permanente (NAPOLEONI, 1977 apud KON, 2004, p.2).

A articulação entre os elementos puramente econômicos e a expansão das atividades terciárias conduziram alguns estudiosos, principalmente os geógrafos, a perceberem que estas atividades estavam cada vez mais refletindo as mudanças pelas quais a sociedade passava.

Essas mudanças geraram e geram uma organização espacial passível de demonstrar, com mais nitidez, as contradições existentes nas sociedades. E assim, entende-se que, a partir da organização espacial, é possível distinguir um espaço urbano de outro, bem como, é possível demonstrar como se dá a distribuição sócio-econômica e geográfica das atividades e dos recursos econômicos numa determinada cidade, pois como afirma Corrêa: “a organização espacial é, como já vimos, expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social” (Ibid, 1998, p.55).

A distribuição sócio-econômica e geográfica das atividades e dos recursos econômicos tende a se efetivar de maneira diferenciada, produzindo assim espaços diferenciados numa mesma cidade, uma vez que se está tratando de uma sociedade de classes. E enquanto sociedade de classes,

a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção (CORRÊA, 1998, p.55-56).

Essa organização espacial que a sociedade cria e recria formando espaços geográficos distintos para neles se realizarem e se reproduzirem tem como principal elemento de diferenciação a condição humana de ser um produtor ou apenas um consumidor, fato que se reflete através da paisagem urbana.

Em Bayeux, é possível perceber, através da paisagem urbana, a existência de espaços geográficos distintos que revelam diversas realidades sócio-econômicas e que dá origem ao que Santos (2004a) identificou como seletividade espacial.

Essa seletividade do espaço, no nível econômico assim como no social, é, ao nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial. Esse termo exprime duas coisas diferentes segundo se considere a produção ou o consumo. A produção tende a se concentrar em certos pontos do território tanto com mais força quanto se trate de atividades modernas. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente (SANTOS, 2004a, p.21).

A seletividade promove a distinção quanto ao consumo e, está vinculada à descentralização. Estes processos, por sua vez, seguem a lógica capitalista. Existe, segundo Corrêa (1995), alguns tipos de seletividades. Este autor aponta basicamente cinco tipos, quais sejam: seletividade em termos de atividades, seletividade em termos temporais, seletividade em termos de divisão territorial do trabalho, seletividade em termos de território e seletividade em termos de tamanho da cidade.

*A seletividade em termos de atividades* – parte do pressuposto de que algumas atividades são mais propensas a descentralizarem do que outras. Como exemplo, têm-se algumas atividades terciárias que tendem a agrupar-se em equipamentos maiores, tais como as propostas dos shoppings centers. No entanto, o esses equipamentos precisam dispor de capital suficiente para a criação de novos estabelecimentos nas novas áreas de expansão. Assim o fator capital é fundamental para a concretização dessa descentralização.

*A seletividade em termos temporais* – está relacionada à tendência do processo de descentralização se iniciar no setor terciário pelas atividades que têm uma procura mais freqüente, a exemplo de lojas mais especializadas, dos consultórios médicos, das lojas de revenda de material de construção, dentre outras.

*A seletividade em termos de divisão territorial do trabalho* – refere-se às “atividades que comportam várias funções complementares, mas com demandas

diferentes de espaço e capacidade distintas de pagar pela terra que ocupam” (CORRÊA, 1995, p.49), ou seja, construindo uma analogia com as atividades ligadas ao setor terciário, vê-se que as empresas que dispõem de capital deslocam-se do seu local de origem, mantendo as sedes, e se instalam nos locais que oferecem principalmente maior acessibilidade e demanda.

*A seletividade em termos de território* – parte da observação de que, numa cidade, certos locais são mais procurados do que outros para a implantação das atividades, sendo assim, a tendência é que as atividades mais especializadas se localizem em bairros habitados por pessoas que possuem renda elevada, enquanto que as atividades mais tradicionais localizam-se nos bairros populares.

*E a seletividade em termos de tamanho da cidade* – que, a partir da dimensão urbana, verifica-se uma descentralização que pode variar em razão das peculiaridades locais, como sistema de transporte, funções urbanas e até mesmo da renda da população.

A seletividade, ao partir do processo de descentralização, necessita que sejam criados e/ou recriados atrativos para se consolidar, tais como: “terras não ocupadas, a baixo preço e impostos; infra-estrutura implantada; facilidades de transporte; possibilidade de controle do uso das terras; entre outros” (CORRÊA, 1995, p.46).

A seletividade espacial e o modo de produção do espaço fazem parte da lógica capitalista de reprodução. Essa lógica capitalista vai se manter através da fixação dos objetos e dos fluxos da matéria-prima e da força de trabalho (CORRÊA, 1998), isso permite Santos (1994) afirmar que o espaço é formado por fixos e fluxos, que serão definidos a seguir.

Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Não é por outra razão que os diversos lugares, criados para exercitar o trabalho, não são idênticos e o rendimento por eles obtido está em relação com a adequação dos objetos ao processo imediato de trabalho. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a distribuição e o consumo, podem ser estudados através desses dois elementos: fixos e fluxos (SANTOS, 1994, p.77-78).

As características de cada tipo de fixo são técnicas e organizacionais, sendo assim, pode-se dizer que para cada tipo de fixo encontra-se uma tipologia de

fluxos. Para que essa afirmação ganhe nitidez, é preciso partir do princípio de que um objeto geográfico é um fixo que por sua vez é um objeto técnico e social. E esse objeto só é social por causa dos fluxos, sendo assim, a integração e alteração dos fixos e dos fluxos ocorrem de modo mútuo, mas também irá depender do funcionamento das seguintes operações: produção, consumo, controle e decisão; somadas a capacidade de circulação da força de trabalho e das matérias-primas.

A partir do setor terciário de Bayeux, pode-se exemplificar os fixos e os fluxos da seguinte maneira: os estabelecimentos comerciais e de serviços são os fixos e as mercadorias, bem como, a mão-de-obra ocupada são os fluxos. De uma maneira mais geral, pode-se dizer que os fixos e os fluxos diante de suas especificidades e características originam localizações que são cristalizadas. Segundo Corrêa (1998), estas localizações podem ser pontuais ou em áreas dos meios necessários às operações de produção, localizações pontuais ou lineares dos meios de circulação, pontuais ou áreas dos meios de vida consumidos individual ou coletivamente e pontuais dos elementos dos sistemas de controle e decisão.

Em Bayeux, as localizações pontuais e/ou lineares dos meios de circulação, concretiza-se através das rodovias e avenidas. Essas, por sua vez, são um dos elementos mais importantes para o setor terciário, principalmente, no que tange a sua função de distribuição. Assim, localmente é através destas linhas que este setor ganha expressão, quer seja em quantidade ou em diversidade.

Outro aspecto relevante relacionado ao setor terciário de Bayeux refere-se às localizações pontuais ou áreas dos meios de vida individuais ou coletivamente, que se refere à habitação. Pode-se destacar que, na maioria das vezes, as casas, principalmente as localizadas próximas às rodovias e avenidas, são adequadas de modo à condição de suprir a necessidade de moradia e assim se transformam também em local de trabalho.

Em Bayeux as localizações pontuais dos elementos dos sistemas de controle e decisão, de natureza financeira, política e ideológica são importantes, pois estes elementos fazem o contraponto entre o indivíduo e a sua realidade. Na maioria das vezes, a realidade do indivíduo aponta para modos de vida que contam apenas com condições precárias somadas à desvalorização humana, que se justifica pelas dificuldades de sobreviver numa sociedade contraditória.

Verifica-se assim que, dos aspectos apontados por Corrêa (1998), apenas as localizações pontuais ou em áreas dos meios necessários às operações

de produção, que se pode relacionar, neste momento às fábricas de médio porte, não produzem para abastecer a cidade em pauta, caso que difere dos pequenos produtos de ‘fundo de quintal’ que fabricam e vendem produtos para suprir as necessidades locais e concorrem desigualmente com fabricantes renomados e conhecidos nacionalmente.

Ressalta-se novamente a relevância das localizações pontuais e/ou lineares dos meios de circulação para o setor terciário de Bayeux, uma vez que, com a criação dessas linhas, gerou naquele espaço o que Corrêa (1995) vai chamar de processo de coesão, que significa a formação de um “movimento que leva as atividades a se localizarem juntas” (Ibid, p.56).

Acredita-se que é muito pertinente a discussão proposta entre produção do espaço retirada do pensamento de Santos (1994; 2004b), que envolve os movimentos realizados pela sociedade através do tempo e que são refletidas através da paisagem urbana, da seletividade espacial e dos fixos e fluxos, juntamente com o pensamento de Corrêa (1995; 1998), o qual a proposta é discutir a organização espacial e o espaço urbano, relacionando-os com as estruturas, os processos, as funções e as formas, ressaltando assim que o espaço urbano pode ser constituído como um “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA, 1995, p.7).

Acompanha-se esse pensamento e chega-se a refletir que os diversos usos do espaço urbano são definidores das diferentes áreas de uma cidade. Ou seja, a organização espacial é um reflexo de usos específicos, como exemplo pode-se citar as áreas comerciais, as áreas de serviços, as áreas residenciais, as áreas industriais, as reservas para especulação imobiliária, as áreas de lazer, as vias de circulação, dentre outras. Percebe-se então que ao longo do tempo a organização espacial da cidade torna-se um dos fatores fundamentais para viabilizar a implantação de atividades, bem como, para facilitar o deslocamento de pessoas e mercadorias, já que, segundo Carlos,

[...] a cidade é antes de mais nada uma concentração de pessoas exercendo, em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades concorrentes ou complementares, o que enreda uma disputa de usos (CARLOS, 1994, p.50).

Nesta perspectiva, surgem distintas maneiras de relação entre as pessoas e o espaço urbano. Inicialmente, pode-se apresentar em dois âmbitos: um social e o outro produtivo. No social, as pessoas definem suas relações segundo seu poder individual de se estabelecer enquanto um consumidor ou enquanto um produtor. Já no produtivo, este aspecto “será determinado pelas características do processo de reprodução do capital” (CARLOS, 1994, p.50).

Assim, pensa-se nas atividades terciárias de Bayeux como um modo de organização inserido no espaço urbano, que por sua vez é entendido como um produto de reprodução dos consumidores e produtores, que ora estão incluídos no âmbito social ora no produtivo.

No âmbito social, percebe-se que o espaço urbano passa a ser visto como uma possibilidade de suprimento das necessidades humanas básicas, principalmente, a de morar e de trabalhar, que foi denominado como sendo a visão do consumidor, que percebe no urbano uma melhor possibilidade de sobrevivência.

No âmbito produtivo, percebe-se que o urbano passa a ser visto enquanto uma possibilidade de organizar atividades não-agrícolas e assim o produtor “necessitará de equipamentos, infra-estrutura, informação, tecnologia, inovação e amplas instalações” (CARLOS, 1994, p.52) para geração das atividades não agrícolas, nas quais as pessoas buscam, através do trabalho, suprir suas necessidades enquanto consumidores. Este fato permite dizer que o produtor encontra-se no limiar entre o âmbito social e o produtivo. Sendo assim, a definição de um indivíduo enquanto consumidor ou produtor é uma condição que está subordinada à diferenciação da capacidade de consumir quantitativamente e qualitativamente.

Vive-se atualmente um período que muitos autores denominam da consolidação de uma sociedade do consumo formada a partir do início do processo de industrialização e urbanização, que estimulou cada vez mais as pessoas a consumirem (IANNI, 1999; RIGOL, 1977; FURTADO, 2002; SANTOS, 2004a). E assim, todos os dias são idealizados e produzidos para serem colocados no mercado, novos produtos, que muitas vezes não condizem com a realidade desses consumidores, mas mesmo assim passam a ser visto como objetos de desejo para uma realização pessoal (SANTOS, 2004a).

Somado ao surgimento de novos produtos, tem-se que, cada vez mais, as exigências impostas pela modernização apontam para uma realização mais

eficiente, tanto da produção quanto da distribuição das mercadorias. Diante deste contexto, as vias de circulação e os meios de transportes ganharam importâncias ímpares.

A valorização que as vias de circulação ganham deve-se ao fato de que a cidade, como afirmou Carlos (1994), tem a capacidade de concentrar pessoas que precisam desempenhar atividades que nem sempre estão próximas aos seus locais de moradias, sendo assim, para realizarem seus trabalhos, precisam se deslocar. Esse deslocamento de pessoas no espaço intra-urbano é de fundamental importância, pois, assim como afirma Villaça (2001): “o deslocamento de matéria e do ser humano tem um poder estruturador bem maior do que o deslocamento da energia ou das informações” (Ibid, p.20). É o mesmo autor quem justifica esse pensamento, como se pode verificar a seguir:

O espaço intra-urbano, ao contrário *do espaço regional* [grifo nosso], é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho - , seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano (VILLAÇA, 2001, p.20).

Uma vez que o centro urbano já não é mais o único local que consegue concentrar as atividades comerciais e de serviços devido o processo de descentralização, as vias de circulação passam a ser os pontos de referência para se chegar ao local de trabalho. E assim, o deslocamento passa a ser direcionado para as áreas de concentração das atividades terciárias, como ressalta Villaça (2001):

Tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos das forças de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços (VILLAÇA, 2001, p.20).

Nas cidades, o acesso aos serviços e às atividades econômicas como um todo precisa ser garantido, uma vez que este é um aspecto que além de

estruturar o espaço intra-urbano, possibilita a reprodução social humana, seja enquanto produtor, seja enquanto consumidor. Principalmente por estas razões é que Villaça (2001) afirma que a acessibilidade é um valor de uso. Valor de uso para Marx é na verdade o “conteúdo material da riqueza” (Marx, 1996, p.42), que independe da forma social que ela venha a ter, pois o que realmente deve ser ressaltado é a utilidade social que terá.

A acessibilidade numa cidade ocorre de modos diferentes, ou seja, para se chegar aos diversos pontos de uma cidade ou mesmo para ir para outras cidades é preciso que haja uma adequada organização do espaço como se percebe através da seguinte citação:

Seja no espaço intra-urbano, seja no regional, a estrutura espacial advém das transformações dos pontos: seus atributos, valores e preços, seus usos, os quais decorrem, em última instância, da melhoria de acessibilidade (VILLAÇA, 2001, p.74).

Considera-se então que os elementos como atributos, valores, preços, usos e acessibilidade estruturam o espaço urbano. A maneira como estes elementos são distribuídos e articulados ressaltam as especificidades e complexidades da organização espacial.

Diante da maneira complexa que o espaço urbano se organiza, Santos (2004a) elabora uma teoria do desenvolvimento econômico, abordando a dimensão espacial, dando ênfase às especificidades do espaço dos países subdesenvolvidos. A partir de suas observações, o autor visualiza a existência de dois circuitos econômicos que, segundo a quantidade e a qualidade de um ou de outro, configurará as dimensões da vida urbana. Um é denominado de circuito superior e outro é o circuito inferior.

Estes se diferenciam mediante suas essências e os tipos de relações estabelecidas com o espaço. Geralmente são estabelecidas relações de dominação e subordinação que geram conflitos. Desse modo, o espaço urbano passa a ser visto, segundo a concepção de Carlos, como um espaço de luta, que tem suas bases fixadas no desenvolvimento do próprio capital.

A partir daí, considera-se que é necessária uma análise baseada no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas pelos dois circuitos e ressalta-se

que, neste contexto, as atividades se diferenciam a partir da utilização da tecnologia e da forma com que se organizam.

O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior é “trabalho intensivo” e freqüentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável (SANTOS, 2004a, p.43).

O circuito superior pode ser subdividido em três grupos. O primeiro denominado de elementos puros, o segundo de elementos mistos e o terceiro de elementos impuros. Os elementos puros são compostos pelo comércio e indústria modernos; os elementos mistos estão no limiar dos dois circuitos e são compostos pelos atacadistas que também comercializam produtos a varejo e transportadores (este último foi incluído para ser discutido no circuito inferior) e; os elementos impuros, no qual estão incluídos o comércio de importação e exportação e a indústria de exportação. No âmbito dessa discussão, encontra-se uma conexão entre a economia urbana local e os comandantes da economia em escala global, que são os bancos. Com exceção da atuação dos bancos, o Santos deixa claro que o circuito superior pode ser abordado de duas maneiras, uma como o circuito superior moderno e a outra como o circuito superior marginal (SANTOS, 2004a).

O circuito superior moderno é composto pelo comércio varejista moderno e pelas indústrias. Os tipos de estabelecimentos mais representativos do comércio varejista moderno são diversos, incluindo: os hipermercados; as boutiques, que oferecem principalmente roupas e acessórios; os Shopping Center's que agrupam lojas de diversos ramos de atividades e essas lojas oferecem produtos de diversas naturezas e até oferecem espaços de lazer planejados para um tipo de público específico e; as indústrias modernas.

O comércio varejista moderno organiza-se através da instalação de lojas, supermercados e hipermercados, que geralmente ocupam grandes áreas de uma cidade, fixando suas estruturas com o objetivo de atrair o maior número de clientes possíveis. Via de regra, são instalados outros tipos de estabelecimentos no seu interior, para que os clientes possam ter uma maior diversificação de produtos e assim aumente o consumo. Estes estabelecimentos comerciais modernos movimentam uma grande quantidade de capital, bem como, uma grande quantidade

de produtos direcionados para todos os tipos de clientela, mas tendo o cuidado de comercializarem artigos de luxo para satisfazer um tipo de clientela específica, ou seja, aquela mais abastarda.

Além disso, as relações pessoais entre os clientes e os vendedores e/ou entre os vendedores e os fornecedores são estabelecidos pela empresa, segundo suas dimensões. Muitas vezes questões entre estes atores são solucionados mediante um intermediário, se a empresa for muito desenvolvida, ela mesma irá solucionar seus problemas via o circuito bancário e se não for o caso, o poder público se encarrega de criar um caminho para que esta empresa tenha acesso ao crédito.

Os supermercados e as grandes lojas são fortemente sustentados pelas estruturas bancárias, ou então eles mesmos controlam os bancos. Neste último caso, tratar-se-ia de um capital comercial de um tipo novo, assimilável ao capital financeiro de que dispõem as grandes indústrias e que lhes permitem uma certa autonomia (SANTOS, 2004a, p.86-87).

O capital comercial possibilita que os supermercados e as grandes lojas mantenham uma relação impessoal com seus clientes, instituindo como base para a negociação o sistema de crédito concretizado pela disseminação dos cartões de créditos ou mesmo pelo pagamento a vista.

Por outro lado, têm-se as boutiques, que apesar de apresentarem algumas semelhanças no modo de operacionalização do sistema de crédito, mas conseguem se destacar através das diferenças. Pode-se dizer que este tipo de estabelecimento seleciona os clientes de maneira individual, ou seja, mediante a frequência com que se efetiva as compras, existindo a possibilidade de se constituir uma relação semelhante ao que acontece no circuito inferior, no qual o cliente pode criar uma relação pessoal de confiança e levar o produto sem precisar enfrentar a burocratização na hora de pagar. Por exemplo, se a loja vende apenas através do pagamento em cartão de crédito, pode se comprar através de cheque, que é a concretização de uma venda a base de confiança. Atualmente as boutiques estão cada vez mais se instalando nos shoppings centers.

Os shoppings centers são as mais novas formas de organização e reprodução do circuito moderno no Brasil e seguem uma tendência mundial. Seu

surgimento deu-se na década de 50 nos Estados Unidos. Pode-se citar algumas características básicas desse tipo de estabelecimento que parte da premissa de aglutinar numa mesma estrutura alguns elementos: a ocupação de grandes áreas, a geração de um significativo número de empregos, a utilização de tecnologias avançadas e a quantidade de loja representam o poder desses estabelecimentos, chama a atenção que várias lojas comercializam os mais diversos tipos de produtos, mas também não encontra-se impedimentos para que haja várias lojas comercializando os mesmos tipos de produtos.

As áreas de lazer e as praças de alimentação apresentam uma diversificação significativa de estabelecimentos especializados, que oferecem a possibilidade de ter acesso à gastronomia de várias partes do mundo. Contudo, apresentando uma predominância dos estabelecimentos que têm como carro-chefe a comercialização de refrigerantes, batata-frita e sanduíches, aspecto que funciona como algo que não permite esquecer qual foi o país de origem desta forma de organização e reprodução dos estabelecimentos comerciais modernos.

Os gêneros de atividades comerciais são pré-estabelecidos por convenção no ato da compra ou aluguel, sem restrição ao número de lojas de mesmo gênero; há alguns critérios que são analisados antes da implantação de um Shopping, o principal é a localização, mas outros como um estudo prévio que considere a área de abrangência e influência, bem como, a densidade demográfica e projeção do crescimento populacional, a renda familiar, área em comum de consumo e locais preferidos para compra, segundo a faixa de renda, distância dos shoppings centers em relação aos outros centros comerciais existentes, especificação dos locais de lazer e de cultura por faixa etária e de renda, concorrência específica por gênero de atividade, condições de acesso e de infraestrutura, avaliação do potencial de consumo, instalação de lojas âncoras e viabilidade econômica do empreendimento são sinônimos de garantia ou não do sucesso.

O financiamento destes estabelecimentos fica a cargo dos bancos privados e/ou através da participação de fundos de investimentos e até mesmo com o apoio de programas de financiamentos e créditos (como o BNDES).

Os investidores desses tipos de empreendimentos trabalham com a possibilidade de retorno de investimento através de duas vias tradicionais: o aluguel das lojas e o outro da venda das lojas, como aponta o autor a seguir.

Na realidade, o Shopping Center, uma vez construído, pode dar origem a dois empreendimentos distintos: o primeiro reúne um investimento imobiliário que administra e promove o marketing conjunto e aluga as lojas para que se processe o segundo negócio que é o de vendas a varejo ou por atacado. A outra modalidade inclui a venda das lojas, cujos proprietários alugam ou desenvolvem seus próprios negócios e exercem a administração sob a forma de condomínio, mantendo as mesmas características físicas e ambientais que tipificam os Shoppings Centers (MOACYR, 1997, p.12).

Chama-se de duas vias tradicionais de retorno de investimentos porque atualmente existem outras vias, por exemplo, pode-se citar a cobrança de taxas para estacionar os automóveis dos clientes e este meio de aumentar os lucros está sendo muito utilizado pelos proprietários dos shopping centers. Geralmente estes equipamentos são construídos e ampliados sem maiores restrições, mesmo quando estão sobre áreas de proteção ambiental, como já aconteceu em João Pessoa.

Diferente dos hipermercados, boutiques e shoppings centers, as indústrias modernas no Brasil enfrentaram sérios problemas e desafios para serem instaladas, mas um elemento facilitador é que elas sempre tiveram o apoio do Estado, através da elaboração de políticas públicas específicas, visando otimizar este setor. E assim, abordamos os elementos puros do circuito superior moderno.

Como elementos mistos do circuito superior moderno pode-se citar os comércios atacadistas, que atualmente também comercializam produtos a varejo e os transportadores (como sugere Milton Santos este último foi incluído para ser discutido no circuito inferior).

O comércio atacadista ocupa também grandes áreas, assim como, o comércio moderno. As formas de pagamentos, na maioria das vezes, são a vista e se aceita o cartão de débito automático ou cheques para o dia da compra, isso porque os produtos são bem mais baratos que nos outros tipos de estabelecimentos, assim se oferece a possibilidade dos pequenos comerciantes ampliarem suas margens de lucro ao revender as mercadorias. Alguns tipos desses estabelecimentos só vendem para comerciantes cadastrados, já outros vendem para comerciantes com ou sem cadastros, bem como, para a comunidade em geral, sem exigir a apresentação de algum tipo de identificação na hora de pagar pelos produtos. Devido à variedade, à qualidade e à oferta de produtos mais em conta, a

procura acaba sendo de todas as camadas da sociedade, principalmente porque o número de produtos a serem comprados não são previamente determinado e também o número de produtos que se pode comprar com preço de atacado muitas vezes suprem a necessidade de uma família, fato que se torna ainda mais atrativo.

Como os “atacadões” conseguem ter uma clientela bem diversificada, atingindo todas as camadas da sociedade, passa a ser normal a presença de automóveis particulares que fazem entregas nas residências ou nos pequenos estabelecimentos através da cobrança do frete. Além disso, no seu funcionamento interno é utilizado a alta tecnologia. Os estoques e as vendas são controlados por computadores. O modo como os funcionários repõem as mercadorias em grande quantidade chama a atenção dos compradores mais humildes, que nunca se depararam com um carro automotivo controlado por uma pessoa que movimenta as mercadorias de um lado para o outro e ainda empilha ou retira os produtos em maior quantidade das partes mais elevadas das prateleiras dentro de um “supermercado”, enquanto os clientes efetivam as compras. Como se pode perceber são estes alguns aspectos que colocam estes tipos de estabelecimentos de grande porte na interface do comércio moderno e do comércio tradicional.

Numa outra esfera, têm-se os elementos impuros, no qual estão incluídos o comércio de importação e exportação e a indústria de exportação. Santos (2004a) refere-se a estes elementos como impuros porque os seus produtos destinam-se para o exterior, pois geralmente a sua produção é muito superior a capacidade de absorção do mercado local.

Assim como Santos explicitou, o circuito superior foi abordado segundo dois segmentos referentes à maneira com que se organizam, ou seja, um referente ao circuito superior moderno, que já se descreveu e é de fácil percepção que suas bases são sustentadas pelas estruturas oligopolistas, e o outro que é o circuito superior marginal. Santos descreve que é fundamental para o grande capital a existência das pequenas e médias empresas no circuito superior para consolidar a relação do circuito superior marginal dentro do circuito superior.

Como exemplo de circuito superior marginal pode-se citar o caso dos shoppings centers que possuem lojas com produtos de luxo destinados a uma camada específica da sociedade e com lojas que vendem artigos importados tipo R\$1,99 ou mesmo aquelas lojas com artigos para uma camada da população mais inferior economicamente falando. Assim, chega-se a pensar que o circuito superior

marginal seria aquele constituído por formas de organização e de produção menos modernas do ponto de vista tecnológico. Santos (2004a) descreve-o da seguinte maneira:

O circuito superior marginal pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas, como do circuito inferior. Esse circuito superior marginal tem, portanto, ao mesmo tempo um caráter residual e um caráter emergente. Nas cidades intermediárias é o caráter emergente que domina (SANTOS, 2004a, p.103).

Especificamente quando se fala a respeito dessas empresas do circuito superior marginal, é normal questionar sobre a sua origem e daí alguns caminhos são possíveis. Um caminho seria referente às empresas modernas que inicialmente acompanhavam as mudanças na forma de produção e comercialização, mas por falta de uma boa administração não conseguiram continuar acompanhando essas mudanças tecnológicas, mesmo tendo acesso aos créditos relativamente sem burocracia. Ou mesmo, são empresas que ainda por falta de uma boa administração conseguiram chegar a anunciar um estágio crítico financeiro, mas ainda assim se mantiveram enquanto empresas do circuito superior, mesmo que seja o marginal.

O fato é que muitas empresas até preverem permanecer no circuito superior marginal porque nele algumas vantagens são garantidas, tais como: as empresas não são obrigadas a pagarem impostos nem o seguro social; o rebaixamento dos salários no mercado de trabalho devido o uso de um grande montante de capital e pouca mão-de-obra; as despesas com publicidades são bem menores ou mesmo não existem porque estas empresas se beneficiam das propagandas promovidas pelos produtos de boa qualidade, já que os produtos apresentam qualidades inferiores e; a consignação de preços mais baixo do que os das empresas do circuito superior moderno é na verdade uma estratégia que garante a existência do circuito superior marginal.

Dentre estas possibilidades de organização, existe uma que funciona de maneira inversa ao que já foi descrito, nesse caso, trata-se de empresas que começaram no circuito inferior, mas que conseguiram aumentar seu capital e ser inseridas no circuito superior marginal como uma pequena ou média empresa sendo

afiançada pelos benefícios concedidos por diversos programas de financiamento de bancos privados ou estatais.

Os bancos passam então a desempenhar o papel de elo entre o circuito superior e o circuito inferior. E mais, os bancos acabam exercendo um papel de promover o desequilíbrio regional, quando drenam o capital de origem local para outras regiões e mesmo para outros países. Isso ressalta a função de favorecer as atividades que têm suas sedes de origem em outros países e mesmo em âmbito superior. Ou seja, o que se percebe é a existência de um sistema bancário local que está cada vez mais subordinado ao sistema bancário internacional e que beneficia de modo direto o circuito superior se ausentando de contribuir com o circuito inferior da economia urbana. Mas mesmo assim, na maioria das vezes, as empresas do circuito inferior têm acesso através dos seus proprietários ou parentes dos proprietários a algumas movimentações bancárias, por mais insignificantes que sejam.

O circuito inferior da economia é constituído por atividades que apresentam pequenas dimensões em movimentação de capital, mas grandes dimensões em número de pessoas ocupadas. O mais comum é o incremento de atividades como os pequenos estabelecimentos familiares, os empregados domésticos como um tipo de serviços, os artesões, as indústrias de “fundo de quintal”, vendedores ambulantes e os pequenos serviços, principalmente aqueles ligados à alimentação e ao alojamento que são basicamente os que buscam suprir as necessidades primárias das pessoas e ainda os transportadores que na verdade permeiam pelos dois circuitos.

Os pequenos estabelecimentos familiares destacam-se tanto em razão da utilização da mão-de-obra familiar quanto do uso do espaço de moradia para situar o ponto de negociação das mercadorias. Nestes tipos de estabelecimentos, a presença da mulher se desdobrando entre as atividades domésticas e o atendimento dos clientes é uma constante. Além disso, os horários de atendimentos não são fixados, primeiro porque os fregueses são seus próprios vizinhos e, mediante essa relação mais íntima, é possível ser atendido sem burocracia a qualquer hora do dia ou da noite, tendo ou não a forma de pagamento no instante de necessidade. Isso faz com que os proprietários e ajudantes tenham uma carga de trabalho superior ao que normalmente é estipulado para esse tipo de atividade, como demonstra Santos.

O trabalho em casa facilita também as relações com a vizinhança: os clientes estão certos de poderem ser atendidos não importa a que hora, mesmo aos domingos e feriados. Em casa o trabalho pode se prolongar por longos horários, práticas muito corrente no circuito inferior. Às vezes, trabalha-se até 15 horas por dia, como Gadgil (1965) observou em Sholapur (Índia). Esses longos horários podem ser exigidos pelo caráter sazonal da própria atividade ou das atividades que estão ligados a ela. Mas pode também exprimir também a necessidade de aumentar a renda, principalmente quando os lucros não são elevados (SANTOS, 2004a, p.217).

Os empregados domésticos podem ser vistos tanto como um modo de prestação de serviço, quanto uma categoria sócio-ocupacional e com base nisso ,existem aspectos interessantes a serem analisados. Inicialmente enquanto um modo de prestação de serviço, verifica-se que apesar da “popularização” dos eletrodomésticos, esse tipo de serviço ainda hoje é muito solicitado pela população que dispõe de mais condições financeiras e é a mais ofertada pela camada da população mais desprivilegiada, com destaque às pessoas recém-chegadas das áreas rurais e sem ou com pouca qualificação. Enquanto categoria sócio-ocupacional, há um destaque para a participação do trabalho feminino, principalmente porque, segundo Barbosa, esta é uma categoria ocupacional “vista como um emprego desqualificado e discriminado” (BARBOSA, 2000, p.97), apesar de ter uma função muito importante no processo de reprodução social da sociedade, como ressalta Bezerra apud Barbosa:

Isto, porque essa categoria profissional tem uma grande responsabilidade, na participação do processo reprodutivo da população que trabalha diretamente para o capital, garantindo, no âmbito familiar, a organização e distribuição dos bens produzidos, senão na sua totalidade, mas uma importante e necessária contribuição (por exemplo: transformar alimentos em comestíveis, etc), como também serviços (passar, cuidar de casa, etc) (BEZERRA, 1984, apud BARBOSA, 2000, p.97-98).

Os artesões, assim como os pequenos comerciantes e seus familiares, algumas vezes utilizam os espaço de construção de suas casas para fixarem o ponto de negociação de seus produtos. Ainda como um ponto em comum com os pequenos estabelecimentos familiares, este tipo de atividade pode ser constituído através da utilização da força de trabalho familiar, individual ou de cooperativas. No mundo moderno, esta atividade perdeu o seu lugar de destaque passando mesmo a

ser vista como a produção de mercadorias de baixa qualidade. Atualmente, nas cidades que apresentam um fluxo de pessoas vindas de outros lugares, esta atividade tem tentado se fortalecer como um elemento de atração do consumo, instituindo para isso a formação de um público cativo. Este público é geralmente formado por turistas, pessoas que visitam os diversos lugares e buscam as lembrancinhas que os façam recordar dos lugares que passaram. E para quem produz, isso significa também um modo de divulgação da tradição e cultura do lugar e do seu trabalho. Esta atividade destaca-se também por precisar de poucos equipamentos, assim é facilmente desenvolvida em casa, como aponta Santos:

Na atividade individual ou familiar, com frequência realizada em casa, é fácil fugir parcial ou totalmente dos impostos. Por outro lado, essa atividade exige pouco no plano dos equipamentos e de sua renovação e é sustentada pela exigência de uma demanda na cidade, adaptando-se facilmente às oscilações dessa última (SANTOS, 2004a, p.211).

As indústrias de “fundo de quintal” são aquelas que geralmente produzem artigos diversos, utilizando equipamentos já obsoletos, muitas vezes abandonados por algumas indústrias, mas que, à medida que são reaproveitados pelos industriais do circuito inferior, transformam-se em instrumentos valiosos de trabalho.

Os instrumentos de trabalho dessas pessoas do circuito inferior da economia urbana são adquiridos de diversas maneiras, quando não são construídos pelas próprias pessoas que as utilizam. Algumas vezes são equipamentos que foram recebidos como forma de pagamento no momento de falência das fábricas ou ainda equipamentos leiloados por preços muito baixos no momento de renovar os maquinários, dentre tantas outras maneiras.

Interessante também é perceber que nem todas as pessoas que fabricam algo nas indústrias do circuito inferior não precisam de maquinarias, uma vez que os seus produtos são gerados através da manipulação de outros tipos de materiais, a exemplo das pequenas indústrias de detergentes, cloro e sabão caseiro.

Outro tipo de estabelecimento é o dos pequenos negócios de serviços. Estes geralmente são compostos por atividades voltadas para garantir o bem-estar pessoal, com destaque pode-se citar aqueles voltados à alimentação e à higiene

peçoal, tais como: lanchonetes, restaurantes, cabeleireiros, manicure e pedicure, dentre outros. Algumas vezes há problemas como a falta de higiene na manipulação, acondicionamento e esterilização dos produtos e instrumentos de produção e prestação destes serviços.

Os vendedores ambulantes são aqueles que não dispõem de um espaço físico fixo. Alguns efetivam suas vendas carregando as mercadorias em pequenas quantidades nas suas próprias mãos e outros utilizam carros-de-mão ou bicicletas para locomover um número maior de mercadorias. Segundo Milton Santos, este seria “o último elo da cadeia de intermediário entre os importadores, industriais, atacadistas e o consumidor” (SANTOS, 2004a, p.218). Existem dois tipos de vendedores ambulantes, um que tem seu próprio dinheiro para comprar as mercadorias e outro que apenas vende as mercadorias de outras pessoas.

Como diz Buchanan, em seu estudo de Cingapura (1972, p.156), “esse tipo de comércio é ao mesmo tempo uma resposta e um produto da pobreza”. O vendedor de rua é menos dependente da clientela que os outros. Ele vai à sua procura, ele tenta essa clientela; ou pode aproveitar ao máximo uma ocasião: nos dias de chuvas, as ruas e os escritórios são percorridos por vendedores de capas e guarda-chuvas. Sua situação também lhe permite que se mobilize um mínimo de capital (McGee, 1969, p.9; 1979b). Algumas caixas, uma prancha, uma cesta, não mais que as duas mãos: isso é suficiente para improvisar um vendedor (SANTOS, 2004a, p.218).

Os transportadores são responsáveis também pela mobilidade dos produtos, como já foi citado a existência de automóveis particulares ou da própria empresa que fazem entregas nas residências ou nos pequenos estabelecimentos através da cobrança ou não do frete. Geralmente são os responsáveis pela mobilidade de mercadorias dos “atacadões” aos seus clientes que, via de regra, são pequenos comerciantes ou prestadores de serviços.

O ingresso nas atividades do circuito inferior da economia é relativamente fácil, uma vez que é preciso dispor de condições para executar o trabalho do que propriamente de capital para a reprodução. O capital investido nessas atividades tem diversas origens, porém, o mais comum são seguro desemprego, indenização, herança, vendas de bens móveis e/ou imóveis, localizados nas áreas rurais ou mesmo urbanas, e até mesmo pequenos empréstimos para pessoas físicas.

Por dispor de pouco capital comercial, as dimensões dos estabelecimentos são reduzidas, geralmente se organizam de modo precário, mas esse fato não é um empecilho para que cada vez mais seja verificado a formação de “um grande número de empresas de pequenas dimensões” (SANTOS, 2004a, p.213) com estruturas improvisadas.

Os estoques também são reduzidos. Por um lado, isso dá-se por causa do pouco capital para ser investido, e por outro lado, não se dispõe de espaço físico para fazer esta armazenagem. E mais, na prática, o que se verifica é que os clientes por fazerem parte da vizinhança tendem a comprar apenas o que falta e assim compra em pouca quantidade, mas com freqüência.

De modo geral, pode-se perceber que a formação destes dois circuitos deve-se ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pela maioria dos países subdesenvolvidos, que dentre outros aspectos é destacado pela disparidade de renda da população, mas que apesar de gerar a desigualdade é legitimado pela ação do Estado. Desse modo a realidade dos países subdesenvolvidos apontam para a existência e consolidação de esferas de produção díspares, formando o que Santos chamou de dois circuitos da economia urbana, que traz na sua essência as raízes das desigualdades e que se reflete em determinados espaços mais do que em outros. A exemplo de existir regiões mais e menos desenvolvidas economicamente num determinado país, e inseridos nessas regiões cidades ou núcleos que conseguem aglutinar mais ou menos atividades e assim se destacarem, seja pela sua dinâmica ou pela sua inércia econômica.

Como se pode perceber, ao estudar os dois circuitos, é necessário perceber como são estabelecidas as relações entre os tipos de atividades que são desenvolvidas com a sociedade, bem como, destas atividades com o espaço circundante que pode ser a própria cidade, mas que também pode extrapolar esta dimensão espacial e chegar à escala regional, nacional e global.

O que se verifica é que o setor terciário está inserido ora no circuito superior com as atividades do setor terciário superior e ora no circuito inferior, com as atividades do terciário tradicional ou inferior. De uma maneira ou de outra, são estabelecidos os dois circuitos da economia urbana, não sendo necessário a existência dos dois circuitos na mesma cidade, por exemplo. O fato é que numa cidade pode haver elementos dos dois circuitos, mas a tendência é que haja um circuito que se destaque mais do que outro. Esse aspecto é justificado mediante as

características apresentadas por cada circuito como se verifica na página seguinte, no quadro 2.

	<b>Circuito Superior</b>	<b>Circuito Inferior</b>
<b>Tecnologia</b>	Capital intensivo	Trabalho intensivo
<b>Organização</b>	Burocracia	Primitiva
<b>Capitais</b>	Importantes	Reduzidos
<b>Emprego</b>	Reduzido	Volumosos
<b>Assalariado</b>	Dominante	Não-obrigatório
<b>Estoques</b>	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
<b>Preços</b>	Fixo (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor ( <i>haggling</i> )
<b>Crédito</b>	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
<b>Margem de lucro</b>	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
<b>Relações com a clientela</b>	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
<b>Custos fixos</b>	Importantes	Desprezíveis
<b>Publicidade</b>	Necessárias	Nula
<b>Reutilização dos bens</b>	Nula	Freqüente
<b>Overhead capital</b>	Indispensável	Dispensável
<b>Ajuda governamental</b>	Importante	Nula ou quase nula
<b>Dependência direta do exterior</b>	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Diante dessa discussão, pode-se dizer que em Bayeux acontecem fatores interessantes. O circuito superior não existe em sua plenitude. Têm-se então pontos isolados com poucos estabelecimentos e os que existem são do setor industrial, que trabalham com equipamentos e maquinarias de última geração, com operadores de origem nacionais e internacionais, como é o caso da CITEX/CIPATEX, cuja produção de couro sintético visa atender aos padrões internacionais.

Quanto ao setor terciário, com exceção da concessionária e assistência técnica da filial da Rede Chevrolet, não é possível identificar nenhum outro estabelecimento que disponha de equipamentos altamente informatizados e que necessite de pessoas devidamente preparadas para operacionalizá-las.

O setor terciário é totalmente do circuito inferior. Para se ter idéia, o maior desejo dos comerciantes e prestadores de serviços daquele local é a construção de um shopping center. Mas como já foi discutido anteriormente, não é necessário apenas vontade, é preciso, antes de qualquer coisa, de que algum capitalista se convença da garantia de retorno de seus investimentos.

Mediante a predominância de uma ou mais atividades dos circuitos urbanos da economia urbana, chama-se a atenção para o modo que se percebe a cidade. No dizer de Santos, a cidade passar a ser vista como um todo composto por partes diferenciadas e não mais como “uma máquina maciça” (SANTOS, 2004a, p.22).

Santos (2004a) diz que a abordagem dos circuitos da economia visa entender à organização do espaço e, através dessa concepção, é possível realizar uma análise mais refinada do fenômeno econômico, já que extrapola a idéia apresentada pela abordagem sobre o setor terciário.

A noção de atividade terciária é uma herança direta da divisão tripartite da economia, proposta por Colin Clark (1957), quando apresentou a existência de três setores da economia – primário, secundário e terciário – e os delimitou formalmente (SANTOS, 2004a, p.200).

Essa delimitação formal do setor terciário define como atividades próprias desse setor o comércio e os serviços, não incluindo outras atividades que se situavam na fronteira entre o setor secundário e o próprio setor terciário, como o faz Milton Santos na sua abordagem do circuito inferior nos países subdesenvolvidos.

A realidade dos países subdesenvolvidos, e em específico o Brasil, aponta para um desenvolvimento econômico com características específicas. Isso permitiu alguns autores, a exemplo de Quijano, Jacqueline Beaujeu-Garnier e Denis Lambert designarem o setor terciário, respectivamente, de “pólo marginal da economia”, “terciário primitivo” e “terciário refúgio” (SANTOS, 2004a, p.201).

Considerava-se, inicialmente, que as atividades terciárias referiam-se apenas à formação de um setor complementar aos outros setores produtivos formados pelas atividades primárias (atividades agrícolas, pecuárias, extrativa vegetal e animal) e as atividades secundárias (atividades industriais).

Logo, o trabalho das pessoas é o elemento que dá valor às coisas, que geralmente vêm da natureza. Esta afirmativa carrega o pensamento de Marx (1994) nas suas entrelinhas, quando esse autor afirma que o trabalho da mesma maneira que a mercadoria apresenta duplo caráter, que seria na verdade a materialização do trabalho na mercadoria, assim como demonstra suas palavras na citação seguinte:

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como duas coisas: valor-de-uso e valor-de-troca. Mais tarde, verificou-se que o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores-de-uso. Fui quem, primeiro, analisou e pôs em evidência essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria (MARX, 1994, p.48).

A partir desse pensamento pode-se pensar então que os diversos valores-de-uso, bem como, as distintas mercadorias materialmente produzidas geram uma infinidade de trabalhos que podem ser classificados por ordem, gênero,

espécie, subespécie e variedade na divisão social do trabalho. A divisão social do trabalho passa a ser uma condição para que se exista a produção de mercadoria. Já a recíproca não será verdadeira (MARX, 1994). A importância dos valores-de-uso e sua relação com a produção de mercadorias, bem como, a divisão social do trabalho, é explícita na citação seguinte:

Está, portanto claro: o valor-de-uso de cada mercadoria representa determinada atividade produtiva subordinada a um fim, isto é, um trabalho útil particular. Valores-de-uso não podem se opor como mercadorias, quando neles não estão inseridos trabalhos úteis qualitativamente distintos. Numa sociedade, cujos produtos assumem, geralmente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, - essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados, independentes uns dos outros, como negócio particular de produtores autônomos, leva a que se desenvolva um sistema complexo, uma divisão social do trabalho (MARX, 1994, p.49).

O trabalho é então um criador de valores-de-uso e como tal, é transformado em trabalho útil. Soma-se o valor-de-uso à utilidade e se têm como resultado o trabalho como um elemento indispensável à existência da humanidade. Na verdade, o trabalho “é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 1994, p.50).

Para se entender melhor como se dá a organização espacial da economia urbana dos dois circuitos, faz-se mister uma contextualização que parte do detalhamento sobre a maneira como o capitalismo se expandiu no Brasil, bem como, os avanços e inserção do uso das tecnologias, ressaltando alguns problemas estruturais consolidados pela atuação do Estado e que causaram profundas alterações no mundo do trabalho. Essa análise sem sombra de dúvidas, é importante para se entender como a cidade de Bayeux reagiu na escala local,. Assim, será introduzido o próximo capítulo.

**3- SETOR TERCIÁRIO - DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA ÀS  
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Neste capítulo, aborda-se a relação entre o setor terciário e os principais aspectos que o influencia direta ou indiretamente econômica e socialmente. Para tanto, inicia-se a discussão buscando entender qual o papel do capitalismo diante da organização sócio-econômica de uma sociedade e como ele atua mediante os setores econômicos, especificamente no terciário.

E, num segundo momento, tenta-se promover uma articulação entre o setor terciário e as transformações ocorridas no mundo do trabalho, dando um destaque para a formação das MEP's (Micros e pequenas empresas), a informalidade e a qualificação da mão-de-obra.

Para tanto, recorre-se às literaturas que versam sobre o mercado de trabalho brasileiro, nas quais é possível verificar a existência de importantes marcos temporais. Faz mister destacar e subdividi-los em três momentos, assim como sugere Theodoro (2004): um período que se estendeu da escravatura aos anos 1930; um segundo, dos anos 40 a 70 e; um terceiro dos anos 80 aos dias atuais, dando um destaque à década de 90. Estes recortes históricos possibilitam um melhor entendimento sobre o mercado de trabalho, o setor terciário, bem como, as origens da informalidade no Brasil. É bom ressaltar que não podemos perder de vista que o capitalismo tem o poder de promover uma organização/desorganização/reorganização das esferas mencionadas e até mesmo do espaço como um todo, mediante seus interesses e sua natureza multifacetada.

Justamente por ter essa natureza multifacetada é que o capitalismo abre a possibilidade de considerá-lo como um sistema econômico formado por faces e/ou fases que podem ser comparadas a ciclos, que nascem, expandem, atingem o ápice e, em seguida, declinam, chegando ao estado de crise, mas que logo, se renovam iniciando um novo ciclo.

Porém, mesmo em meio a tantas transformações, percebe-se que, desde o seu início, em todos os ciclos, o objetivo do capitalismo é único: obtenção do lucro visando a acumulação. Segundo Singer (1987), o capitalismo pode ser definido da seguinte forma: é o "sistema sócio-econômico em que os meios de produção são propriedade privada duma classe social em contraposição a outra classe de trabalhadores não proprietários" (SINGER, 1987, p.07). Esta contraposição apontada entre classes aparece como o fulcro do capitalismo, sua essência é a mais pura expressão da desigualdade e das contradições.

### 3.1- Contextualizando o setor terciário a partir do capitalismo

Atualmente vivencia-se um novo modelo de reprodução do capital, ou melhor, um novo ciclo. Contextualizá-lo é necessário para compreendermos as transformações ocorridas tanto em âmbito mundial/global, quanto em âmbito local, para tanto, dá-se destaque ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil sem esquecer, é claro, de que o contexto atual remete a uma escala mundial; na qual cada momento histórico é marcado pela atuação de vários agentes sociais que são participantes da reprodução de cada ciclo e, porque não dizer, do modelo capitalista.

Inicia-se essa discussão com o “casamento” entre o capitalismo e o liberalismo, entendendo que ambos são “concepções e realidades que se integram e se confundem num mesmo processo de construção histórica. Têm a mesma gênese e expressam realidades que se interpenetram” (BRUM, 1998, p.25).

Do início desse “casamento” do capitalismo com o liberalismo até os dias atuais, foram desencadeadas cinco fases: a fase revolucionária – quando ainda éramos (Brasil) colônia de Portugal; a fase de consolidação e expansão – marcada por guerras que deram ímpeto às revoluções industriais, nas quais o Brasil e a América Latina foram inseridos com atraso; a fase do surgimento do capital monopolista – que se deu quando o Brasil atingiu a segunda revolução industrial; a fase do Estado de bem-estar social – que promove discussões polêmicas quando se discute o caso brasileiro e; a fase do neoliberalismo – que marca a terceira Revolução Industrial, no qual o setor terciário destaca-se. (BRUM, 1998, p.28). Porém, neste momento, trabalha-se apenas com a consolidação e expansão do capitalismo/liberalismo, destacando as Revoluções Industriais, uma vez que estes períodos apresentaram a prevalência do capitalismo enquanto política e prática dominante. Fato que marcou a segunda metade do século XVIII e, com mais veemência, os séculos XIX e XX, quando, de fato, emerge um novo modelo de capitalismo.

A Primeira Revolução Industrial foi marcada pelo atraso do país com relação aos países mais desenvolvidos, demorou-se aproximadamente cem anos, entre o início e a consolidação desse primeiro período. Em contrapartida, a Inglaterra, que então era o centro hegemônico do capitalismo, conseguiu em dez

anos (1820 a 1830), maturar plenamente estas mudanças, enquanto que o Brasil só engrenou praticamente cinquenta anos após, ou seja, entre as décadas 1870 e 1880.

Nota-se que, nestas décadas, a sociedade brasileira apresentou tímidas mutações quanto ao padrão de consumo e acumulação, tendo como atividade econômica principal o comércio de produtos e escravos, bem como, a agricultura. Fato que leva a perceber que esta sociedade, neste período, se revelava com característica eminentemente rural e escravista. O escravismo era mais que um problema de ordem social, na verdade, ele era um obstáculo para a diferenciação da divisão social do trabalho que fora atenuado no ano de 1888, tendo como marco a libertação dos escravos. Mesmo assim, emergia como pano de fundo econômico a acumulação resultante do acréscimo de terras, que também atuou como um obstáculo para o avanço da divisão do trabalho e conseqüentemente para o padrão de acumulação e crescimento (OLIVEIRA, 1977).

A consolidação da Primeira Revolução Industrial só veio ocorrer efetivamente entre 1920 e 1930, quando o Brasil vivenciou a substituição do capital na forma de máquinas e equipamentos pelo capital financeiro, o que refletiu mais tarde numa capitalização de baixo nível. A formação das cidades começou a ganhar ímpeto. Nestas cidades, a divisão social do trabalho apresentou diferenciações.

O trabalho livre originou um modo de produção de mercadorias baseada na separação entre produtores e meios de produção, no qual emergiu “uma população para o capital” (OLIVEIRA, 1977, p.25). Mas essa “população para o capital” poderia ser composta por quem? Este foi outro aspecto que serviu como barreira para que o país deslanchasse. Os trabalhadores brasileiros, que anteriormente eram escravos, não apresentavam as qualificações exigidas pelo capital, pois não disponibilizava de habilidades técnicas, tendo como “único atributo” a força de seu corpo.

Não é estranho, por isso, que, em meio a uma abundância de força de trabalho, a indústria brasileira, nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, tenha que socorrer-se do imigrante estrangeiro, cuja predominância no total da classe operária ainda era absoluta em 1920 (OLIVEIRA, 1977, p.26).

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelas novas relações de produção, que resultaram numa nova configuração entre o campo e a cidade. As cidades foram se tornando aos poucos objeto de desejo das pessoas, formando um fluxo que marcou a saída das pessoas do campo em direção a cidade. As relações de produção na cidade se deram pela especialização, na qual,

os assalariados e semi-assalariados produziam *apenas* os bens de exportação, os camponeses e quase-camponeses produziam *apenas* os bens alimentícios de sua própria cesta de consumo e algumas matérias-primas, cujos excedentes iam para as cidades (OLIVEIRA, 1977, p.26).

Quanto à divisão social do trabalho, nota-se que ela avançou em relação à simultaneidade de dois processos: a industrialização e a urbanização.

Percebemos que foi um período em que, apesar de frágil, já se notava a presença do capital nacional, que antes era capital mercantil nacional e em seguida deu origem ao capital industrial. Sendo assim, “fizemos, ao longo do período 1880-1930, apenas a implantação dos principais setores da indústria leve de bens e consumo não-durável” (CANO, 1995, p.22). Numa forma mais generalizada, podemos dizer que passamos a vivenciar o que já havia ocorrido na Europa no século XVIII, ou seja, as nossas indústrias difundiram-se, as atenções ficaram voltadas para o capital fixo, o trabalho assalariado e para a circulação de riquezas. “Nasce assim a moderna economia política, centrada na formação dos preços, na relação entre oferta e procura, no imposto, na interdependência de fatores sociais e econômicos” (DE MASI, 2000, p.121).

A inserção do Brasil, na Segunda Revolução Industrial, foi mais difícil do que na primeira, seguindo o mesmo ritmo de atraso. Este período foi deflagrado ainda na primeira metade do século XIX e desenvolvido plenamente entre as décadas de 1870 e 1890. Neste momento, a Inglaterra uniu-se aos Estados Unidos, Japão e Alemanha, visando uma maior concentração de capital, através da prática da monopolização dos principais mercados industriais por empresas cada vez maiores. Todavia, após a Primeira Guerra (1914-1918), os países europeus (Inglaterra, França, Alemanha e Itália) saíram desgastados e verificou-se um deslocamento de poder, no qual os Estados Unidos passaram a ser a potência econômica e política mundial. Diante desta realidade, o Brasil começou a se

relacionar diretamente com os Estados Unidos, culminando nas inovações do processo de industrialização, do qual podem ser ressaltadas algumas características:

Maior emprego da base científica com o desenvolvimento da física e da química; a inovação do motor a combustão; o uso da eletricidade; substituição do antigo padrão de livre concorrência com o surgimento da grande empresa, de trustes, cartéis e oligopólios; padrão tecnológico mais complexo; requisitos de grandes massas de capital e escalas produtivas maiores. Este novo padrão de industrialização constituiria também duas novas peças que se destacariam no cenário das principais economias líderes: o capital bancário e financeiro e o estado estruturante, formulador e executor de políticas de industrialização na maioria desses países (CANO, 1995, p.23).

Efetivamente os estudiosos consideram que só passamos a nos inserir na Segunda Revolução Industrial a partir da “crise de 29”. Nota-se que transformações estruturais ocorreram para que fosse possível uma reorganização das condições de expansão do capitalismo enquanto modo de produção e acumulação. Neste contexto, a década de 1930 significou o fim de uma base econômica pautada no modo agricultura-exportação e o começo de uma estruturação produtiva de base urbano-industrial. A concretização demorou mais cinquenta anos, aproximadamente, como explicita Cano:

Iniciamo-lo entre 1933-1955 de forma restringida e incipiente e de forma mais decisiva nos períodos 1956-1962 e 1968-1980, quando concluímos a instalação dos setores produtores de bens de consumo durável e de bens intermediários e de capital (CANO, 1995, p.23).

Autores, como Furtado e Mello, chamaram este período de industrialização tardia e complementaram adjetivando também de induzida. Isso significa que, primeiro, demoramos muito tempo para introduzir e também se adequar às inovações e, segundo, quando iniciamos, foi de forma induzida, pois “não se trata da formação de um sistema de produção industrial mediante sua diversificação e sim da adição de unidades similares em certos setores da atividade industrial” (FURTADO, 1970, apud: MELLO, 1986, p.90).

Os produtos industriais brasileiros apresentavam preços altos, qualidades baixas e eram voltados exclusivamente para o consumo interno. Estas

características não agradavam as exigências externas, por isso, as políticas internas precisaram concentrar esforços em estratégias que agradassem o paladar externo, ao mesmo tempo em que nos inserisse na competição do mercado. E assim foi feito, o café passou a ser o carro-chefe de produção e conseguiu se transformar num produto competitivo internacionalmente. Enquanto isso, os produtos industriais, propriamente ditos, precisavam ser valorizados internamente para que fossem algo que concorressem com “seus similares estrangeiros” (OLIVEIRA, 1987, p.29), então o automóvel nacional passou a ser o principal produto, despertando o interesse interno da camada mais alta da sociedade brasileira.

A participação do Estado e da elite brasileira foi de extrema importância neste momento, pois atuaram de forma decisiva em vários âmbitos. O Estado se estabelece como estruturante, através das “políticas setoriais de industrialização, um inteligente manejo da política econômica e institucionalizando a organização dos mercados de trabalho” (CANO, 1995, p.24). Em busca do progresso, o Estado investiu uma parcela significativa de capital internacional e apenas uma pequena parte do capital estatal, desta forma, conseguiu financiar e executar vários projetos, dando mais importância àqueles voltados à indústria (química, siderúrgica e metalúrgica), à infra-estrutura (energia, transporte e comunicação), bem como, à institucionalização do crédito, a longo prazo, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952 (CANO, 1995, p.24).

As elites nacionais, que apoiavam o Estado de forma calorosa, tinham também a preocupação voltada para o desenvolvimento do setor industrial, bem como, com o progresso material do país, esquecendo-se, portanto, de observar e deter atenção às questões sociais que afloravam. Aos poucos, o espaço era transformado devido à concentração de um crescente contingente populacional, no qual, os pontos de atração eram justamente as cidades que implantavam um número cada vez maior de indústrias. Por sua vez, estas indústrias não comportavam de uma só vez a absorção da força de trabalho disponível, gerando nas cidades o que Marx e outros autores chamaram de exército de reserva que, na verdade, resumia-se a pessoas que enxergavam nas cidades a possibilidade de melhorar sua condição de vida. Porém, esta melhoria não foi possível para todos, devido à incapacidade de absorção por parte do setor industrial, bem como pela falta de requisitos da força de trabalho, não atendendo assim aos critérios impostos por este setor.

Apesar da constatação de que as políticas governamentais estavam voltadas para a indústria, percebe-se que, nas cidades, a aceleração populacional apontava para a necessidade de implantação de serviços como comenta Oliveira: “A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras – sedes por excelência do novo ciclo de expansão – infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas” (OLIVEIRA, 1987, p.33). Por outro lado, percebe-se também que o exército de reserva que se instalou nas cidades precisava suprir suas necessidades básicas para garantir a sua sobrevivência.

A redivisão interna do trabalho apontou, neste momento, para uma redivisão inter-regional do trabalho, ou seja, as regiões brasileiras foram (re)organizadas de modo a se adequarem às “novas” formas de acumulação levadas a efeito através das atividades econômicas.

Percebe-se que a indústria não poderia se manter sem o apoio do setor terciário e especialmente do setor de serviços. Mas também por outro lado, este setor passaria a ser o refúgio das pessoas que não conseguiam trabalho no setor industrial.

O sentido de ultrapassar os “muros da fábrica” significou, além de um desembocar na Terceira Revolução Industrial ou no período pós-industrial, uma passagem pelo estado de crise (1962-1967), que culminou no “milagre econômico”, período que se estendeu de 1967 a 1974, mas que deixou resquícios até a década de oitenta, na qual esbarra-se em outro estado de crise. Brum (1998) nos explica melhor o que significa ou o que desencadeia a crise no capitalismo.

As crises econômicas no capitalismo decorrem de dificuldades no processo de acumulação do capital (...). Tais dificuldades resultam do declínio nas taxas de lucros. Em consequência: reduzem-se os investimentos, cai a produção, diminui o comércio e ocorre o desemprego. Para a superação da crise, a receita clássica capitalista é restabelecer a lucratividade do capital a fim de possibilitar novamente a acumulação. De que maneira? Pela intensificação do grau de exploração do trabalho, facilitada pelo desemprego gerado durante a crise, o que induz os trabalhadores desempregados a aceitarem salários mais baixos (BRUM, 1998, p.35).

Até então, a contextualização do processo de industrialização demonstrou uma tentativa de homogeneização das estruturas econômicas e sociais,

tendo como modelo os países que se industrializaram primeiro e ainda notou-se uma cobrança de base capitalista no sentido de aprofundar a divisão social do trabalho via industrialização. Acreditava-se que a industrialização era um caminho que poderia levar a superação da miséria e da pobreza, por isso, o Brasil, assim como a América Latina, investiu pesado neste processo. Este é o momento em que há atuação de duas forças distintas, com propostas desencontradas e diferentes da que já vínhamos comentando e assim, de um lado, se posicionou o Estado e, de outro, o capital estrangeiro.

No caso do Brasil e da América Latina, uma parcela significativa da população foi “excluída dos segmentos produtivos e do padrão de consumo produzido pelo estágio de desenvolvimento” (DEDECCA; MONTAGNER, 1992, p.2) e a estrutura econômica e social constituiu-se de forma heterogênea.

A estrutura econômica e social permitiu que o setor terciário crescesse apresentando como característica uma heterogeneidade seja quanto aos tipos e/ou aos ramos de atividades. Essa heterogeneidade aponta de certa forma para uma capacidade significativa de geração de novos postos de trabalho, que acaba acolhendo a mão-de-obra excedente e/ou excluída de outros setores econômicos, tal como o industrial que apresentou-se incapaz de absorver a força de trabalho disponível, assim como nos aponta Offe (1995):

Essa incapacidade do setor secundário da economia de absorver continuamente o volume da força de trabalho disponível pode dever-se à substituição de trabalho por capital em condições de produção estagnada ou relativamente declinante e/ou devido às relações econômicas internacionais (importação de mercadorias ou exportação de capital, por exemplo). Em resposta à última dessas duas tendências ao subemprego, não só haverá um crescimento estatístico na proporção das atividades de serviços em relação ao emprego total, mas pode-se supor também uma transformação estrutural mais ou menos conduzida politicamente em favor de estruturas econômicas e de emprego do tipo intensivo em serviços, que são, em certa medida, “protegidas contra influências externas” (OFFE, 1995, p.149).

Ações políticas foram marcantes e contribuíram também com as transformações estruturais da economia, do emprego e da sociedade como um todo. Sendo assim, na década de setenta do século XX, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro chamou atenção dos países economicamente desenvolvidos por vários

motivos. Um deles seria a da comemoração dos “trinta anos gloriosos” do capitalismo, no qual os países desenvolvidos enfrentaram uma das mais violentas crises, a do petróleo. Porém, no momento de plena crise internacional, a economia brasileira apresentava sinais positivos de crescimento que até então nunca tinha atingido, apesar de ter apresentado uma fragilidade cambial.

Este fato, na verdade, foi reflexo da adoção de algumas políticas, dentre elas podemos ressaltar o Modelo de Desenvolvimento estabelecido pela Escola Superior de Guerra (ESG), cujo pensamento emanava o desejo de que o desenvolvimento econômico fosse um elemento fundamental à segurança. Este modelo, na verdade, representava dois conjuntos distintos, cujas características apontavam para a tríade: periférico–associado–dependente, cuja relação dava-se com o exterior; e o outro, elitista–concentrador–excludente, que se estabeleceu no âmbito nacional.

Os militares que representavam o Estado brasileiro não acreditavam no capitalismo liberal, no qual as questões econômicas eram reguladas pelas leis do mercado, logo propagaram a necessidade de estabelecer um “Estado forte e eficiente com participação efetiva no planejamento e na regulação da economia, de modo a aproveitar as vantagens e evitar os problemas do capitalismo” (BRUM, 1998, p.303). Sendo assim, o que se viu foi que, além da forte interferência do Estado no planejamento econômico e social, ele também se responsabilizou e agiu diretamente na produção direta e no setor de infra-estrutura, além de acreditar que fosse salutar a iniciativa das corporações multinacionais para a economia brasileira. A aliança que sustentou o modelo de desenvolvimento, durante o governo militar, foi estabelecida entre o nacionalismo e a estatização dos setores básicos, que foram representadas espacialmente pela tríade: capitais do Estado – multinacional – poder local. O Estado passou a funcionar como um empresário, com o apoio incontestável da elite econômica brasileira, pois mesmo os que inicialmente tinham firmado oposição, quando viu os benefícios direcionados para a burguesia, tornaram-se aliados do regime.

Apesar de apresentar um espírito empreendedor, os militares não estavam habilitados a administrar aspectos fundamentais do Estado como a área econômica. Para que isso fosse possível, contaram com a ajuda dos tecnocratas, que, na verdade, eram especialistas na área civil.

Essa foi uma fase muito contestada e polêmica de nossa história, principalmente no âmbito social, pois foi possível perceber a dominação da burguesia e do Estado sobre a subordinação da classe operária. Neste período, todas as conquistas trabalhistas (que até então não tinham sido muitas) foram por água abaixo, as formas primárias de organização dos sindicatos foram entendidas como manifestações contrárias à soberania do Estado brasileiro e por isso deveria ser controlada e reprimida. Este foi apenas um dentre tantos outros exemplos de repressão à cidadania e à liberdade de expressão do pensamento individual e coletivo, que mitigou os direitos dos cidadãos em busca de um bem comum, isso nos permite dizer que o Brasil vivenciou a exclusão política de sua sociedade.

Apesar dos transtornos quanto às questões sociais, não podemos deixar de citar que foi durante a vigência do governo militar que a economia brasileira passou a apresentar crescimento que seguiu períodos consecutivos. Logo, o então presidente Médici, aproveitando a onda dos “milagres”, denominou o fenômeno de expansão brasileira, que iria caracterizar a década de setenta, como o “Milagre Brasileiro”. Brum (1998) descreve como se deu este fato:

A expressão “milagre brasileiro” decorreu de fenômenos idênticos ocorridos na Alemanha (Ocidental) e no Japão, nas décadas imediatamente anteriores. Nos anos 50, a economia (indústria) alemã emergiu dos escombros da Segunda Guerra Mundial com extraordinária pujança, passando a competir agressivamente no mercado mundial. A dificuldade em explicar a rapidez com que a Alemanha se reerguia das ruínas da guerra – motivo de surpresa e admiração – levou os profissionais da imprensa e analistas a divulgarem o fenômeno através da expressão “milagre alemão”. Por sua vez, o Japão, outro país atingido duramente pela guerra, projetou-se economicamente no mundo, com grande força e poder de competitividade, a partir dos anos 60, o que levou analistas a identificarem o fenômeno como o “milagre japonês”. O crescimento econômico acelerado desses países por longo tempo possibilitou a sua transformação em potências econômicas, financeiras e tecnológicas (BRUM, 1998, p.323).

O crescimento econômico acelerado da década de setenta, que surgiu como resultado das condições favoráveis da economia internacional com relação ao Brasil, podem ser citadas como as “brechas no comércio internacional, acesso fácil ao crédito externo e de menores restrições ao acesso à tecnologia” (CANO, 1995, p.57), o que nos impulsionou para uma expansão industrial, que influenciou

diretamente na modernização agrícola, no processo de urbanização e no desempenho das atividades do setor terciário, fato que poderemos comprovar através do gráfico 2, localizado na página seguinte.

O setor terciário que, desde o primeiro período 1950-1960, já vinha apresentando um crescimento mais significativo que o setor primário, devido à mobilidade dos trabalhadores do campo que foram para a cidade, passou a se destacar.

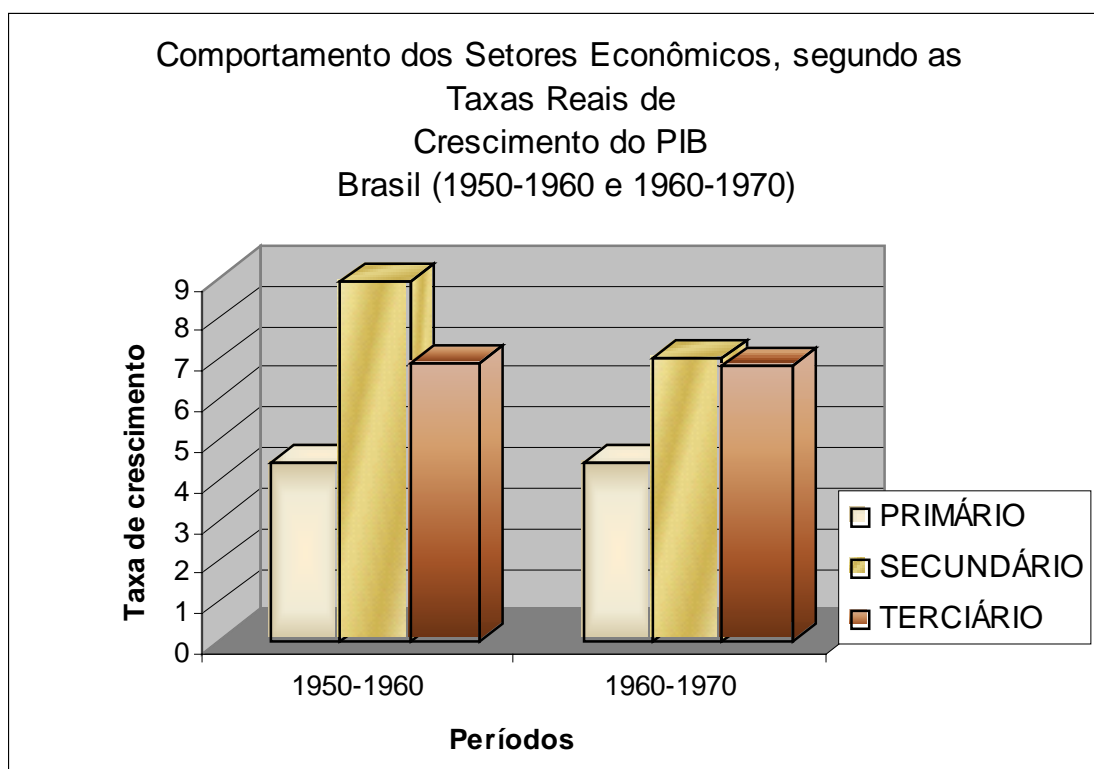


Gráfico 2: Comportamento dos setores econômicos, segundo as taxas reais de crescimento do PIB – 1950, 1960 e 1970  
Fonte: Dados originais – Fundação Getúlio Vargas e IBGE. Gráfico construído a partir de KON, Anita, 1996, p.16.

Como pode-se perceber o terciário chega quase a atingir o mesmo índice de crescimento real do setor secundário. Esse desempenho revela que, até à década de sessenta, o terciário gerou apenas ocupações precárias e “improdutivas”, tais como, os comerciantes e/ou vendedores dos pequenos negócios de produtos alimentícios de primeira necessidade. Fato que justificava o pagamento irrisório pelo trabalho executado. Sendo assim, a partir de sessenta, o terciário expande-se e apresenta taxas de crescimento do produto real, acompanhando de perto o

crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), no qual atividades ligadas aos serviços produtivos, pessoais e sociais privados, mereceram destaque, assim como nos explica com detalhes os autores, Cano e Semeghini (1991):

Em termo de geração de empregos, o setor revelou-se bastante dinâmico, conseguindo superar a taxa de crescimento da população urbana. A nível de seus subsetores foram significativas as transformações. Os mais dinâmicos foram os serviços produtivos e os serviços pessoais modernos, bem como os serviços sociais privados. Os serviços públicos, em que foi apreciável o crescimento do emprego, revelaram-se menos dinâmicos em relação ao crescimento do PIB, embora também tenham sido objeto de marcantes transformações modernizantes (CANO; SEMEGHINI, 1991, p.365).

Um fato interessante é que a indústria conseguiu “satisfazer” um dos objetivos do capitalismo que era o de gerar e expandir uma sociedade de consumo, copiando assim o modelo de desenvolvimento dos países desenvolvidos. O setor terciário atingiu uma dinâmica capaz de suprir as necessidades e exigências da população de mais alto padrão de consumo, apresentado como um setor grande e eficiente, mesmo estando instalado em economias periféricas. Mas também foi possível constatar um terciário menos dinâmico, voltado para as necessidades mais básicas. Com um destaque maior para regiões brasileiras como o Nordeste, mediante a concentração de uma população de baixo padrão de consumo e renda, o que permitiu a predominância de um terciário que serviu de refúgio para as pessoas que não tinham outra opção seja quanto ao trabalho, seja quanto ao suprimento de suas necessidades básicas, o que gerou, segundo Erthal, um setor com “atividades hipertrofiadas” (ERTHAL, 1980, p.1).

O período compreendido entre 1976 e 1979 marcou a recuperação dos países desenvolvidos devido à crise do petróleo. Mas com uma ressalva, apesar dos desequilíbrios terem sido contornados, no que tange as questões ligadas diretamente à inflação, notou-se que os déficits orçamentários cresceram e o desemprego não diminuiu. Em meio a estes conflitos, eis que, em 1979, ocorreu a segunda crise do petróleo, que reforçou todos os aspectos negativos apontados anteriormente. Neste ponto, entra em crise também o pensamento econômico, por ter servido de suporte para a construção de alguns instrumentos, tais como as políticas econômicas. Estas políticas foram fragilizadas por tentarem solucionar de

uma só vez os problemas relevantes de cunho estrutural como a falta de emprego e o aumento da inflação, originando o impasse apontado por Castro (1999):

Quando os governos reagem com políticas restritivas, conseguem modesta desaceleração da inflação, mas com aumentos significativos do desemprego; quando utilizam as políticas expansionistas para lutar contra a estagnação econômica e o desemprego, conseguem um pequeno crescimento e poucos empregos, porém, à custa de muita inflação e grandes déficits (CASTRO, 1999, p.16).

A inflação passou a ser considerada um problema estrutural e a saída em busca de erradicá-la nasceu da proposta de manter um rigoroso controle da massa monetária, bem como, diminuir o papel do Estado. E assim o pensamento liberal é retomado, mas de maneira ampliada, ou seja, ultrapassa o campo econômico e passa a interferir também nas questões políticas e sociais, recebendo o nome de Neoliberalismo.

De certo modo, estas transformações anunciaram o advento de uma “nova economia”. Uma economia baseada na reestruturação produtiva, bem como na revolução tecnológica, que passou a ser moldada, até certo ponto, de acordo com os processos políticos desenvolvidos pelo Estado. Aliás, a nova forma de intervenção estatal na economia une, em uma estratégia explícita, a competitividade, a produtividade e a tecnologia. (CASTELLS, 2000).

O Brasil entra agora na chamada Terceira Revolução Industrial. O novo papel do Estado é o de “apoiar o desenvolvimento tecnológico das indústrias do país e de sua infra-estrutura de produção como forma de promover a produtividade e ajudar ‘suas’ empresas a competir no mercado mundial” (Castells, 2000, p. 107). Sendo assim, neste novo ciclo do capitalismo, se quiserem aumentar a riqueza e o poder, os Estados têm de entrar num novo cenário de concorrência internacional. Além do mais, este novo ciclo tem como base, para sua criação e desenvolvimento, o tripé: Informação e conhecimentos econômicos, alcance global, e revolução tecnológica da informação.

Desta maneira, a economia passa a ser entendida como Economia Informacional e Global. Primeiro porque a produtividade entre empresas, países e regiões depende, basicamente, da geração eficiente de informação baseada no conhecimento. E segundo porque as atividades de produção, consumo e circulação

estão organizadas de forma global, o que permite a criação de uma rede de conexões entre os agentes econômicos (CASTELLS, 2000).

Contudo, essa nova etapa conduz aos caminhos específicos do aumento da produtividade, que passa a definir a estrutura e a dinâmica desse novo modelo econômico. Castells afirma que “se houver uma nova economia informacional e global, deve-se ser capazes de identificar as fontes da produtividade historicamente novas que distinguem essa economia” (CASTELLS, 2000, p. 88). Porém, se o procedimento não ocorrer dessa maneira, questiona-se a veracidade observada através de uma nova economia, uma economia informacional e global e mais, põem-se em dúvida se estas modificações observadas não são apenas o ápice do ciclo do sistema econômico industrial.

Para identificar essas fontes da produtividade historicamente novas que distinguem essa economia informacional e global da economia industrial, direciona-se como ponto de partida a década de 1970, no qual Castells colocou como a provável época do nascimento da Revolução da Tecnologia da Informação, bem como, uma linha divisória na evolução do Capitalismo. Para Benko (1999), foi a partir da década de 70 que:

assiste-se à internacionalização das transações de capital comercial e do sistema de organização do setor do capital financeiro em seu conjunto. Essa evolução acarretou o aparecimento de uma rede mundial de centros financeiros, no seio dos quais a maioria das grandes empresas está representada, assim como a internacionalização mais intensa da utilização dos capitais (BENKO, 1999, p. 72).

Porém, essas transações de capital que Benko (1999) fala estão ligadas às tecnologias da informação que, por sua vez, são compreendidas como um conjunto de tecnologias de base microeletrônica, computação, telecomunicações e engenharia genética, que convergiram na década de 1970 e revolucionaram os processos de geração, processamento e transmissão da informação. Essa revolução tem como característica básica a sua rápida difusão por todo o mundo. Na realidade, essa velocidade constituiu-se numa marca distintiva dessa revolução, comparativamente às revoluções tecnológicas anteriores (substituição de

ferramentas manuais por máquinas a vapor e o desenvolvimento da eletricidade, do motor a combustão interna e do avanço das tecnologias da comunicação – telégrafo e telefone – e de transportes).

Castells (2000) defende que essa Revolução da Tecnologia da Informação foi condicionada por fatores diversos, tais como: institucionais, econômicos e culturais, que se ancoraram em conquistas tecnológicas ocorridas anteriormente.

Deste modo, a Revolução da Tecnologia da Informação encontra-se na base da emergência de uma “nova economia”, que sem negar os lugares, opera cada vez mais em escala planetária, condicionada, essencialmente, pela *Internet* que “passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação”, uma vez que a informação tem sido constituída numa espécie de insumo básico para o desenvolvimento de um amplo universo de atividades sociais e, em especial, as econômicas (CASTELLS, 2003, p. 07).

Essas novas tecnologias permitiram e ainda permitem que o capital seja transportado de um lado para o outro entre economias em curtíssimo prazo, de forma que o capital e, portanto, poupanças e investimentos estão interconectados em todo o mundo, de bancos a fundos de pensão, bolsa de valores e câmbio (Castells, 2000).

Porém, ainda para Castells, a mais importante transformação subjacente ao surgimento da economia global diz respeito ao gerenciamento da produção e distribuição e ao próprio processo produtivo. Os segmentos dominantes da maioria dos setores econômicos estão organizados mundialmente em seus procedimentos operacionais reais, ou seja, na rede global. O processo produtivo incorpora componente produzido, em vários locais e em todo o mundo. Por exemplo, é possível produzir um *chip* no Japão, um outro componente nos Estados Unidos e montar o computador no Brasil, e assim integrar vários países neste processo produtivo.

Mas para que aconteça este processo, é necessário que o novo sistema produtivo dependa de uma combinação de alianças estratégicas e projetos de cooperação *ad hoc* entre empresas, unidades descentralizadas de cada uma empresa de grande porte e redes de pequenas e médias empresas que se conectam entre si e/ou com grandes empresas ou redes empresariais (CASTELLS,

2000). Essas são as características dessa “nova economia”, a economia informacional e global.

Contrário ao pensamento de que estas transformações suscitarão apenas da crise dos preços do petróleo, Castells (2000) acredita que a crise real dos países desenvolvidos, nos anos 70, surgiu da “falta de inabilidade do setor público para continuar a expansão de seus mercados e, dessa forma, a geração de empregos sem aumentar os impostos sobre o capital, nem alimentar a inflação” (CASTELLS, 2000, p. 101). Apesar de não concordar na totalidade com o autor, já que se acredita que uma série de razões levou o sistema capitalista à crise, inclusive à alta do petróleo, é certo que o resultado final deste episódio levou a maioria das empresas em todo o mundo a adotarem novas estratégias, tais como: a redução dos custos de produção; o aumento da produtividade; a ampliação do mercado, dentre outros.

Observa-se que em todas essas estratégias, as tecnologias da informação foram instrumentos essenciais para se atingir o objetivo principal do capitalismo, que é o aumento do lucro e a acumulação do capital, como já foi citado anteriormente.

Nota-se que as estratégias adotadas pelas empresas impulsionaram, inicialmente, os países que detinham mais capital, como o Japão e os Estados Unidos, e em seguida, os países que tinham disponível menos capital, como o Brasil. Além do mais, essas estratégias levaram a uma reestruturação produtiva baseada em modelos de organização, no qual a forma de organização do trabalho ultrapassou os já conhecidos modelos taylorista-fordista e atingiu estruturas mais complexas, com capacidade de “aprender e ajustar-se às necessidades oligopolistas de competir em qualidade e diferenciação do produto” (MATTOSO, 1995, p.68). Sendo assim, a organização, produção e os trabalhadores tiveram que se adequar às novas exigências do mercado externo que ditavam regras claras para ampliar sua margem de lucro.

Desta maneira, as empresas passaram a se organizar da seguinte forma: a) a produção passou a ser automatizada e informatizada para apresentar mais eficiência, ou seja, para produzir mais num curto espaço de tempo; b) os produtos são obrigados a passar por um criterioso controle de qualidade, obedecendo a normas de padrão mundial; c) a produção é sob medida, para que

não haja estoque, pois este era visto como sinônimo de desperdício de espaço físico; d) as empresas passam a se articular a uma rede de sistema informativo, inserida numa estrutura hierárquica e por último; e) mantendo uma forte relação entre os negócios e a sociedade (DEDECCA & MONTAGNER, 1992; DE MASI, 2000; CANO & SEMEGHINI, 1991, entre outros). Tudo isso leva a pensar que a ordem do dia era posto em pauta pelo capitalismo, ou seja, a de produzir em menos tempo com qualidade e quantidade exata, evitando assim o desperdício e obtendo mais lucro e acumulando mais capital.

O Brasil encerrou a década de 70 e iniciou a década de 80 tentando se adequar à nova realidade do mercado externo, mas a sua situação era a de uma dívida externa altíssima, resquício da adoção de políticas econômicas internas e externas, a exemplo da segunda crise do petróleo pela qual passou a economia internacional. Este período, que compreendeu de 1979 a 1982, é um marco importante de nossa história, uma vez que encerrou a nossa expansão econômica acelerada e nos lançou na “crise da dívida”. Cano (1995) explica com detalhes como se deu esta trajetória:

A dinâmica da economia não teve um comportamento uniforme, apresentando-se depressiva entre 1980 e 1983, quando a crise da dívida sofre o ponto de ruptura, com as “quebras” da Polônia, México, Argentina e Brasil. A partir desse momento e após sofrer a violência do impacto da elevação arbitrária da taxa de juros pelos EUA, interrompiam-se os fluxos externos de financiamento, agudizando ainda mais a crise (CANO, 1995, p. 59).

A economia brasileira começou a apresentar instabilidades que atingiu principalmente os setores produtivos, ora verificou-se bons sinais ora verificou-se o contrário. Contudo o que observamos, no período entre 1980 e 1983, é um crescimento negativo dos setores primários e secundários, em contrapartida do crescimento positivo do setor terciário, como demonstra o gráfico:

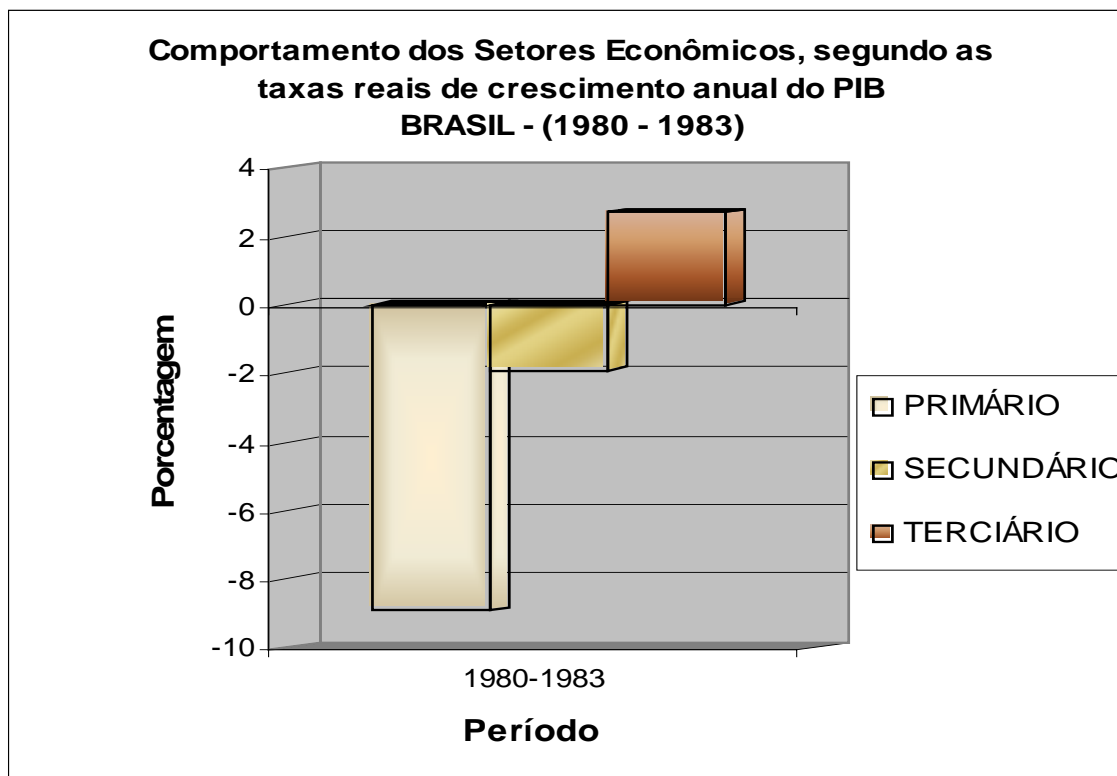


Gráfico 3: Comportamento dos setores econômicos, segundo as taxas reais de crescimento anual do PIB – 1980 a 1983.

Fonte: Dados originais – Fundação Getúlio Vargas e IBGE. Gráfico construído a partir de KON, Anita, 1996, p.19.

Já entre 1984 e 1986, verificou-se um avanço da economia impulsionada pelas ações do Estado brasileiro, influenciadas pela política norte-americana, que resultou numa ilusão de recuperação da nossa economia.

Se, por um lado, a mudança da política norte-americana causou expansão nas exportações motivando as altas taxas de crescimento, uma recuperação parcial dos salários reais e o conseqüente efeito positivo sobre os salários, isso no âmbito nacional, por outro lado, a economia brasileira começou a apresentar alguns aspectos negativos, dentre eles destacaram-se as altas taxas inflacionárias, a baixa qualidade dos produtos, bem como, a estagnação e deterioração da produtividade e do parque produtivo. Estes aspectos negativos impulsionaram o governo a implementar uma política de estabilização, denominada de Plano Cruzado.

Com a política de estabilização do Plano Cruzado, houve uma aceleração momentânea das atividades econômicas, uma vez que nos anos seguintes verificou-se taxas negativas da indústria e da agricultura, bem como, um

recrudescimento do setor terciário. Este crescimento do setor terciário chegou perto do índice de 4% ao ano, quando “o produto global, de 1983 até o final da década, acusou um crescimento médio anual de 3,3% para o país como um todo” (KON, 1996, p.20), assim como está ilustrado no gráfico a seguir:

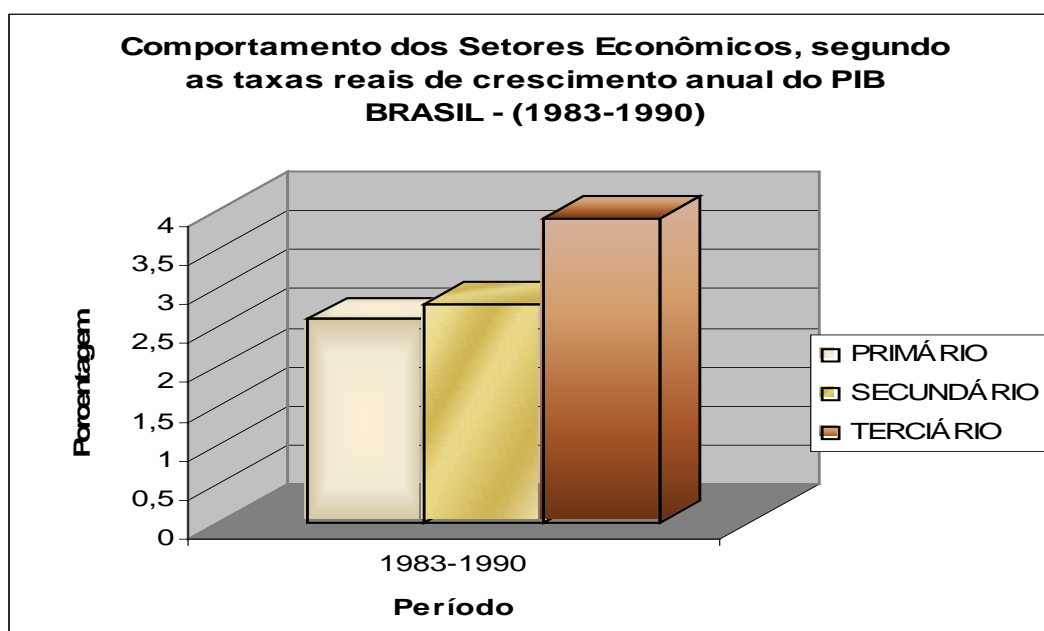


Gráfico 4: Comportamento dos setores econômicos, segundo as taxas reais de crescimento anual do PIB – 1983 a 1990.

Fonte: Dados originais – Fundação Getúlio Vargas e IBGE. Gráfico construído a partir de KON, Anita, 1996, p.19.

A visão dos economistas quanto ao plano cruzado apareceu de forma consensual, declarado como um “plano heterodoxo de estabilização econômica”. Isso porque o plano na verdade tentou minimizar os efeitos negativos que agiam contra a economia brasileira, mas que acabou empurrando à adoção de políticas recessivas, como apontaram os autores: Malaguti (2000), Cano (1995), Belluzzo & Coutinho (1998), dentre outros.

Essa política recessiva acabou degradando os indicadores econômicos, resultando num movimento que apontou para a desorganização da economia e das políticas com queda nos setores industriais e agrícolas.

A queda que os setores industrial e agrícola sofreram, neste período, foi justificada, por um lado, pelo período de seca prolongada que o Nordeste enfrentou,

ocasionando assim um fluxo intenso de nordestinos em direção aos centros urbanos. E por outro lado, pelos desajustes que obrigaram os empresários a diminuir os investimentos. Estes desajustes, de uma maneira geral, serviram de obstáculo para a incorporação das unidades produtivas (indústrias, fábricas e empresas) na reestruturação produtiva em andamento. Pois, em clima de crise e com pouco dinheiro para investir, as unidades produtivas necessitavam pelo menos realizar a manutenção de seus equipamentos, foi então que resolveram adotar alternativas que não condiz com os critérios de honestidade, assim como mostra Malaguti (2000):

As empresas começaram, 1) incorporar materiais cada vez menos nobres (e mais baratos) na composição de suas mercadorias, a 2) alterar o peso declarado nas embalagens, a 3) lançar novos produtos de fachada (visando burlar o controle de preços), a 4) diminuir os teores das substâncias ativas de medicamentos e alimentos, a 5) descuidar dos níveis de poluição provocadas, a 6) burlar com mais constância as obrigações de segurança do trabalho (aumentando os índices de ausência por acidentes de trabalho) e a 7) desrespeitar direitos trabalhistas estabelecidos (criando um clima de insegurança e descontentamento no mundo do trabalho) (MALAGUTI, 2000, p. 35).

As possibilidades de estabelecer práticas ilícitas por parte dos empresariados apontaram para a fragilidade do Estado, uma vez que deixava mais exposta que a burocratização da estrutura administrativa facilitava as ações de corrupção, pois todos os itens citados por Malaguti (2000) eram da responsabilidade das instituições do Estado. As instituições eram responsáveis tanto pela fiscalização quanto pela imposição, principalmente se o item fosse relacionado ao preço, gerando assim uma desorganização econômica e política.

A desorganização econômica e política favoreceu ao aumento da inflação, transformando-a numa verdadeira “bola de neve”, que, por sua vez, abalou o poder aquisitivo de salários, comprometendo a remuneração do trabalho.

A desvalorização do salário mínimo resultou no empobrecimento dos trabalhadores brasileiros, sendo aqueles da classe média os mais prejudicados. Juntando-se assim aos mais pobres e fazendo emergir um dos problemas mais sérios da década de 80: o desemprego e o subemprego em massa.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil enfrentou, durante a década de 80, o desemprego em massa, que inicialmente atingiu a mão-de-obra desqualificada, mas que aos poucos foi atingindo também os trabalhadores que eram qualificados, como aponta, a seguir Malaguti (2000).

De início, apenas os trabalhadores com menores qualificações viam amputadas suas possibilidades de ascensão social, e até mesmo de sobrevivência. Com o passar do tempo, porém, o desemprego deixa de fazer discriminações (MALAGUTI, 2000, p. 41).

Em busca de garantir pelo menos a sobrevivência, percebe-se que, em todos os anos da década de oitenta, os trabalhadores foram lançados de forma indiscriminada em atividades precárias, quase sempre denominadas como biscates. Apesar de não ter uma definição muito clara, mas entende-se por biscates aquelas atividades desenvolvidas por um ou mais indivíduos, seja estes empregados ou trabalhadores por conta própria, ou um pequeno empresário, mas que em todos os casos não contam com nenhum tipo de seguridade referente ao direito do trabalhador.

É desse modo, em meio ao crescente desemprego e subemprego, bem como, a desvalorização real do rendimento do trabalho, que se inicia a década de noventa, assumindo um teor de desajustes e miséria. Diante do quadro econômico e social periclitante, o papel do Estado é revisto, chegando a conclusão de que seria ideal adotar o projeto neoliberal. Este projeto ditava que a única condição pertinente à expansão econômica e conseqüentemente para o emprego no país seria o “enxugamento do Estado” (POCHMANN, 2001, p.12). Este momento marcou o início de um intenso programa de privatização, resultando na transferência de empresas estatais, mesmo daquelas que davam lucros para o setor privado. E assim o Estado assumiu o papel de regulador, sendo responsável pelos ajustes fiscais, além de agir como estimulador de aspectos como: concorrência, competição e eficiência nos mercados.

Dessa forma, o padrão de intervenção estatal perdeu grande parte de sua funcionalidade. Em nome da competitividade, segmentos do

setor público desapareceram, outros foram privatizados, concedidos, terceirizados e reformulados (POCHMANN, 2001, p. 23).

Somado a este projeto neoliberal, em 1994, o Estado decidiu extinguir o Plano Cruzado e lançar um novo plano de ajustamento, o Plano Real. Segundo Malaguti (2000), a fundamentação deste plano teve sua base em três técnicas: primeira, estabilidade dos preços mantida através das elevadas taxas de juros; segunda, a taxa de câmbio apresentando uma valorização artificial, mediante a paridade da moeda nacional frente ao dólar; e terceira, a generalizada abertura comercial. Ampliando este pensamento, podemos dizer que este plano, como qualquer outra intervenção do Estado, suscitou pontos positivos e negativos para a sociedade de uma forma geral.

Como ponto positivo podemos citar a estabilização da moeda, ou seja, as taxas de inflação apresentaram níveis baixos e até mesmo índices declinantes, houve uma redução no crescimento do valor da cesta básica e uma elevação do rendimento do trabalho das pessoas ocupadas.

Em contrapartida, os pontos negativos são numerosos e muito sérios. O país ficou muito exposto às influências e comportamentos do movimento globalizado/mundializado do capital, uma vez que precisava deste capital internacional para controlar seu endividamento externo, o risco de descontroles das contas externas era um fantasma que estava sempre presente, a expansão da economia precisava ser freada para que não ocorresse alta nas importações, gerando assim um déficit ainda maior na balança comercial, as taxas de juros praticados em âmbito interno eram maiores que noutros países, fato que atraía capital externo e aumentava as reservas internacionais do país que, por conseguinte, eram aplicadas em portfólio, em fundos ou empréstimos em moedas.

Isso significou que o capital não era para ser aplicado em investimentos que visassem ampliar a capacidade produtiva do país, mas pensava-se que com a privatização haveria uma queda no déficit público e aumento das receitas. Porém, isto não se concretizou, o que se viu na realidade foi uma desaceleração da economia que provocou novamente uma elevação dos índices de desemprego em todo o país (ARAÚJO, 2000).

Mesmo quando se nota que houve uma desaceleração da economia e uma elevação dos índices de desemprego, o Estado assume a postura de cortar

gastos em setores de relevância como a educação e a saúde. Neste instante, percebe-se que “entre o Plano Real e o desenvolvimento social existe uma profunda incompatibilidade” (MALAGUTI, 2000, p.43), complicando ainda mais a situação dos trabalhadores que precisam se inserir num mercado de trabalho exigente, principalmente, no que tange ao aspecto como a qualificação.

Tece-se um maior detalhamento na discussão do item seguinte, sobre as transformações no mundo do trabalho. Isso porque a cada dia o grupo de pessoas excluídas do processo de trabalho formal aumenta, intensificando o fluxo entre o trabalho formal e o trabalho informal. E assim, entende-se melhor como a aceleração do fenômeno do desemprego e do subemprego gerou no setor terciário as atividades informais e, numa dimensão mais ampliada, a informalidade, que se alastraram ganhando maiores proporções. Proporções estas que resulta em processos de reprodução e práticas sociais mantedoras da vida, como demonstram as análises específicas do município de Bayeux.

### 3.2 – Transformações no mundo do trabalho: um destaque para o setor terciário

Como se está discutindo, as ações conjuntas do Estado visando à adequação dos países às novas configurações do capitalismo geraram um movimento que se alastrou em escala mundial e que teve repercussões diretas no mundo do trabalho. No Brasil, em especial, estas adequações causaram modificações não só econômicas, uma vez que, se percebeu que existia um contingente expressivo de força de trabalho que não correspondia aos novos perfis delineados pelas exigências do trabalho, realizadas a partir de técnicas e tecnologias, pois não estavam devidamente qualificados. Além disso, o Brasil precisou também adequar os seus instrumentos de regulação, pois inicialmente viu-se a quase inexistência de leis voltadas diretamente ao trabalho.

A década de 30, então, foi marcada pela construção de regulamentação do trabalho e do mercado de trabalho. “A legislação implantada no primeiro governo Vargas lançou bases de uma estrutura complexa, que ainda hoje caracteriza as relações de trabalho no país” (THEODORO, 2004, p.99). Parte dos trabalhadores passou a ter direito ao assalariamento, a férias remuneradas, à aposentadoria e à assistência médica.

Do final da década de 30 ao início da década de 40, se estendendo até a década de 70, o Estado concentrou esforços para a promoção do crescimento econômico e da modernização, como foi possível evidenciar através da análise do item anterior. De um modo geral, os representantes de Estado acreditavam, baseado no pensamento de Keynes, que o crescimento econômico levaria à criação de novos postos de trabalhos. Logo, os assuntos relativos ao mercado de trabalho foram postos de lado, colocando na ordem do dia os assuntos puramente econômicos, como mostra Ramos (2002), a seguir:

En ese sentido, una de las razones evocadas para implementar el proceso de substitución de importaciones del período 1940-70 fue, justamente, la necesidad de acelerar los procesos de desarrollo para aumentar las oportunidades de trabajo. En esas circunstancias, las políticas específicas dirigidas al mercado de trabajo eran secundarias y, en la practica, casi inexistentes (RAMOS, 2002, p.16).

Apesar das políticas específicas ao mercado de trabalho serem quase inexistentes na prática, mais mudanças setoriais estavam acontecendo e precisavam de atenção. Após a década de 70, nota-se que o setor industrial foi cada vez mais diminuindo sua capacidade de geração de emprego, em detrimento do aumento de capacidade de absorção de mão-de-obra do setor terciário, como demonstra os dados abaixo.

Durante a década de 80, o setor de serviços gerou 12,9 milhões de novos empregos, absorvendo 76,8% do aumento da população ocupada em atividades não-agrícolas. Por sua vez, o setor industrial, que absorvia o maior número de trabalhadores não-agrícolas durante os anos 70, respondeu pela geração de apenas 16,4% dos empregos não-agrícolas na década de 80 (BRASIL, 2005, p.2).

Refletindo a realidade nacional, foi possível evidenciar, através dos dados da RAIS, referentes aos quinquênios de 85, 90, 95 e 2000, como se deu o comportamento dos setores econômicos em Bayeux e a conseqüente redução da capacidade da indústria na geração de emprego, como demonstra o gráfico seguinte:

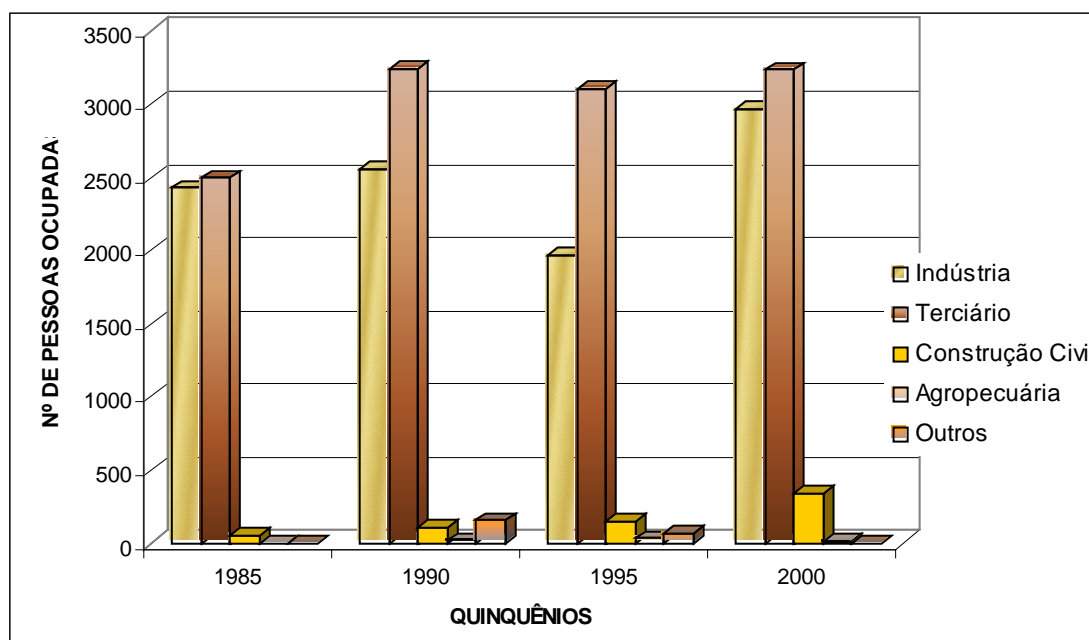


Gráfico 5: Pessoas Ocupadas nos Setores Econômicos do Município de Bayeux/PB – 1985 a 2000

Fonte: RAIS, 1985, 1990, 1995 e 2000. CD-Rom.

Numa análise mais abrangente, percebe-se modificações no setor industrial que resultaram em redução do número de ocupação. Este fato teve alguns fatores contribuintes, tais como: o processo de automação, o processo de terceirização e ainda a abertura do mercado propiciando a inserção de novos produtos com preços competitivos e mais acessíveis. Estes ocorreram quase concomitantemente após a década de 70 e se acentuaram na década de 80 e 90.

A automação permitiu um aumento na produção do setor industrial e uma redução da força de trabalho ocupada, fato que contribuiu diretamente com o aumento da taxa de desemprego no Brasil. A taxa de desemprego, segundo Machado, é medida através do “cruzamento entre o número de postos gerados e a quantidade de pessoas procurando emprego” (MACHADO, 2005, p.1). Em seguida, o mesmo autor explica como se deu a relação entre o processo de automação da produção e a redução do emprego no setor industrial:

A crescente automação da produção, processo que se acelerou a partir do início da década de 1970, resultou na redução da importância do setor secundário da economia como empregador de mão-de-obra. A atividade industrial, maior geradora de empregos nos anos 70, perdeu essa posição para o setor de serviços, nas décadas de 1980 e 1990 (MACHADO, 2005, p.2).

Outro processo, que justifica as alterações quanto à capacidade de absorção da força de trabalho no setor industrial, está relacionado à terceirização. O ritmo de terceirização foi marcante neste período e isso colocou o setor industrial sob forte pressão competitiva. Diante da competição, a terceirização contribuiu com a “transferência” e aumento da força de trabalho, que conseqüentemente, ampliou o setor terciário e, mais especificamente, o setor de serviços.

A terceirização dos serviços tem-se difundido, por meio da transferência a terceiros, do fornecimento de atividades burocráticas e de outras, como a alimentação e serviços médicos a funcionários (que fazem parte da manutenção da mão-de-obra), manutenção de equipamentos, máquinas e veículos, serviços de transporte e também serviços avançados financeiros, contábeis, jurídicos e de auditoria, entre outros. Em muitos casos, os próprios funcionários especializados são incentivados a constituir empresas de prestação de serviços para a empresa em que trabalham (KON, 2004, p.130).

A complexidade atingida pelos sistemas organizacionais e pelos equipamentos gerou e ampliou a necessidade de prestação de serviços auxiliares. Na medida que se aumentou a prestação de serviços nas empresas, o processo de execução desta atividade tornou-se onerosa e ineficiente. A saída foi então gerar alternativas.

Dessa maneira, a horizontalização da produção surgiu em contraponto à verticalização, a fim de otimizar a produção, o lucro, a qualidade e a competitividade, por meio da simplificação do sistema organizacional da empresa para que ela possa se concentrar em sua atividade-fim (KON, 2004, p.130).

As instituições públicas também aderiram à terceirização. O que era um processo vinculado às empresas e indústrias, passou a ser um processo que atingiu todas as esferas de ações públicas (municipal, estadual e federal), o que causou a extinção de vários departamentos nas instituições. Acompanhando a lógica capitalista empresarial observou-se que, a redução de despesas e as adequações da produção foram os principais motivos que levaram as instituições governamentais a terceirizarem alguns serviços. Na prática, o primeiro motivo originou o corte de gastos, sendo assim, setores ligados à efetivação dos serviços de alimentação e serviços gerais, por exemplo, foram quase que totalmente extintos e/ou substituídos por empresas especializadas nestas atividades. E o segundo estaria ligado a uma forma de se adequar mais rápido às mudanças tecnológicas, em muitos casos foram contratadas empresas para otimizar e implantar programas de computadores para armazenamento e compilações de dados.

Em alguns casos, a terceirização atualmente extrapola os escritórios administrativos localizados no seio das instituições, ou em alguns casos este processo não chegou a atingi-lo, mas o fato é que se tornou uma prática “facilitadora” para as administrações públicas diante de várias atividades voltadas à cidade.

Em Bayeux, segundo os dados do IBGE (2001), vários serviços da cidade são realizados por empresas contratadas de modo a terceirizar alguns serviços, dentre eles pode-se citar a coleta do lixo domiciliar, a coleta do lixo hospitalar, a coleta do lixo industrial, a varredura e a limpeza urbana, as obras civis, os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. E ao contrário de

outras instituições, a prefeitura, no período em que a pesquisa do IBGE foi realizada, não tinham sido terceirizados os seguintes serviços: limpeza do prédio administrativo municipal, segurança dos prédios administrativos municipais, serviços de advocacia, manutenção de estradas e vias urbanas, contabilidade, dentre outros serviços.

O processo de terceirização envolve o estabelecimento entre a empresa que oferece o serviço e a empresa/instituição que contrata o serviço. O contratado, por sua vez, precisa criar pelo menos uma unidade de produção. Esta unidade de produção ao ser criada e iniciar sua atuação, “passa a ser incorporada como geradoras de valor ligadas ao setor, por tradição, denominado terciário de produção” (KON, 2004, p.131).

Percebe-se então que a terceirização acarretou um acentuado crescimento no processo de terciarização, uma vez que houve uma diversificação das atividades seja quanto às etapas de produção ou quanto à distribuição dos produtos gerados pelas empresas. Para se ter idéia, “em 1995, o setor terciário já abrigava 73,4% das ocupações não-agrícolas e mais da metade (52%) da população ocupada do País” (MACHADO, 2005, p.4).

Estas interferências na produção e distribuição dos produtos gerados pelas empresas promoveram repercussões nos postos de trabalho. Constatou-se, por um lado, uma mobilidade de trabalhadores entre setores, e por outro lado, que a terceirização também contribuiu com a desvalorização da força de trabalho. Diante do exposto, nota-se que “o ritmo da terceirização foi marcante, rompendo um equilíbrio histórico na absorção de mão-de-obra entre os setores industrial e de serviços, que vinha ocorrendo nas décadas anteriores” (MACHADO, 2005, p.4).

Analisando os dados da RAIS, referentes ao número de pessoas ocupadas em Bayeux nos quinquênios de 70, 75, 80, 85, 90, 95 e 2000, é importante verificar que nestes períodos, respectivamente, o setor terciário formal, composto pelos setores comercial e de serviços, apresentou uma curva ascendente, com um pequeno declínio entre os anos de 90 e 95, mas voltando a se restabelecer em 2000. Ainda é possível perceber, no ano de 1970, que o setor terciário ocupava um pouco mais de 700 (setecentas) pessoas ocupadas, ou para ser preciso, atingiu um índice de 703 (setecentos e três) pessoas. Já nos quinquênios subseqüentes, estes índices chegaram a atingir uma marca de mais de 3.000 (três mil) pessoas ocupadas, na verdade, no ano de dois mil, foram contabilizados 3.236 (três mil

duzentos e trinta e seis) trabalhadores formais. Como se pode verificar através do gráfico a seguir.

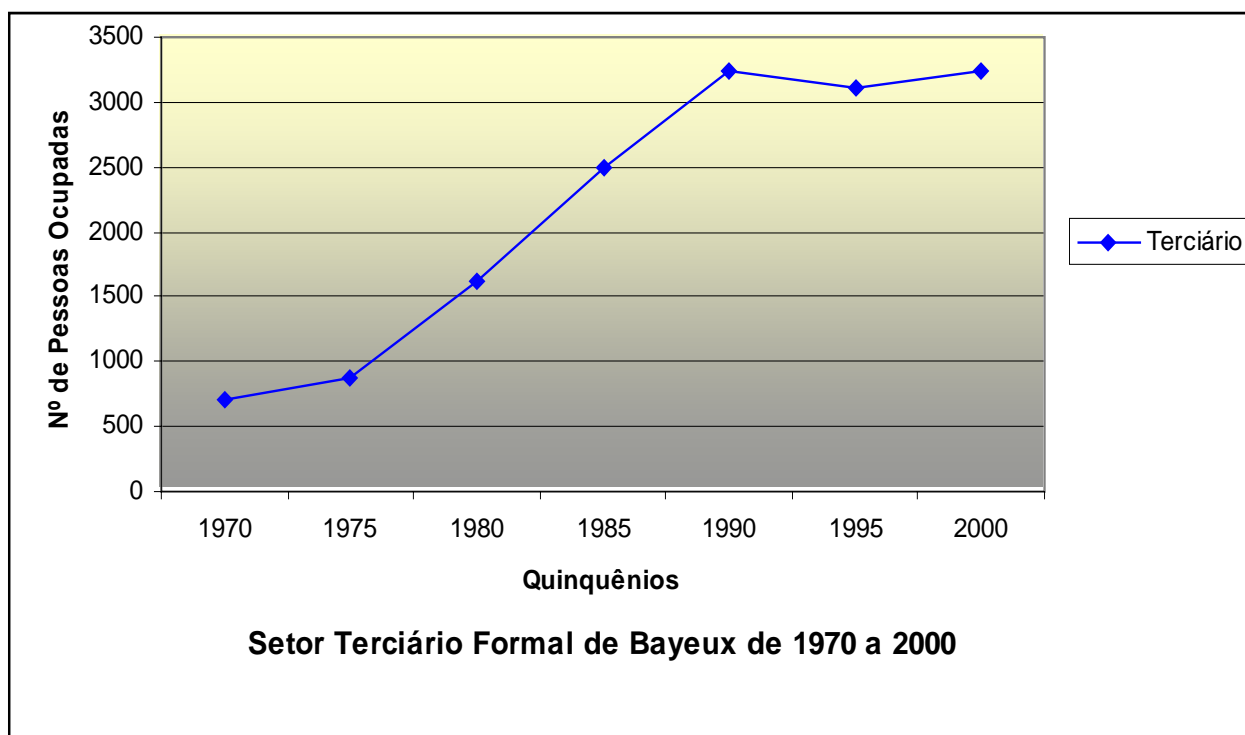


Gráfico 6: Setor terciário formal de Bayeux/PB – 1970 a 2000

Fonte: IBGE, Censos Econômicos Comercial e de Serviços de 1970, 1975, 1980; e RAIS, 1985, 1990, 1995 e 2000 – CD-Rom.

A abertura do mercado propiciando a inserção de novos produtos com preços competitivos e mais acessíveis afeta todos os setores econômicos, o mercado de trabalho e, conseqüentemente, os postos de trabalhos, assumindo uma lógica da reprodução particular do capital.

O mundo moderno exige novos requisitos e os tipos de indústrias localizadas em Bayeux refletem uma realidade contrária. Por muitos anos, as empresas formais tinham no sisal sua principal fonte de negociação, nos tempos áureos, por volta de 1960 se estendendo até a década de 70, essa era a atividade que mais gerava emprego, chegando a ter, no ano de 1976, cinco indústrias de sisal, dentre um total de onze indústrias, mas, com o tempo, “o auge do sisal” passou e os produtos preferenciais passaram a ser os derivados de petróleo, promovendo assim o fechamento de várias indústrias de sisal (OLIVEIRA, 1999, p.62-63). Contudo, o autor na seqüência, retrata essa lógica:

Este tratamento é pautado pela lógica da economia, tal como contabilizada pelas práticas dominantes na construção do mundo moderno, buscando tanto a utilização de materiais especializados quanto a criação de produtos cada vez mais leves (MARQUES, 2004, p.29).

Diante destes novos contextos, o que se verificou foi ora uma modernização das indústrias de sisal que conseguiram enfrentar ou restabelecer-se frente às crises enfrentadas, como a exemplo da indústria Brascorda, citada na referencia abaixo, ora a criação de outras indústrias no município de Bayeux, mas em todos os casos percebe-se que estas se adequaram cada vez mais às exigências internacionais.

Hoje a Brascorda produz e comercializa interna e externamente artigos de cordoaria como fios, cordões, cordas, cabos e redes de pesca e proteção feitas a partir de sisal e de fibras de resinas de origem química e petroquímica. (...) Em dezembro/96, o controle acionário da Brascorda foi negociado com um dos maiores grupos industriais de Portugal, o grupo Quintas & Quintas, permanecendo ainda como acionistas o fundador e idealizador da Brascorda, João de Vasconcelos Filho. A Brascorda, desde o fim do século, está voltada para a modernização de seu parque industrial e a internacionalização de suas ações no mercado, utilizando a sinergia e tradição do grupo como elemento chave na sua estratégia (OLIVEIRA, 1999, p.62).

Em contrapartida a essa modernização das indústrias, ao longo do tempo e mais intensamente nas décadas de 80 e 90, ocorreu o aparecimento das micros e pequenas empresas. Essa nova forma de organização do trabalho chama atenção principalmente por dois pontos específicos. Um refere-se às estruturas físicas das empresas e outro refere-se a sua capacidade de geração de emprego.

Mais precisamente durante a década de 90 e até os nossos dias, o que tem se visto é o alastramento das micros e pequenas empresas, basicamente nos principais setores econômicos urbanos, ou seja, na indústria, nos serviços e no comércio, quer estes sejam formais ou informais. As Microempresas e Pequenas Empresas (MEP's) têm servido para amenizar as modificações da estrutura ocupacional e o conseqüente desemprego. Por um lado, elas funcionam como uma alternativa para uma parcela da população que tem condições de montar seu próprio negócio e por outro lado, elas se transformam numa possibilidade de emprego para

uma parcela da força de trabalho excedente, que geralmente não tem qualificação para ingressar em empresas de maior porte, seja no formal ou no informal.

Segundo o SEBRAE, 70% dos empregos existentes estão nas pequenas e microempresas. Somos informados, porém, que as pequenas empresas são responsáveis por apenas 13% do emprego formal total (IBGE, Censo Cadastro, 1995. Complemento da PNAD-1996). Logo, fica fácil concluir que as pequenas unidades produtivas são as principais responsáveis pelo *emprego informal*: na medida em que a participação da *ocupação assalariada* representa mais de 50% do total das ocupações e 70% desse percentual são preenchidos por atividades realizadas em pequenas empresas, *é das mais contundentes a responsabilidade das pequenas unidades produtivas na informalização geral da economia brasileira* (MALAGUTI, 2000, p.85).

Esta realidade, que mostra as MPE's como a responsável pela informalização da economia brasileira, consegue assinalar algumas questões puramente ideológicas, que na verdade soam como tentativas de minimizar a informalidade na sociedade, e outras de cunho pessoal, versando sobre as condições de sobrevivência das pessoas ocupadas neste processo.

As questões ideológicas tentam funcionar como uma injeção antiinformalidade, atualmente, faz parte dos discursos de várias instituições a possibilidade de construção do próprio negócio, com evidências contundentes para aquelas responsáveis pela formação profissional e de pensamentos, como é o caso do SEBRAE e das Universidades, claro que este fato se expressa, respectivamente, de maneiras diferenciadas. A este respeito, depara-se com o discurso em voga do empreendedorismo, enquanto um sonho a ser alcançado, para se obter uma possibilidade de estabelecimento pessoal e profissional. O objetivo proposto é a geração do auto-emprego, enquanto possibilidade de ascensão econômica e integração social.

As questões de cunho pessoal apontam para um sentido mais realista, pois é construído através de possibilidades palpáveis. Apesar das propagandas ideológicas empreendidas por algumas instituições, como o SEBRAE, as pesquisas realizadas pelo IBGE sobre o Mercado de Trabalho e divulgadas em 1992 e 1994, deixam claro que:

[...] o “sonho” concreto de tornar-se um trabalhador “independente”, por “conta própria” ou pequeno empresário não exprime um desejo *real* dos trabalhadores, mas representa, isto sim, o que parece ser a

única possibilidade de escapar do desemprego ou dos salários degradados: *impedidos de realizar-se como assalariados, “o jeito é” tornar-se pequeno patrão ou trabalhador por conta própria.* (MALAGUTI, 2000, p.90-91).

Essa é a expressão da realidade. Acredita-se que o desejo, ou o sonho, seria poder alcançar uma seguridade que o emprego estável permite. No entanto, faz parte do sonho ainda uma remuneração que garantisse uma forma de vida digna e, em conseqüência, assegurasse um *status* social positivo diante da sociedade. Mas esse parece um sonho cada vez mais distante, como expressa o autor:

No entanto, à medida que estes empregos tornam-se cada vez mais raros, o “jeito” é mudar de sonho e (que saída?!) tornar-se autônomo, micro ou pequeno empresário. *Logo, montar um pequeno negócio é muito mais uma forma de amenizar frustrações do que acalantar sonhos e ilusões* (MALAGUTI, 2000, p. 91).

O micro e/ou pequeno empresário pode se tornar autônomo e ser inserido na categoria ocupacional de trabalhador por conta própria. Num trabalho construído com o objetivo de verificar o comportamento desta categoria na estrutura ocupacional global do Nordeste e fazendo uma comparação com região Sudeste, percebeu-se que, em 1988,

a participação relativa dos trabalhadores por conta própria no total de pessoas ocupadas no conjunto dos setores não agrícolas é muito maior no Nordeste que no estado de São Paulo. Assim é que 27,0% dos ocupados não agrícolas do Nordeste são trabalhadores por conta própria, enquanto que em São Paulo, equivalem a 15,6%. Nesse estado, o mais desenvolvido do país, a contrapartida do menor peso relativo dos trabalhadores por conta própria é uma maior participação do empregador e principalmente dos empregados (TOMAZINI, 1995, p.72).

Através dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) de 1992 a 2002, é possível visualizar como está distribuída a posição ocupacional no Estado da Paraíba, como demonstra a tabela 1(p. 105).

A utilização dos dados referentes à Paraíba expressa a realidade na qual o município de Bayeux está inserida. Estes dados demonstram a importância dos empregados e dos trabalhadores por conta própria no Estado da Paraíba, refletidos

através dos altos índices dos tipos de ocupação referidos, e assim, os empregados representaram 43,33% do total de pessoas ocupadas e os trabalhadores por conta própria representaram 25,10%.

TABELA 1:

## POSIÇÃO OCUPACIONAL SEGUNDO A PNAD – PARAÍBA

	Emprega- dos	Conta Própria	Não Remune- rados	Emprega- dores	Domés- ticos	Outros	Sem Decla- ra- ção
1992	608.322	320.946	267.649	33.591	87.436	76.775	0
1993	569.052	382.230	302.785	34.896	85.893	38.109	0
1994	0	0	0	0	0	0	0
1995	613.947	370.765	278.761	49.836	89.279	86.529	0
1996	622.123	373.673	251.629	31.587	81.374	81.923	0
1997	601.903	381.559	268.349	50.546	76.808	102.583	0
1998	640.796	360.887	223.726	35.937	75.420	83.084	0
1999	658.708	341.706	246.955	44.856	83.158	85.678	0
2000	0	0	0	0	0	0	0
2001	629.445	345.384	167.844	29.512	88.532	91.768	0
2002	668.359	370.919	248.159	34.760	93.719	80.520	0

Posição ocupacional das pessoas com 10 anos ou mais atuando no Estado da Paraíba entre 1992 e 2002

Fonte: MTE/FAT/DATAMEC – Séries Históricas. Maio de 2005 – CD-ROM. IBGE, PNAD de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001 e 2002.

A categoria de trabalhadores por conta própria pode ser analisada mediante a quantidade de capital disponível para investimentos, suscitando uma distinção entre os trabalhadores por conta própria de alta renda e os trabalhadores por conta própria de baixa renda. A realidade estudada aponta para a predominância dos trabalhadores por conta própria de baixa renda, inseridos no setor terciário e informal. E mais, de certa maneira é revelada através do índice (17,41%) referente às pessoas ocupadas que não recebem salários, a relação de informalidade contida no setor formal.

Contudo, práticas como geração auto-emprego e informalidade não são novas. Atualmente, o que se visualiza são novas formas de reprodução do capitalismo e conseqüentes mudanças nas formas de organização das unidades

produtivas e relações de trabalho, uma vez que ao longo da história de formação do mercado de trabalho brasileiro e do setor terciário, a forma de auto-emprego e o trabalho exercido sem a licença adequada previstas por Lei coexistiram, “ora com a tolerância, ora com a cumplicidade, ora em conflito com os comerciantes e artesãos estabelecidos de acordo com as normas legais” (CACCIAMALI; BRAGA, p.1-2).

Assim como o setor terciário, o setor informal passou a aglutinar as pessoas que buscavam pelo menos garantir a sua existência, bem como, a de sua família. Desse modo, pode-se dizer que estes setores transformaram-se num “lugar de abrigo” àqueles que não tinham opção e que, ao mesmo tempo, atuaram como agentes e dependentes do capitalismo.

Chamando atenção para o aspecto puramente estrutural do capitalismo, podemos considerar que estes setores, durante todo o desenvolvimento do sistema econômico, funcionaram como um “colchão amortecedor”, na verdade, é dessa forma que Dweck (1992) se expressa a seguir:

Nessa perspectiva, grande parcela das atividades tradicionais de serviços seria a única possibilidade de ocupação de amplos setores da população, portadoras de baixa qualificação, significando conseqüentemente, subemprego e exclusão social. O setor de serviços assume, assim, uma função de colchão amortecedor, muitas de suas atividades servindo como refúgio dos desempregados da reestruturação (DWECK et al., 1992, p. 446).

Esta visão sobre o setor informal, enquanto um “colchão amortecedor”, deriva do entendimento de que este setor se expandia para amainar o setor formal nos tempos de crise, mas que se comprimia após a crise (ARBACHE, 2003, p.27). Contudo, a realidade brasileira mostra que, algumas vezes, até mesmo os trabalhadores do setor formal fazem a opção pela informalidade. Pois sabe-se que com a desvalorização real do salário, as pessoas são obrigadas a procurarem formas de complementariedade de renda, e assim, vêm na informalidade uma possibilidade. Este fato leva a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) afirmar que:

A opção pela informalidade reflete comportamento racional, com base nos diferenciais de expectativa de remuneração nos setores formal e informal. Assim, o setor informal compreende de fato tanto trabalhadores que aí estão sem opção racional quanto trabalhadores

que permanecem por falta de alternativa e desempenhando atividades inferiores e mal remuneradas (CEPAL, 2003, p.5).

Na tentativa de diminuir a informalidade, os órgãos representantes do Estado e responsáveis pelos setores econômicos suscitaram ações do poder público no sentido de incentivar a abertura das MEP's na economia brasileira. A primeira ação aconteceu em 1984, quando foi implantado o primeiro Estatuto da Microempresa – Lei Nº 7.256 de 27 de novembro de 1984; em seguida houve a inclusão da pequena empresa na Constituição Federal, elaborada em 1988, no Artigo 179 do Capítulo da Ordem Econômica e Financeira, garantindo tratamento diferenciado como está descrito abaixo:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei (BRASIL, 2000, p.108).

Dando continuidade aos incentivos em 1990, aconteceu a transformação do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial Pequena Empresa – CEBRAE em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, ampliando as suas funções originais, inclusive esta instituição passou a acompanhar os destinos dos créditos financeiros concedidos por alguns bancos, tais como: o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB), que criaram programas especiais para destinação de linhas de créditos especiais para as MEP's. Como exemplo, pode-se citar um dos pioneiros, o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, criado em 1995 e que tornou-se o marco para as atuais políticas de geração de emprego e renda, cuja preocupação era a construção de ações pela “Cidadania e Contra a Fome e pela Vida” (GUIMARÃES, 1998, p.202). Este programa foi fruto de mais de um ano de estudo promovido pelo Ministério do Trabalho e com a participação de vários técnicos e especialistas de outras instituições, como SINE (Sistema Nacional de Emprego), terceiro setor além do CODEFAT. As finalidades do PROGER podem ser visualizados na seqüência.

O PROGER tem por finalidade a promoção de ações que gerem emprego e renda, mediante concessão de linhas especiais de crédito a setores normalmente com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro, como pequenas e microempresas, cooperativas ou formas associativas de produção, além de iniciativas de produção próprias do setor informal (PROGER, MTb-SPES-FAT, 1996, apud GUIMARÃES, 1988, p.203).

Com base no PROGER, foram criados outros programas com as definições de linhas de crédito, como foi o caso do Crédito Produtivo Popular (CPP) do BNDES, um programa nacional destinado especificamente para conceder crédito aos pequenos empreendimentos, incluindo aqueles inseridos no setor informal da economia. O apoio às pessoas ocupadas no setor informal visa estabelecer o acesso aos bancos seja para gerar o auto-emprego, ou para criar qualquer tipo de condições de sobrevivência ou crescimento, ou até mesmo, para a formalização dos negócios. A autora, a seguir, explica em detalhes:

Para superar o problema da natureza do agente financeiro, o BNDES propõe a criação de uma nova rede de organizações voltadas para esse fim, sejam estatais ou não. Para tanto, o CPP tem duas linhas de ação: BNDES Trabalhador, que envolve diretamente os governos estaduais e municipais, através de suas Secretarias de Trabalho; e BNDES Solidário, que envolve as ONG's voltadas ao microcrédito. Em ambas as linhas, o cliente final é o mesmo, o pequeno empreendedor, especialmente o não formalizado, que necessita de crédito para alavancar seu negócio, melhorar sua gestão de caixa, ampliar sua produção e, com isso, melhorar os empregos que já mantém e gerar novos postos de trabalhos (GUIMARÃES, 1998, p.216-217).

Estes programas de financiamentos estabeleceram que os princípios de controle social seriam locais, mas intermediado pelos conselhos e comissões estaduais e municipais de emprego, tripartites e paritárias. E ainda entenderam que os agentes financiadores deveriam funcionar *in separato* para que fosse possível existir concorrência; o funcionamento seria mediado pelos conselhos para que os recursos fossem distribuídos mediante uma descentralização e; os recursos poderiam ser aplicados no setor informal, ainda que isso tenha se dado de uma forma muito tímida.

Notadamente percebendo uma evolução e reconhecimento dos avanços institucionais referentes as MEP's, sejam elas formais ou informais, foram

sancionadas algumas Leis, tais como: a Lei Nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES; e a Lei Nº 9.841 de 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Como ações complementares, constituiu-se um Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, demonstrando a dimensão e a importância das micro e pequenas empresas para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional.

Em várias partes do país, este segmento passou a contar a partir de 1988 com entidades representativas como o Sindicato das Micros e Pequenas Empresas da Indústria - SIMPI, o Sindicato das Micros e Pequenas Empresas do Comércio - SIMPEC -, ambos com representações em várias Unidades da Federação, a Associação Nacional dos Sindicatos das Micros e Pequenas Empresas da Indústria - ASSIMPI – e a Associação Nacional dos Sindicatos das Micros e Pequenas Empresas do Comércio - ASSIMPEC.

É bem verdade que mesmo com o reconhecimento da importância deste segmento para a economia brasileira, percebe-se que os dados relativos às micro e pequenas empresas, ao setor terciário e principalmente àquelas inseridas no setor informal não foram sistematizados de forma que nos permita comparações no período determinado. Mas, através da análise de estudos recentes desenvolvidos pelo IBGE, bem como, pelo SEBRAE sobre as micros e pequenas empresas, é possível encontrar alguns dados interessantes que demonstram a realidade nacional e que de certa forma é um reflexo de vários estados e municípios brasileiros, como é o caso da Paraíba e de Bayeux.

O SEBRAE elaborou uma tabela ressaltando a realidade das empresas formais do Brasil. Este teve como base as pesquisas desenvolvidas e os dados disponibilizados pelo IBGE, que contabiliza o total de empresas em atividades no país durante o ano de 2002. A amostra do IBGE trabalhou com 4.918.370 unidades, distribuídas nos setores da indústria, construção, comércio e serviços, assim como mostra a tabela 2, contido na página seguinte.

Do total de empresas em atividade, as microempresas representavam 93,6%, sendo o setor do comércio o mais representativo, com 95,4% de empresas do referido porte. Se somadas às micros e pequenas empresas, alcançam 99,2% do

total. Seguido da pequena empresa que representou 5,6% do total dos estabelecimentos, como é possível verificar no Gráfico 6, localizado após a tabela 2.

TABELA 2:

	Micro		Pequena		Média		Grande		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria	439.013	90,7	37.227	7,7	6.548	1,4	1.430	0,3	484.218	100,0
Construção	116.287	91,9	8.282	6,5	1.694	1,3	221	0,2	126.484	100,0
Comércio	2.337.889	95,4	105.891	4,3	4.862	0,2	2.846	0,1	2.451.488	100,0
Serviços	1.712.418	92,3	122.609	6,6	10.548	0,6	10.605	0,6	1.856.180	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>4.605.607</b>	<b>93,6</b>	<b>274.009</b>	<b>5,6</b>	<b>23.652</b>	<b>0,5</b>	<b>15.102</b>	<b>0,3</b>	<b>4.918.370</b>	<b>100,0</b>

Número e porcentagem das empresas existente nos setores econômicos urbanos brasileiros em 2002, segundo o porte.

Fonte: IBGE, 2002; Elaboração SEBRAE/UED. Extraído em 26/02/2005.

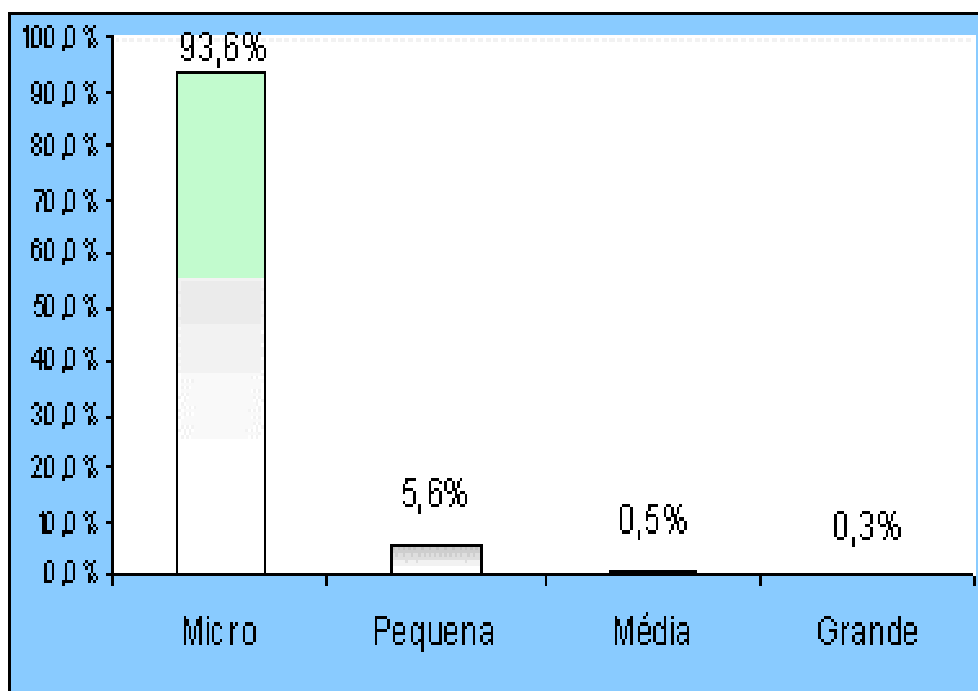
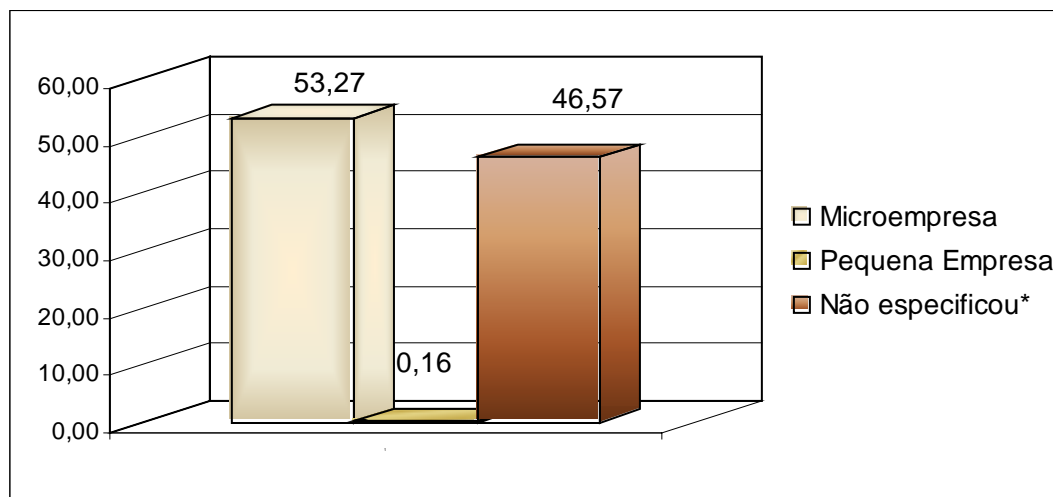


Gráfico 7: Representação das empresas existentes nos setores econômicos urbanos brasileiros em 2002, segundo o porte.

Fonte: IBGE, 2002; Elaboração SEBRAE/UED. Extraído em

26/02/2005.

Segundo os dados da Junta Comercial do Estado da Paraíba, órgão responsável pela abertura e classificação das empresas formais do estado, Bayeux acompanha esta realidade nacional.



**Gráfico 8:** Representação das empresas existentes nos setores econômicos urbanos do município de Bayeux em 2005, segundo o porte.  
Fonte: JUCEP, 2005.

Pode-se observar que percentualmente as microempresas representam mais de cinquenta por cento e as pequenas empresas não atingem o índice de um por cento. Por outro lado, as empresas cujo porte não foram identificados, apresentam valores elevados, só que é preciso levar em consideração que, apenas a partir do final da década de 90, foi que a JUCEP começou a fazer uso dessa classificação, seguindo alguns critérios.

Os critérios para se chegar à definição de um estabelecimento quanto ao seu porte micro e/ou pequeno variam. Mas as bases mais consolidadas apontam para a definição utilizada pelo IBGE e pelo SEBRAE. O SEBRAE baseia-se em dois critérios, um se refere ao Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Nº 9.841, de 5 de outubro de 1999), que teve os valores alterados através do Decreto Nº 5.028/2004 e que leva em consideração a receita bruta anual das empresas. Sendo assim, foram estabelecidos os seguintes parâmetros:

- **Microempresa:** receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos);
- **Empresa de Pequeno Porte:** receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e dois reais) (SEBRAE, 2005b, p.6).

Esse critério baseado na receita vem sendo muito utilizado pelos proprietários de estabelecimentos com o intuito de serem inseridos em programas de apoio às micros e pequenas empresas do governo federal. O outro critério adotado pelo SEBRAE refere-se às pessoas ocupadas nas empresas e são classificadas como segue abaixo:

- **Microempresa:** I) na indústria e construção: até 20 pessoas ocupadas; II) no comércio e serviços: até 10 pessoas ocupadas;
- **Pequena empresa:** I) na indústria e construção: de 20 a 99 pessoas ocupadas; II) no comércio e serviços: de 10 a 49 pessoas ocupadas.

Por sua vez, o IBGE classifica uma unidade de produção e/ou distribuição considerando as faixas de pessoal ocupado no total. Neste caso, incluem-se os empregados e também os proprietários das empresas, para assim se obter informações sobre as micros unidades empresariais que não empregam trabalhadores, mas funcionam como importante fator de geração de renda para seus proprietários.

Segundo os dados da Junta Comercial do Estado da Paraíba, órgão estadual que é responsável pela abertura de empresas formais, existe em Bayeux um total de 1909 empresas cadastradas. Destas, 1017 são microempresas e 03 são pequenas empresas, ou seja enquadram-se na definição utilizada tanto pela Lei das MPE's, quanto pelo IBGE e pelo SEBRAE, como é o caso das MPE's Agro Matos, que comercializa produtos agropecuários e da Nordece, que presta o serviço de distribuição de alimentos.



Figura 3: Pequena empresa voltada para a distribuição de produtos alimentícios e derivados.

Fonte: Arquivo Pessoal, dez/2004. Ricélia Maria Marinho da Silva.

Figura 4: Microempresa voltada para o ramo de comercialização de produtos e insumos agrícolas.

Fonte: Arquivo Pessoal, dez/2004. Ricélia Maria Marinho da Silva.

Um dos problemas enfrentados referente à classificação das empresas quanto ao seu porte diz respeito ao risco que se corre no momento da escolha por um dos critérios.

Nesse instante, pode-se enquadrar uma unidade produtiva como uma MPE, se levar em consideração o número de pessoas ocupadas e deixar passar características relevantes como, por exemplo, imaginemos uma empresa pequena em quantidade de pessoas ocupadas, mas que utiliza intensivamente tecnologias de informação ou que tenha uma mão-de-obra altamente qualificada, e assim consiga realizar um alto volume de negócios utilizando poucas pessoas. Este é o caso de atividades como o comércio atacadista, os serviços técnico-profissionais (atividades de administração, de contabilidade, de consultoria em geral e atividades de informática), dentre outros.

Apesar de não levar em consideração as diferenças entre atividades com processos produtivos distintos, mas os estudos realizados a partir da aglomeração destes dados revelam que atualmente o setor terciário e as micros e pequenas empresas (MPE's) destacam-se enquanto geradores de possibilidade de inserção no mercado de trabalho brasileiro. Para se ter noção do papel desempenhado, as MPE's inseridas no setor terciário "cobrem cerca de 80% da atividade total do segmento das micros e pequenas empresas, tanto em termos da receita gerada como das pessoas nele ocupadas" (IBGE, 2003, p.9).

Não podem ser incluídas como MPE empresas de incorporação de imóveis, pois estas são caracterizadas por terem no comércio de imóveis próprios sua principal fonte de renda. Na mesma situação encontram-se as empresas *holdings* por estas possuírem uma fonte de recurso específica, ou seja, geralmente as receitas de serviços deste tipo de empresa são baixas, mas as receitas

financeiras e a participação acionária são elevadas. Sendo assim, já dá para perceber que as MPE's possuem características específicas, citadas abaixo:

São características das micros e pequenas empresas:

- baixa intensidade de capital;
- altas taxas de natalidade e de mortalidade: demografia elevada;
- forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada nos negócios;
- poder decisório centralizado;
- estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica;
- registros contábeis pouco adequados;
- contratação direta de mão-de-obra;
- utilização de mão-de-obra não qualificada ou semi-qualificada;
- baixo investimento em inovação tecnológica;
- maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e
- relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte (IBGE, 2003, p.18).

Através da verificação das características das MPE's pode se observar como as relações estabelecidas são fluidas. Por dispor de pouco capital, geralmente os recursos tendem a ser divididos entre a reposição de material e/ou equipamentos para trabalhar, com a manutenção da família, e (quando se tem) para pagamento de funcionários, ou mesmo para as taxas tributárias feitas pelo menos uma vez ao ano. Outro aspecto de instabilidade refere-se à frequência com que as MPE's abrem e fecham. Há uma forte presença da família nos estabelecimentos apontando, assim, para a existência de adequações da própria moradia transformada em pontos de negócios. Geralmente são os chefes de famílias os responsáveis pelos negócios. Quando é necessário, a contratação é direta, assim como Milton Santos aponta "a mão-de-obra é barata, não é difícil começar um negócio. Os empregados, se necessários, são encontrados com facilidade, porque a notícia de oportunidade de trabalho circula rapidamente" (SANTOS, 2004, p.204).

Dentre estas características das MPE's, uma merece atenção especial. Esta se refere à utilização de mão-de-obra pouco ou não-qualificada.

Diante do papel que o mercado de trabalho passa a representar, a qualificação, então, passa a ser o principal elemento de negociação entre a força de trabalho e os proprietários dos estabelecimentos produtivos. No caso das MEP's, a

qualificação passa também a ser o elemento essencial na relação entre os proprietários e os agentes financiadores.

Os promotores de programas de crédito seguem duas correntes de pensamento. Uma corrente é a desenvolvimentista, que tem a qualificação como um pré-requisito antes de encaminhar a liberação do crédito para os beneficiários. E a outra é a minimalista, que se restringe a destinação dos créditos, acreditando que apenas a linha de crédito é o suficiente para que haja o crescimento do negócio beneficiado.

A primeira corrente parte da idéia de que o financiamento não pode ser a única forma de apoiar o pequeno empreendedor, pois se imagina que

[...] muitas vezes o empreendedor não precisa do crédito, mas sim de orientação, de acesso a informações, de melhora na gestão de seu empreendimento e de introdução de alguns controles necessários à boa administração de seu negócio (TANNURI, 1998, p.259).

Com base na corrente desenvolvimentista, alguns programas de crédito só liberam os recursos se o empreendedor participar de alguns treinamentos, enquanto outros programas de financiamento oferecem ou sugerem quais os cursos adequados para aquele tipo de atividade, mas sem restringir o acesso ao crédito apenas para aqueles que participaram das atividades de qualificação. Em alguns casos, essa forma de buscar a qualificação se estende também às instituições estatais e, em outros casos, estes treinamentos acontecem com o apoio do Estado, mas não é promovido, o que reflete as próprias deficiências do Estado diante da educação, como ressalta a autora abaixo:

No Brasil, os programas de financiamento para microunidades de produção têm sido, em sua maioria, acrescidos de suporte técnico-gerecncial, notadamente quando se trata de programas de governo. Há quem argumente que é uma forma de o Estado compensar suas deficiências no cumprimento de seu papel, principalmente para com a educação (TANNURI, 1998, p.259).

Na tentativa de estabelecer no Brasil um mercado de trabalho dentro dos padrões capitalistas modernos, algumas ações do Estado visando obter resultados positivos em âmbito nacional foram realizadas. A mais avançada para a época diz

respeito a parceria do Estado com a empresa privada. A partir da década de 40, foi implantado no Brasil o sistema “S”, que se refere à formação de instituições, disseminadas em todas unidades federativas e devidamente administradas por confederações. Esta foi uma forma encontrada pelos empresários para tentar suprir a escassez de uma mão-de-obra devidamente qualificada e que atendesse às suas necessidades, sendo assim, foram implantadas as seguintes instituições:

Así, en los años cuarenta, fueron creados el SENAI (Servicio Nacional de Aprendizaje Industrial), el SENAC (Servicio Nacional de Aprendizaje Comercial) y las Leyes Orgánicas de Enseñanza Industrial, Comercial y Agrícola, que establecieron las bases del moderno sistema de formación profesional en Brasil. Esas instituciones se complementaron, posteriormente, por otras, todas con el mismo objetivo: formar recursos humanos para que la oferta laboral no sea una restricción al rápido proceso de modernización que el Brasil observó en la post-guerra. Entre esas instituciones podemos mencionar el PIPMO (Programa Intensivo de Preparación de Mano de Obra), creado en 1963 (y extinto en 1982) y el SENAR (Servicio Nacional de Aprendizaje Rural), cuyo origen se remonta a 1976. Justamente, en ese año de 1976 se trata de coordinar y articular todo el sistema de formación profesional a través del SNFM (Sistema Nacional de Formación de Mano de Obra) (RAMOS, 2002, p.12).

Ou seja, o sistema “S” é empresas privadas, cujos respectivos proventos são oriundos dos impostos ou cargas tributárias, que incidem sobre o salário dos trabalhadores ligados aos setores econômicos. A participação do Estado se dá referente à fiscalização das ações dessas confederações. O objetivo destas instituições é qualificar mão-de-obra, para que estas estejam devidamente disponíveis para as empresas, de acordo com os objetivos específicos de cada uma. Este sistema é complementado por outro sistema denominado serviços sociais, designados de forma distinta para cada ramo de atividade, como veremos a seguir:

la Industria tiene el SESI (Servicio Social de la Industria) y el Comercio tiene el SESC (Servicio Social del Comercio). Ese sistema de servicio social tiene una amplia gama de objetivos que, en general, pueden clasificarse como “sociales” (servicios de salud, educación, deportes, cultura, entretenimiento en general) (RAMOS, 2002, p.13).

Na década de 60, o SESI ganhou um terreno do representante do Estado da Paraíba, Pedro Gondim, onde construiu uma unidade escolar em Bayeux, que recebeu o nome de Grupo Escolar Coralio Soares de Oliveira, visando atender os filhos dos operários industriais. Ainda nesta mesma década, mediante o desenvolvimento da cidade, o SENAI instala uma unidade, onde foram iniciados os cursos de mecânica geral, com aprendizes especializados em torneiro, soldador, plainador, entre outros, “no intuito de formar profissionais para ingressar nas fábricas” (OLIVEIRA, 1999, p.121).

Este agenciamento de qualificação e ainda a tentativa de integração social seguem uma lógica de reprodução. Estabelecendo uma relação direta entre o trabalho e a cultura, a qualificação assume a função principal quanto à “formação e transformação cultural, atendendo aos interesses do capital, pois é o mercado de trabalho capitalista quem define as tendências e os requisitos dessa qualificação” (ROGGERO, 2002, p.14).

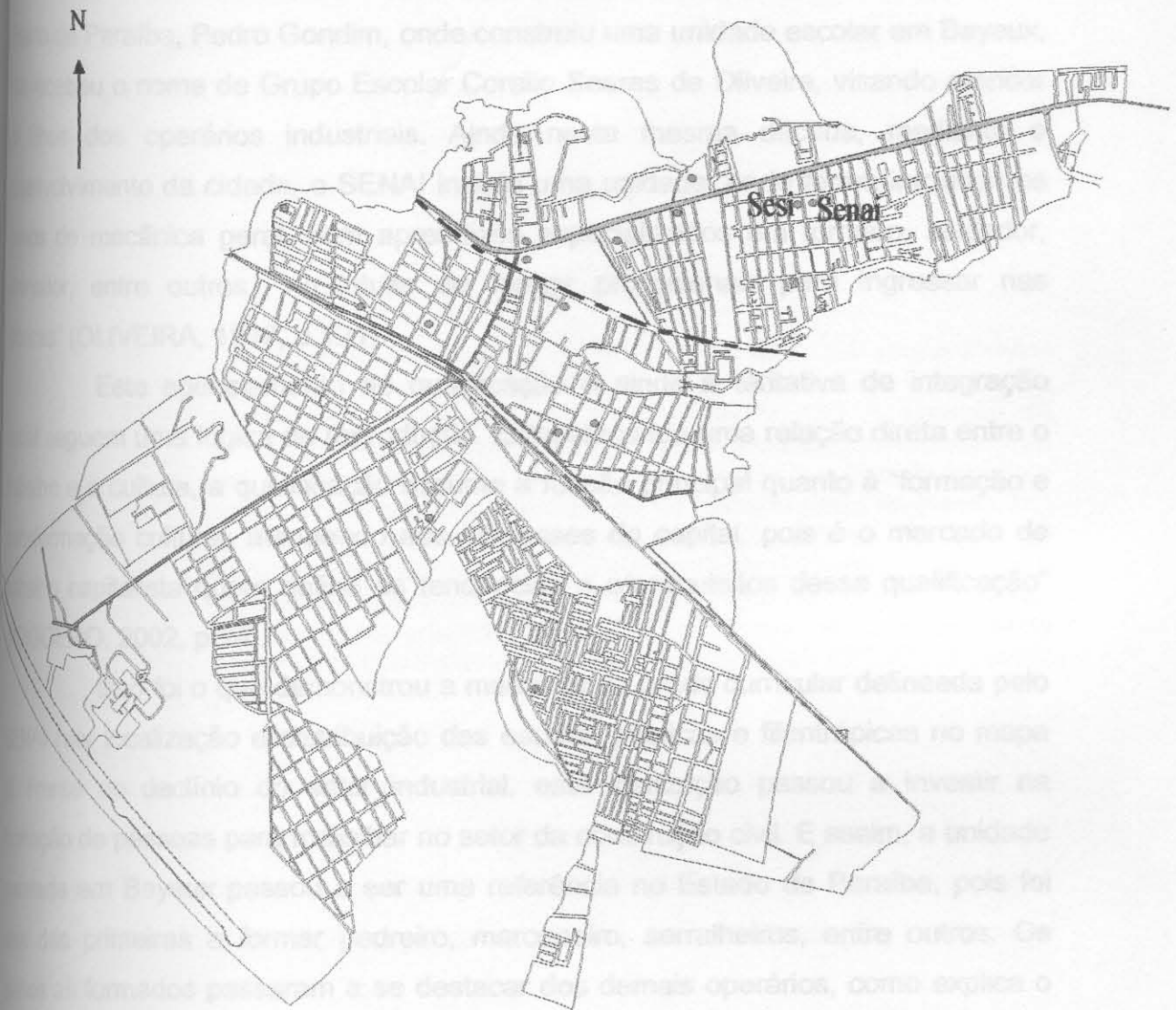
Isso foi o que demonstrou a mudança da grade curricular delineada pelo SENAI (ver localização e distribuição das escolas públicas e filantrópicas no mapa 5). Frente ao declínio do setor industrial, esta instituição passou a investir na formação de pessoas para trabalhar no setor da construção civil. E assim, a unidade instalada em Bayeux passou a ser uma referência no Estado da Paraíba, pois foi uma das primeiras a formar pedreiro, marceneiro, serralheiros, entre outros. Os alunos ali formados passaram a se destacar dos demais operários, como explica o autor em seguida:

Os seus alunos profissionalizados conseguem, através do Diploma colocar-se entre os melhores profissionais existentes, tornando-se assim fácil o ingresso nos diversos estabelecimentos empresariais (OLIVEIRA, 1999, p.122).

## **Mapa 5:**

Mapa 5:

## Distribuição das unidades educacionais públicas e filantrópicas de Bayeux - PB



Legenda:

Escala: 1:34.921

- Eixos de circulação
- Unidades Educacionais

Elaboração: Ricélia Maria Marinho da Silva

Fonte: Pesquisa de campo: Bayeux/PB – dezembro de 2004 a janeiro de 2005.

Todavia a qualificação além de ser definida mediante as tendências e requisitos do mercado de trabalho capitalista, apresenta como pano de fundo a forma de organização das máquinas e dos homens numa referida base produtiva. Sendo que esta organização irá depender das determinações das relações estabelecidas entre algumas instituições, tais como, o Estado, os empresários e os sindicalistas. Logo, a qualificação irá depender das relações que são estabelecidas

entre as instituições, bem como, “pelas regras e normas que entre elas são pactuadas” (DEDECCA, 1998, p.271), dando origem aos acordos coletivos muito em voga no período subsequente a Segunda Guerra nos países desenvolvidos e que tinha como objetivo estruturar as categorias ocupacionais, como nos explica o referido autor.

Os acordos coletivos estruturavam, de fato, os requerimentos associados a cada posto de trabalho, definindo os critérios de qualificação relacionados a cada um deles. (...) A inserção do trabalhador na estrutura de ocupações aparecia como resultado da regulação social que as negociações coletivas e o Estado exerciam sobre a contratação e uso de força de trabalho pelas empresas. (...) Nos países desenvolvidos, nos anos de 50 a 70, vão se estabelecendo políticas públicas de formação de mão-de-obra com o objetivo de favorecer a inserção profissional da força de trabalho. Essa formação profissional inicial era e continua sendo desenvolvida como parte dos sistemas nacionais de educação (DEDECCA, 1998, p.272-273).

Seguindo este modelo, o sistema nacional de educação brasileiro tentou estabelecer dois tipos de formação, com objetivos distintos. Assim um indivíduo que prosseguisse os estudos, ao ingressar no segundo grau, poderia optar entre uma formação intelectual (educação para a cidadania) ou uma formação profissional (educação para o trabalho).

A formação intelectual daria habilidades e competências de produzir pensamentos, consolidado a partir do ingresso nas universidades. Já a formação profissional seria desenvolvida através do ensino nas escolas de ofícios, que posteriormente foram denominadas de escolas técnicas e centros tecnológicos ou unidades escolares equivalentes, nas quais o ensino era destinado às pessoas pobres que geralmente não tinham condições de ter acesso às universidades. E o mais importante, existia convênios entre estes centros e as empresas, visando o aproveitamento dessa mão-de-obra qualificada e assim todos ganhavam, pois as empresas tinham a disposição pessoas aptas a atuar no mercado de trabalho, mesmo que na seqüência fossem inseridos em programas específicos das empresas.

O estabelecimento entre o tipo de qualificação e o segmento da força de trabalho que as políticas públicas iriam privilegiar são na verdade um reflexo da maneira que a educação para o trabalho foi implantada no Brasil. Estudos apontam

que essa educação foi desarticulada da realidade apontada pelo mercado de trabalho, ou seja, a educação foi implantada não para atender as demandas dos setores produtivos, mas como um modo de evitar, e até mesmo, de sanar as fragilidades sociais. Deste modo se estruturou um sistema educacional socialmente desigual.

A seletividade, enquanto característica do sistema educacional condiciona a distinção entre as pessoas mediante as condições financeiras, logo, ter acesso a uma educação de qualidade é algo para poucos. É mister que cada vez mais cedo as pessoas estão inseridas no mundo do trabalho, tendo que optar entre se dedicar à qualificação ou garantir a sobrevivência. Estes podem ser elementos que contribuem com os baixos índices de escolarização da população, em especial, das pessoas ocupadas nos setores econômicos de Bayeux, demonstrado na tabela 3.

TABELA 3:

	INDÚSTRIA	CONSTR. CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROP	OUTR/IGN	Total
Analfabeto	95	8	32	242	0	0	377
4ª série incompleta	978	15	57	343	0	0	1.393
4ª série completa	528	22	122	251	0	0	923
8ª série incompleta	438	6	79	266	0	0	789
8ª série completa	93	1	49	213	0	0	356
2º grau incompleto	87	1	32	161	0	0	281
2º grau completo	85	3	64	301	0	0	453
Superior incompleto	21	0	21	99	0	0	141
Superior completo	37	0	22	130	0	0	189
Ignorado	65	0	5	7	0	0	77

Índices de escolaridade, segundo os setores econômicos formais de Bayeux – PB de 1985.  
Fonte: RAIS, 1985.

Como é possível verificar, em 1985, existiam 4979 pessoas ocupadas nos setores (formais) econômicos no município de Bayeux, ressalta-se que entre estas pessoas a baixa escolaridade apareceu como algo relevante. Assim, neste momento, os setores que mais agregam trabalhadores são também os que apresentam índices mais elevados, a exemplo do setor industrial, de serviço e

industrial. O número de pessoas que cursaram até a quarta série, mas não chegaram a concluir, perfaz um total de 1.393, ou seja, 27,98%, sendo que, deste montante, 978 estavam alocadas no setor industrial.

[...] estudos realizados nos anos de 70 e 80 mostraram que cerca de 50% dos técnicos em exercício na indústria não possuíam qualificação formal para a função e, em termos de escolaridade, tinham no máximo o 1º Grau completo. Na verdade, boa parte das ocupações hoje classificadas como “técnicas” possuem requisitos básicos ligados mais à experiência do que a um preparo escolar específico (FOGAÇA, 1998, p. 304).

De certa maneira, este ponto de vista ajuda no entendimento de que à medida que os anos estudados foram aumentando, o número de pessoas foi diminuindo proporcionalmente em todos os setores. Mas esta realidade também caminhou rumo à extinção, pois a estrutura ocupacional que se delineia a partir da década de 90 e estende-se até os dias atuais, aponta para uma associação entre a qualificação e o grau de escolaridade, por assim entender que um está vinculado ao outro.

As tabelas 4 e 5 apresentam os dados referentes aos anos de 1995 e 2002, nos quais percebemos um aumento do nível escolar das pessoas ocupadas nos setores econômicos do município de Bayeux.

Os anos de estudos aumentaram, fato que converge as ações do poder público que tentou dar atenção à educação, e que apesar de repercutir com um aumento de escolaridade das pessoas ocupadas ainda não foram ações tão eficazes que originassem uma mudança geral, uma vez que “ainda hoje o perfil de escolaridade da população brasileira deixa muito a desejar: temos cerca de 20 milhões de analfabetos e 30 milhões de jovens e adultos subeducados” (FOGAÇA, 1998, p.311).

	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	COMÉRCIO	CONSTR. CIVIL	AGROP	OUTR/IGN	Total
Analfabeto	44	50	20	17	1	10	142
4ª série incompleta	745	92	48	66	11	16	978
4ª série completa	340	132	68	11	5	6	562
8ª série incompleta	240	142	57	26	5	7	477
8ª série completa	204	220	36	5	2	9	476
2º grau incompleto	167	97	39	8	2	11	324
2º grau completo	126	1.765	139	9	4	1	2.044
Superior incompleto	37	53	9	1	3	4	107
Superior completo	43	99	31	3	0	2	178
Ignorado	21	1	3	0	0	1	26

Índices de escolaridade, segundo os setores econômicos formais de Bayeux – PB de 1995.

Fonte: RAIS, 1995.

TABELA 5:

	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	COMÉRCIO	CONSTR. CIVIL	AGROP	Total
Analfabeto	27	66	11	18	0	122
4ª série incompleta	477	283	49	61	15	885
4ª série completa	316	195	77	20	6	614
8ª série incompleta	531	231	130	9	1	902
8ª série completa	346	364	202	25	0	937
2º grau incompleto	351	190	105	1	1	648
2º grau completo	567	790	269	6	0	1.632
Superior incompleto	36	269	24	0	1	330
Superior completo	85	604	36	3	0	728

Índices de escolaridade, segundo os setores econômicos formais de Bayeux – PB de 2002. Fonte: RAIS, 2002.

Os dados demonstraram que houve um aumento quantitativo de escolaridade entre os trabalhadores, com um destaque para aqueles que

conseguirão chegar e concluir o segundo grau ou ensino médio. Como é possível perceber, em 1985, foram apenas 453 que conseguirão terminar o segundo grau. Dez anos depois, ou seja, em 1995, este índice pulou para 2.044 pessoas, dentre essas, 1.765 estavam ocupadas no setor de serviços, seguido de 139 no setor comercial, totalizando assim 1.904 pessoas ocupadas no setor terciário de Bayeux. Transformando estes números em percentual, podemos verificar que 93,15% do total das pessoas ocupadas nos setores econômicos, que possuem segundo grau, estavam no setor terciário, contrapondo-se aos 6,16% que estavam inseridos no setor industrial; os 0,69% restantes é resultado da soma dos setores da construção civil e da agropecuária. Em 2002, o número de pessoas que conseguiram terminar o segundo grau diminuiu, atingindo um índice de 1.632 pessoas, mas em compensação houve um crescimento do número de pessoas que conseguiram ter acesso e terminar algum curso superior. Em 1985, existiam 189 pessoas, em 1995, este índice caiu para 178, em 2002, volta a aumentar e totalizar 728 pessoas ocupadas. E mais uma vez o setor de serviços foi quem apresentou os melhores índices em 2002, perfazendo 82,92% do total das pessoas que terminaram um curso superior.

Vale salientar que ao observar estes dados, precisa-se levar em consideração o aumento e/ou diminuição do total das pessoas ocupadas. Ou seja, esta queda visualizada no ano de 1995, aponta também que, neste ano, houve uma queda no número das pessoas ocupadas no setor formal das atividades referidas nas tabelas.

Exceto esta observação, visualiza-se ainda que quantitativamente os índices de escolaridade estão apontando para um aumento dos anos de estudos de aproximadamente 400%, ocorrido num período de sete anos das pessoas ocupadas nestes setores da atividade, com destaque para o setor de serviços. Acredita-se que as políticas educacionais governamental e até mesmo a própria configuração do mundo do trabalho tenham contribuído para este aumento. Pois vale chamar a atenção para o comportamento dos setores. Em Bayeux, o setor de serviços demonstrou algumas mudanças significativas encaminhadas no sentido de acompanhar as novas exigências do mercado de trabalho, quem conta é o autor referido a seguir:

Existiam, na década de 70, muitas escolas de datilografia distribuídas entre os bairros, entretanto, a mais antiga e conhecida era a Escola de Datilografia de Dona Dil, localizada na Rua Flávio Maroja. Porém, com o progresso da informática, veio a globalização e assim, diversas escolas aparecem, principalmente no início da década de 90 entre elas: Máster Téc. e Informática, na Av. Liberdade, Gyga Soft Informática LTDA, Antares Informática na Rua A. A. F. Carvalho (OLIVEIRA, 1999, p. 122).

De uma maneira mais geral, o mundo do trabalho aponta a necessidade de um ensino qualitativamente estruturado para uma formação integrada, no qual o indivíduo tenha a mesma oportunidade de ter acesso a um ensino intelectualizado, bem como, ao ensino técnico. Para isso é preciso conciliar o aumento dos anos de escolaridade com a qualidade do ensino. Reconhece-se que este é um movimento que só a longo prazo irá surtir um efeito positivo, mas acredita-se que atualmente pelo menos a preocupação quantitativa já está sendo posta em prática, uma vez que as ações governamentais caminham neste sentido, como revelaram os dados citados anteriormente.

Contudo, é difícil pensar na possibilidade de um ensino igualitário, quanto às oportunidades de acesso e permanência quando o mundo do trabalho exige que as pessoas sejam inseridas nos setores econômicos cada vez mais cedo, tendo que sacrificar-se para continuar na escola, o que resulta muitas vezes num baixo rendimento individual.

Vivencia-se atualmente um mundo do trabalho caracterizado pelo baixo nível de qualificação dos trabalhadores, pela precarização do trabalho, pela não-remuneração e/ou aos baixos salários, pela permanência da burocratização, pelos elevados impostos contrapondo-se à luta incessante pela garantia de sobrevivência, fato que explica a ampliação do número das MPE's, bem como, à inserção da informalidade no mercado de trabalho brasileiro e à ampliação do setor terciário, seja formal ou informal.

No próximo capítulo, verifica-se, através de uma amostra coletada no campo, como se dá vários aspectos estabelecidos entre empregador e empregados, entre proprietários de estabelecimentos e a família e entre proprietários de estabelecimentos e o Estado, firmando uma “queda de braço” entre a formalização e a informalidade. Ressalta-se ainda aspectos como a localização dos estabelecimentos, os modos de comercialização dos produtos e o local onde foram

adquiridos. Dentre outros aspectos, estabelece-se uma separação entre o setor comercial e de serviço do município de Bayeux.

## **4- O SETOR TERCIÁRIO DE BAYEUX NA VIRADA DO SÉCULO: MISTO DE FORMALIDADE E INFORMALIDADE**

4.1- O setor terciário formal de Bayeux-PB revelado a partir dos dados da JUCEP e da RAIS

Ao tratar-se de uma abordagem a respeito do setor formal é preciso fazer algumas exposições. O termo setor formal considera a existência de atividades e estabelecimentos, cujo funcionamento estão de acordo com algumas normas pré-estabelecidas e reconhecidas pelo Estado. Estas normas, via de regra, têm como princípio disciplinar o trabalho e suas relações, determinando assim “os seus sujeitos e as organizações destinadas à proteção desse trabalho em sua estrutura e atividade” (PAULO, 2005, p. 10).

As normas são denominadas de *normas jurídicas protetivas*, e geralmente são estabelecidas por meio de medidas de proteção, isso porque partem da idéia de que “o trabalhador, em razão de sua inferioridade econômica, representa o lado mais fraco nas relações trabalhistas” (PAULO, 2005, p. 11). O vínculo dessa medida de proteção é diretamente com as instituições jurídicas, que têm como objetivo mediar as relações existentes entre os empresários e os trabalhadores, e/ou, com as entidades sindicais. Contudo, o fulcro da questão é assegurar as melhores condições de trabalho, sem perder de vista os direitos sociais.

Pode-se afirmar que, atualmente, em Bayeux o setor formal é composto por, basicamente, dois setores econômicos, que são: o secundário e o terciário. Esse fato concretiza-se baseado na relevância desses setores para a economia local, uma vez que o setor primário não consegue apresentar nem um número condescendente de equipamentos ou estabelecimentos, nem mesmo ao que se refere ao número de pessoas ocupadas.

Faz-se mister comentar que, parte-se do entendimento de que o setor terciário é algo mais abrangente e heterogêneo. Assim sendo, este contempla também os estabelecimentos e a força de trabalho, envolvidos no denominado setor terciário moderno, bem como, no terciário tradicional. A distinção que embasa a subdivisão do terciário pauta-se na utilização ou não de aparatos tecnológicos.

Essa subdivisão também aponta para as complexidades que compõe a essência do terciário. Juntamente com as questões referidas a utilização da tecnologia, nota-se também a existência de atividades vinculadas ao âmbito público e/ou privado, que compõe os mais diversos tipos de serviços, como exemplo, pode-se citar aqueles ligados à tomada de decisão, assessoria, consultorias, planejamentos, sistema de saúde, dentre outros, que podem está conectados tanto ao consumo das empresas, do governo, e/ou familiar.

Mediante essas possibilidades viu-se que, diante da compreensão de que o terciário é um setor realmente abrangente, era preciso fazer algumas opções. Assim, nesse momento, opta-se por deter-se apenas a uma análise que retrata os setores comerciais e de serviços vinculados ao consumo familiar e, instalados no município de Bayeux.

Perante a necessidade de construir uma caracterização dos setores comerciais e de serviços presentes no município de Bayeux, parte-se da necessidade de levantar informações ligadas aos estabelecimentos formais. Com base nos dados da JUCEP, pode-se chegar a seguinte constatação.

Em Bayeux, até o ano de 2005, foram contabilizados 1909 estabelecimentos cadastrados, sendo que, destes 1787 desenvolvem atividades do setor terciário, 68 desenvolvem atividades do setor industrial, 51 desenvolvem atividades do setor terciário e industrial, e apenas 03 desenvolvem atividades ligadas ao setor primário. Desses 03 estabelecimentos, 01 está voltado ao cultivo de cana-de-açúcar (Usina Monte Alegre, cuja concentração de suas terras está localizada no município de Santa Rita, mas que mesmo tendo uma pequena parte das terras que pertencem a Bayeux, registrou-se como uma empresa desse último município); 01 está voltado ao cultivo de outros produtos de lavoura temporária; e, 01 está voltado à criação de bovinos para corte (CIAN).

No gráfico abaixo é possível visualizar a participação dos setores econômicos de Bayeux de 1960 ao primeiro mês do primeiro semestre de 2005, tendo como base a somatória do número de estabelecimentos existentes.

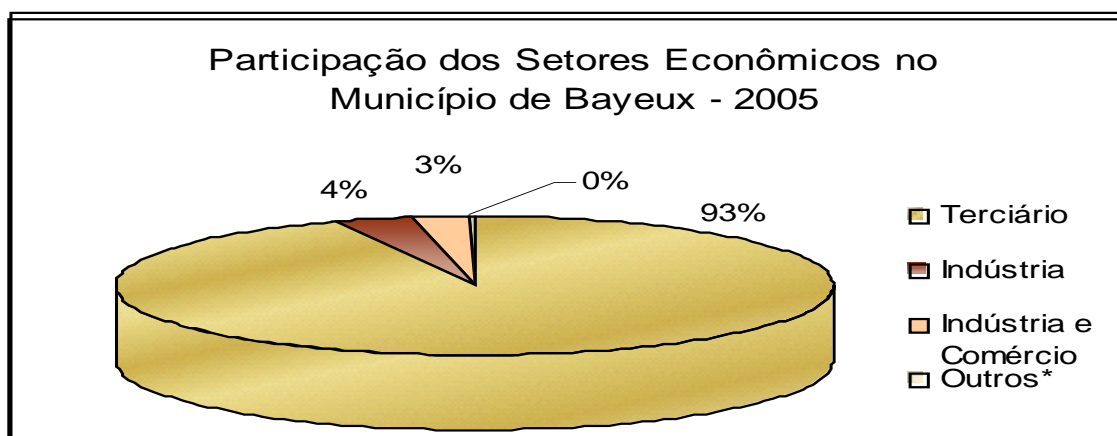


Gráfico 9: Participação dos setores econômicos, segundo o número de estabelecimentos existentes em Bayeux – PB até o primeiro semestre do ano de 2005. Fonte: JUCEP,

Nota-se que ao longo dos anos o setor terciário vem apresentando um crescimento significativo quanto ao número de estabelecimentos no município de Bayeux. Fato que até certo ponto pode até ser vinculado tanto à maneira de organização dos setores econômicos diante ao próprio processo de urbanização desencadeado, quanto à própria dinâmica gestada durante a construção desse município. O fato é que, como é possível visualizar através do gráfico 10, nota-se uma disparidade entre o crescimento do número de estabelecimentos do setor terciário quando compara-se com os outros setores da economia em relação ao terciário, no período entre 1985 e 2002.

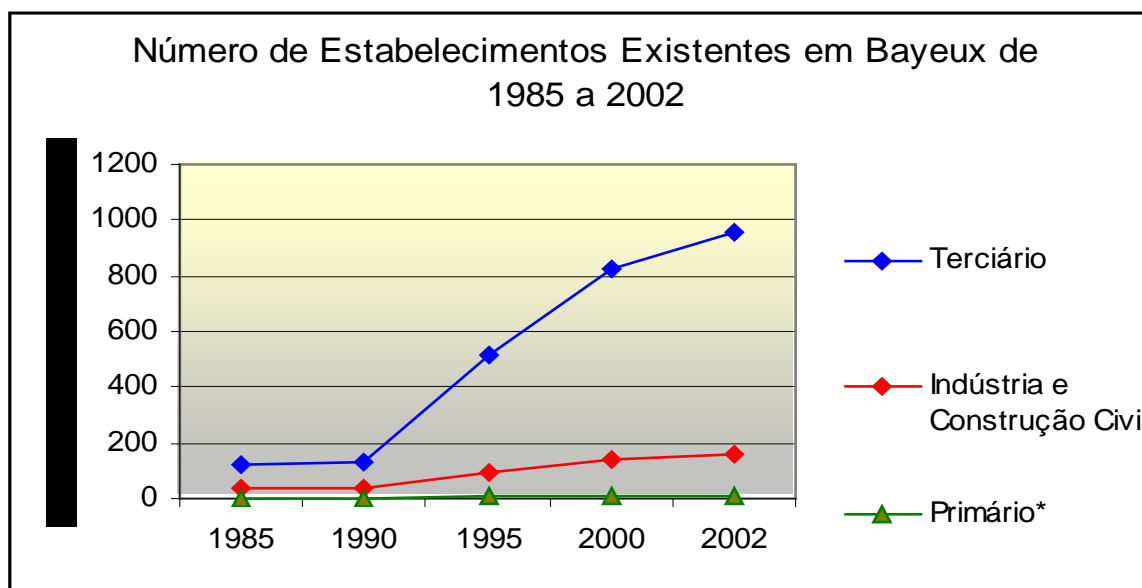


Gráfico 10: Número de estabelecimentos existentes em Bayeux de 1985 a 2002.  
Fonte: RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2002.

Primário\* = as atividades Agropecuárias, extração vegetal, caça e pesca.

Esse setor terciário, que por hora aborda-se, é composto pelas atividades comerciais e de serviços cujas características assemelha-se às apontadas durante a discussão do circuito inferior da economia urbana, de uma maneira mais detalhada, mas também pode servir como exemplo do que seja o terciário tradicional. No entanto essa discussão não será possível nesse momento, mas já faz parte de uma pauta a realizar-se a *posteriori*.

Essa informação despertou a curiosidade em descobrir qual a atividade específica que, estava sendo a responsável por tal posicionamento do terciário. Assim, desmembrou-se os dados, dessa maneira chegou-se a constatação de que a atividade impulsionadora desse crescimento do setor terciário é o comércio. Proporcionalmente, no período que compreendeu desde 1985 a 2002, o comércio deteve 56% dos estabelecimentos existentes em Bayeux, seguido da atividade de

serviços, que apresentou um índice de 22%, enquanto que somando todos os outros setores e suas respectivas atividades chega-se a um índice de 22%. Ou seja, todas as outras atividades somadas igualá-se ao índice que representou apenas a atividade de serviços (ver tabela 6).

TABELA 6:

Número dos Estabelecimentos ligados ao Terciário e os demais Setores Econômicos de Bayeux (1985 - 2002)					
	1985	1990	1995	2000	2002
Indústria	30	28	74	98	102
Construção Civil	5	11	20	46	53
Comércio	76	82	404	587	674
Serviços	44	52	113	234	284
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0	1	8	11	8
Outros/ignorado	0	16	197	0	0
Total	155	190	816	976	1.121

Números de estabelecimentos discriminados segundo as atividades terciárias e às atividades dos outros setores econômicos, existentes em Bayeux de 1985 a 2002.  
Fonte: RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2002.

O comércio apresenta duas maneiras de comercialização das mercadorias, uma denominada de atacadista e outra de varejista. Geralmente a forma de distribuição atacadista é efetivada por estabelecimentos cujo capital é suficiente para gerar um armazenamento, de modo que, são revendas de grandes quantidades de produto. O inverso é justamente a forma de comercialização varejista, e por isso essa é a maneira mais comum, se destacando com 86%, de revenda em Bayeux. Mas há também a possibilidade de um estabelecimento comercializar um produto tanto da forma atacadista quanto da varejista, assim como é possível visualizar através do gráfico 11, que encontra-se na próxima página.

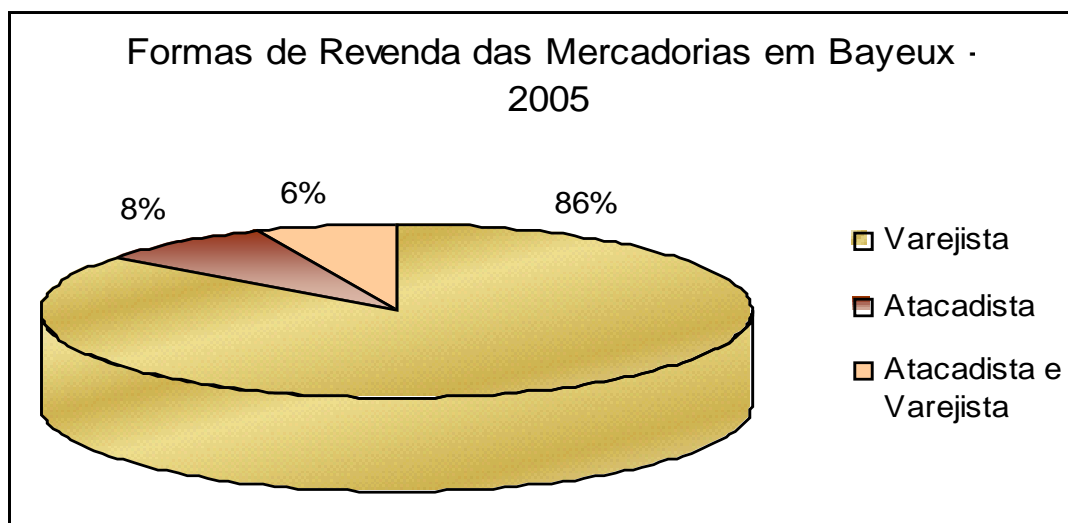


Gráfico 11: Formas de revenda das mercadorias em Bayeux – PB, segundo o número de estabelecimentos terciários registrados até o primeiro mês de 2005. Fonte: JUCEP, janeiro de 2005.

Menciona-se, além dos detalhes no que tange o funcionamento dos equipamentos, a situação dos executores do trabalho na atividade terciária e, especificamente, no setor formal. Nota-se que ao que refere-se às pessoas ocupadas na atividade terciária emergem especificidades que merecem destaque. Existe uma dificuldade séria no bojo dessa análise. Geralmente é difícil fazer a separação entre pessoas ocupadas e pessoas empregadas. No entanto, os dados da RAIS apresentam o número de pessoas empregadas nos setores econômicos, dessa maneira, ficam de fora os proprietários do estabelecimento, as pessoas ligadas a sua família independente do grau de parentesco, bem como, outras pessoas que recebem ou não remuneração pelo trabalho executado, mas que não aparecem nesses dados oficiais. Assim, os dados consideram apenas os empregados, que são àquelas pessoas que adequam-se as normas jurídicas protetivas do trabalho.

Em 1985, os setores econômicos de Bayeux somados empregaram no setor formal 155 pessoas. Do total dos estabelecimentos, destacaram-se aqueles cujo número de empregados variou entre no mínimo 01 e no máximo 10 pessoas. Essa característica permite o SEBRAE denominar esses como microempresas. As microempresas foram responsáveis por empregar, nesse período, 106 pessoas. Traduzindo isso para percentual pode-se afirmar que as microempresas, que

representaram 68% dos estabelecimentos de todos os setores econômicos tinham poucos empregados, mesmo a indústria não ocupava mais tantas pessoas.

Assim, observando setorialmente, visualiza-se que o setor terciário destaca-se dos demais e, em particular a atividade comercial. Das 106 pessoas que foram agrupadas nos estabelecimentos que apresentam no máximo 10 empregados, 68 pessoas desse montante encontravam-se no setor terciário e, especificamente na atividade comercial. Ou seja, percentualmente, isso significa que 64% dos estabelecimentos da atividade comercial eram microempresas. E na seqüência, destacam-se os serviços como a segunda atividade concentradora de microempresas.

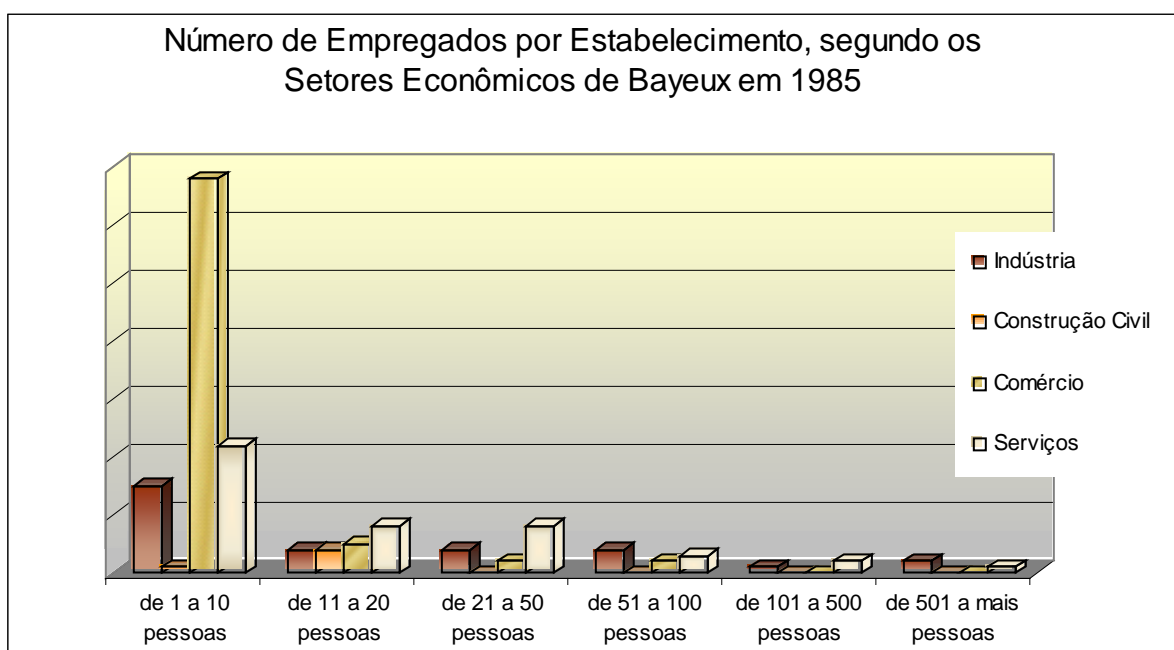


Gráfico 12: Números de empregados por estabelecimento, segundo os setores econômicos Bayeux em 1985 – um destaque para microempresa.

Fonte: RAIS, 1985.

Ao analisar os dados de 2002 verifica-se que, a realidade assemelha-se, ou seja, novamente são os estabelecimentos que tem no máximo 10 empregados que se destaca. Da mesma maneira, é o setor terciário, e especificamente, a atividade comercial a maior concentradora das microempresas. Mas, nota-se também que alguns aspectos mudaram ao longo de dezessete anos, e neste caso, lê-se a taxa de crescimento do número de pessoas ocupadas, que apresentou um índice de aproximadamente 623%. Percebe-se ainda que apesar de se comparar com as microempresas, mas houve uma permanência das três grandes empresas

que são responsáveis pelo emprego de 501 e mais pessoas, e, que já se encontravam em Bayeux em 1985 na atividade industrial e nos serviços (ver gráfico 13).

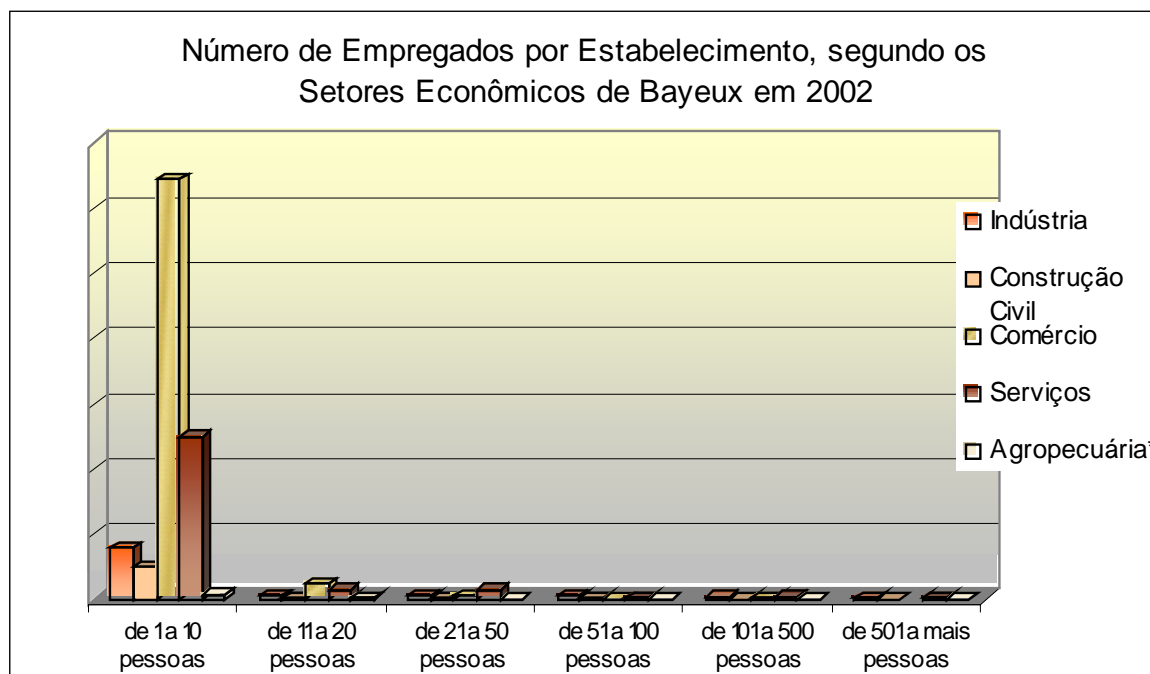


Gráfico 13: Números de empregados por estabelecimento, segundo os setores econômicos Bayeux em 2002 – um destaque para microempresa.  
Fonte: RAIS, 2002.

Um aspecto importante que os dados de 2002 revelam diz-se respeito a incorporação de uma atividade que nos anos anteriores a 1990 não haviam sido apresentadas, que é a agropecuária. Neste caso, os dados relativos à agropecuária esta englobando a extração vegetal, a caça e a pesca, que em Bayeux é uma atividade muito praticada devido, principalmente, a existência de um meio natural adequado. Mas, via de regra, essas não são atividades legalizadas. Acredita-se que esta aparição nos arquivos da RAIS tenha alguma relação com a criação de cooperativas e de associação de pescadores.

A prática de se trabalhar através de cooperativas ou associações não é muito comum em Bayeux. Através dos dados da JUCEP, verifica-se quais são as entidades jurídicas que as empresas estão enquadradas.

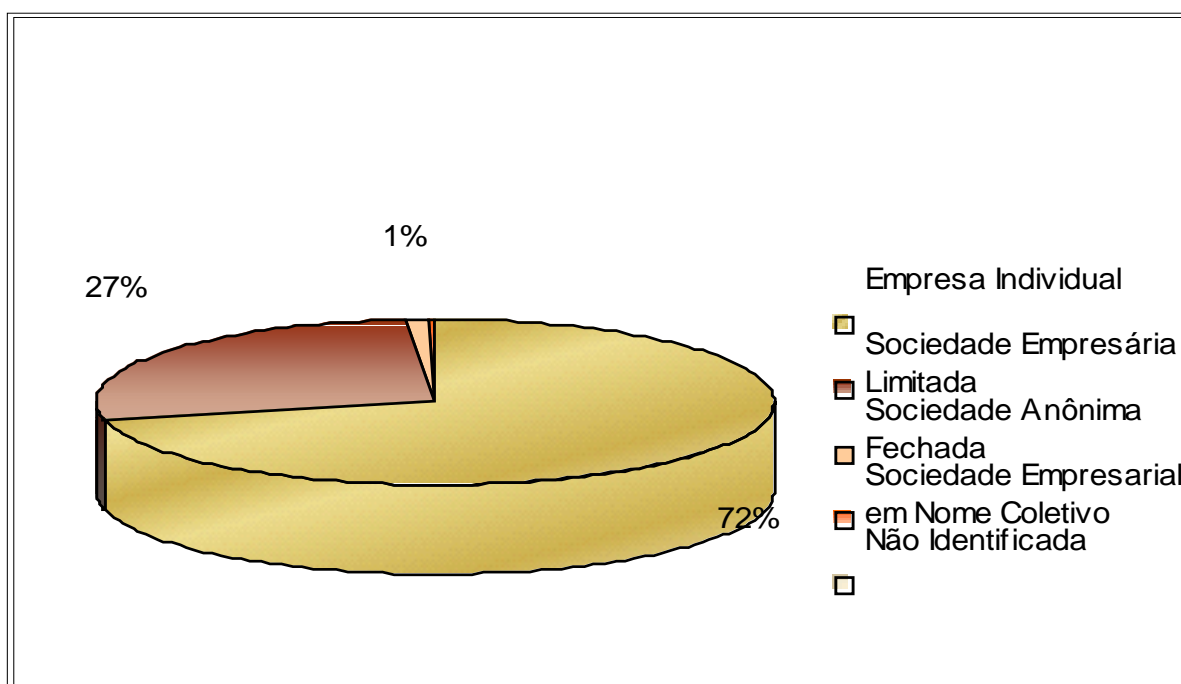


Gráfico 14: Entidades jurídicas dos estabelecimentos existentes em Bayeux até o primeiro mês de 2005.

Fonte: JUCEP, janeiro de 2005.

E neste caso, a empresa individual, que como a própria denominação sugere é de um único dono, representa 72% do total de 1909 empresas, seguida da sociedade empresária limitada, que na maioria dos casos são empresas familiares. Neste aspecto apesar destas entidades sugerirem a união de mais de uma pessoa,

mas elas não apresentam a mesma filosofia da cooperativa, que na verdade, tenta juntar algumas pessoas (nem sempre pertencem ao mesmo núcleo familiar), tanto gerar uma prática social mais comunitária, quanto para que pessoas que tenham dificuldades técnicas e financeiras adquem-se às novas formas de produção e comercialização.

A difícil realidade enfrentada pelas pessoas, de uma maneira bem abrangente, acaba por gerar um aspecto negativo para estas, ao passo que gera para os capitalistas uma comodidade em achar mão-de-obra cada vez mais barata. Isso reflete nos dados de 1985, quando verifica-se a relação entre as pessoas ocupadas nos setores econômicos de Bayeux e a remuneração média.

No ano de 1985, existiam em Bayeux um total de 6454 pessoas ocupadas em todos os setores econômicos, sendo que só no setor terciário perfazia um total de 2746 pessoas. Assim, procurou-se informações a respeito das atividades do setor terciário, do qual destaca-se inicialmente a atividade comercial, fazendo uma relação com a remuneração média mensal das pessoas empregadas (ver gráfico 15).

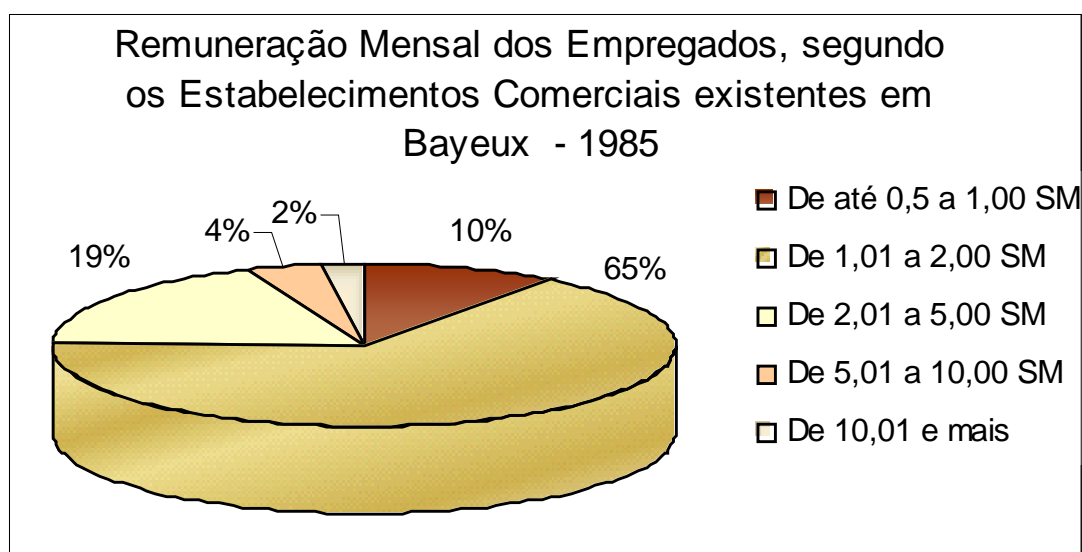


Gráfico 15: Remuneração mensal dos empregados, segundo o número de estabelecimentos comerciais existentes em Bayeux em 1985.

Fonte: RAIS, 1985.

A atividade comercial, de Bayeux em 1985, aglutinou 697 empregados. Nota-se que destes, a maioria perceberam mensalmente entre mais de um e dois salários mínimos. Explicitando em termos percentuais, elas representaram 65% de um total de 483 pessoas. Outra evidência diz-se respeito às pessoas que ganham

salários abaixo do salário mínimo, que representaram 9%. É perceptível também que, à medida que a quantidade de salários vai aumentando, os percentuais vão diminuindo, como é o caso das pessoas que recebem entre 15 e 20 salários mínimos. E mais, não foi identificada nenhuma pessoa que receba um valor superior a 20 salários mínimos por mês.

Compara-se então o comportamento dos estabelecimentos terciários, segundo os setores comerciais e de serviços no ano de 1985, e nota-se algumas modificações no que tange o aspecto ligado à remuneração dos empregados. A atividade de serviços, nos anos de 1985, concentrou 2049 pessoas, fato que já apontou para algumas diferenças se comparado com o setor comercial, do mesmo ano. As pessoas ocupadas ganhavam bem menos nas atividades de serviços do que nas atividades comerciais, uma vez que, no gráfico, encontram-se os empregados cujos valores percebidos foram de menos de um salário mínimo a até um salário mínimo e, estes representaram 28%, enquanto que na atividade comercial foram 10%.

Já as pessoas ocupadas na atividade de serviços que receberam entre um e dois salários mínimos mensais, apresentaram um índice de 46%. Nota-se que, somando as pessoas que ganharam entre menos de um salário mínimo até dois salários mínimos obtém-se uma representação de aproximadamente 76% (ver gráfico 16). Essa faixa intermediária que abrange as pessoas que receberam entre mais de dois a cinco salários mínimos só apresenta um índice de 22% por causa dos valores inferiores a cinco, pois a medida que os valores tendem a aumentar, diminui a quantidade de pessoas ocupadas que são remuneradas com tais valores. Pode-se demonstrar que os empregados que receberam valores superiores a dez salários representou apenas 1%, ver gráfico abaixo.

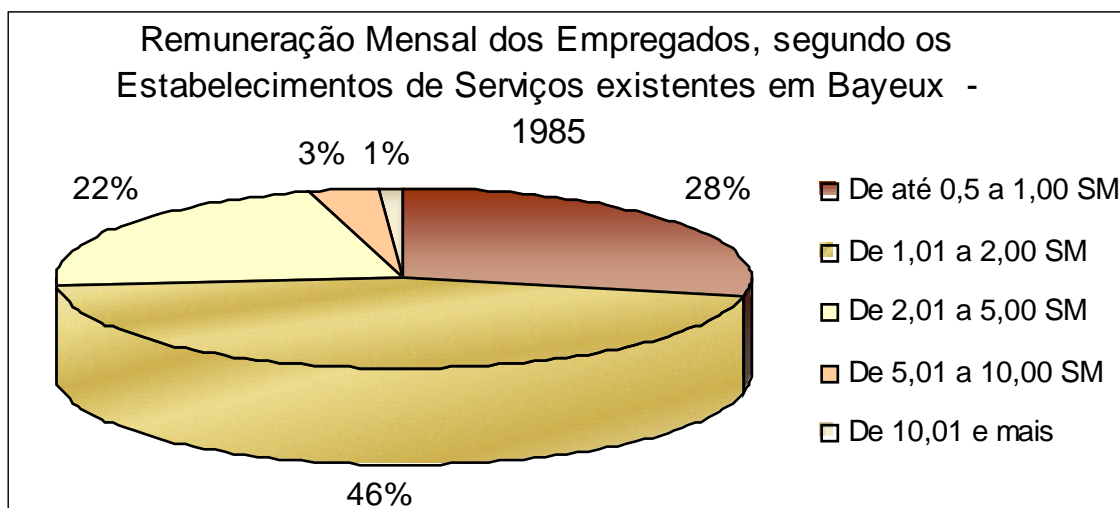


Gráfico 16: Remuneração mensal dos empregados, segundo o número de estabelecimentos de serviços existentes em Bayeux em 1985.  
Fonte: RAIS, 1985.

Em 2002, existiam 6791 empregados em todos os setores econômicos, sendo que eram 3892 no setor terciário, destas 903 pessoas estavam ocupadas na atividade comercial. De uma maneira geral, pode-se dizer que a situação muda um pouco se comparada ao ano de 1985, como é possível intuir após a leitura das linhas seguintes. A remuneração média por mês, por exemplo, passou a apresentar índices superiores de pessoas que receberam menos que um salário mínimo e no máximo um salário e meio. Apesar das novas categorias de agrupamento demonstrarem um índice de 77% (ver tabela 17), mas isso não significa que ocorreu uma valorização do trabalho. Evidenciou-se que a maior concentração da remuneração foi a maior responsável pelo alto índice, justamente por isso as pessoas que receberam entre um a dois salários mínimos totalizaram um percentual de 63%. Índice menor que do no ano de 1985, mas que ao longo de 17 anos deveria ter diminuído, já que o país passou por transformações monetárias, inclusive com a valorização da moeda.

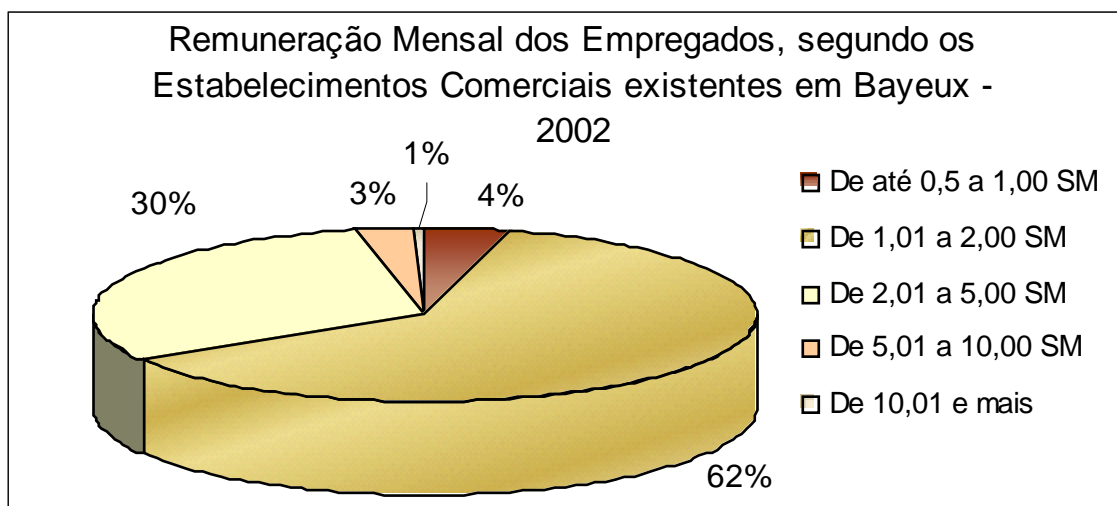


Gráfico 17: Remuneração mensal dos empregados, segundo o número de estabelecimentos comerciais existentes em Bayeux em 2002.  
Fonte: RAIS, 2002.

Em 2002, aumenta para 2989 o número de pessoas ocupadas na atividade de serviços, mas mesmo assim, evidencia-se uma situação melhor, se comparada com a realidade apontada através dos dados referentes a 1985. Contudo, a situação ainda não seria aquela que garantiria uma qualidade de vida digna. De todo modo, os índices diminuíram em relação aos empregados que receberam menos de um e até um salário mínimo (4%), mas aumentou em relação aos empregados que receberam entre um e até dois salários mínimos (53%). Elevaram-se também os índices referentes aos empregados que receberam entre dois e até cinco salários mínimos (37%), bem como, aqueles que auferiram valores entre cinco e dez, e superiores a dez salários mínimos, mas não na mesma proporção que dos primeiros valores mencionados (ver gráfico 18).

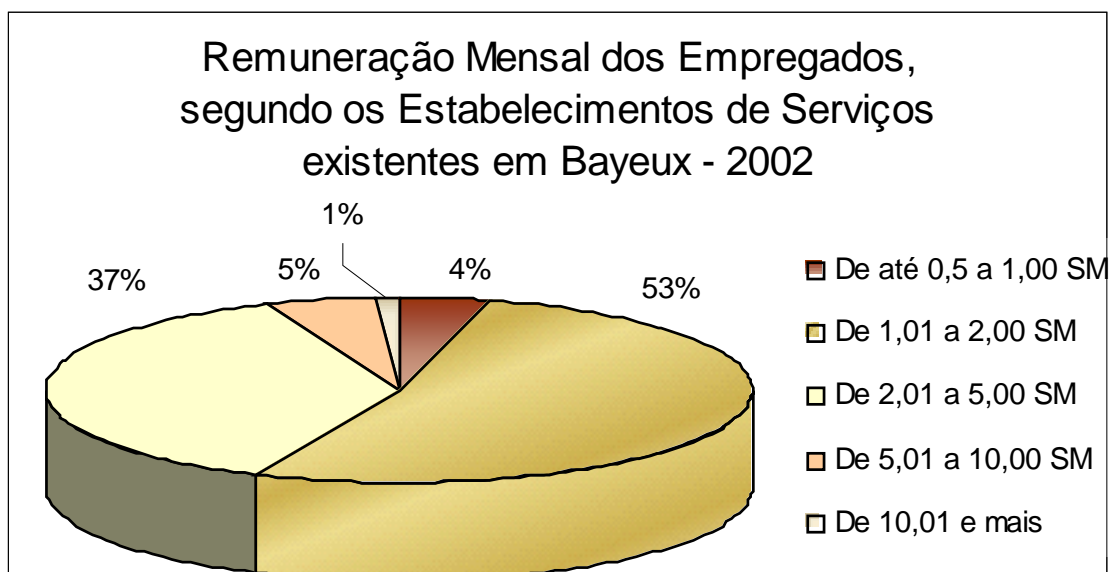


Gráfico 18: Remuneração mensal dos empregados, segundo o número de estabelecimentos de serviços existentes em Bayeux em 2002.  
Fonte: RAIS, 2002.

A realidade que os dados referentes ao setor terciário demonstram, suscitou algumas curiosidades, dentre elas pode-se dizer que, procurou-se saber se os demais setores econômicos do município de Bayeux, somados tinham capacidades de alavancar os valores relativos à remuneração das pessoas ocupadas nesse município paraibano, então foram construídos dois gráficos, um referente ao ano de 1985 e o outro referente ao ano de 2002.

No ano de 1985, apresenta-se em destaque, com 64%, as pessoas que receberam valores entre um e dois salários mínimos. O número de pessoas que não são bem remuneradas se eleva se for somado com os índices relativos aos empregados que, auferiram valores entre um salário mínimo e inferiores a esse valor, nesse caso, chegam a 77% das pessoas. Em contrapartida, as pessoas que receberam um pouco melhor, não chegaram a atingir os 23% com os salários mais altos, como por exemplo, aqueles que residem na faixa entre mais de cinco a dez e, acima de dez salários mínimos, já que, 20% é justamente o índice referente àquelas que perceberam entre mais de dois e cinco salários mínimos, e como já foi discutido, esse índice não se justifica pelos valores mais próximos a cinco salários, e sim, aos mais próximos a dois salários mínimos.

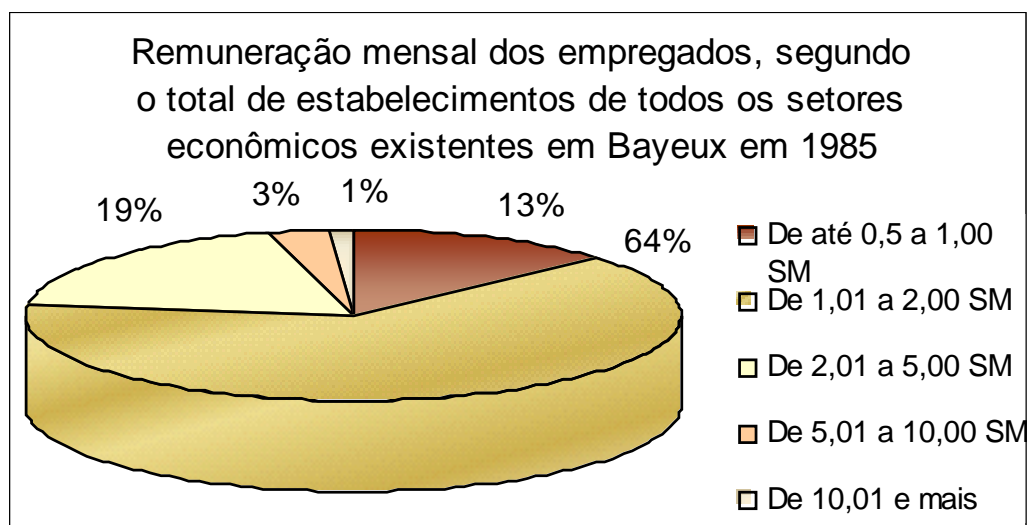


Gráfico 19: Remuneração mensal dos empregados, segundo o total de estabelecimentos de todos os setores econômicos existentes em Bayeux em 1985.  
Fonte: RAIS, 1985.

Dezessete anos mais tarde, mais especificamente no ano de 2002, observa-se que a maioria das pessoas que ganham entre mais de um e dois salários mínimos. Assim, nota-se que o número de pessoas que ganhavam entre menos de um e até um salário mínimo diminuiu, senão proporcionalmente, mas aumentaram a quantidade de pessoas que auferiram valores entre mais de dois e até cinco salários mínimos, da mesma maneira que as pessoas que receberam entre mais de cinco e até dez salários mínimos mensal (ver gráfico 20).

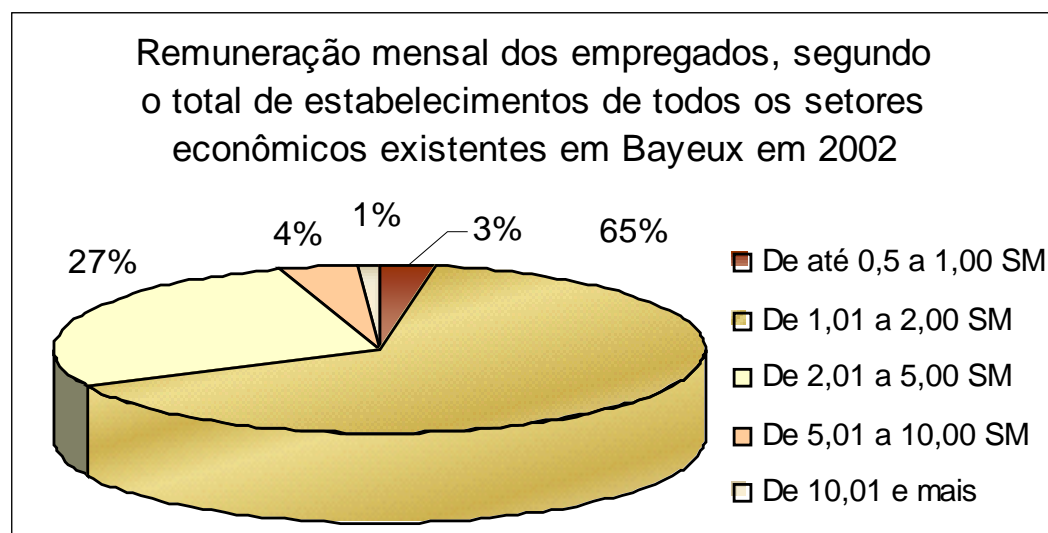


Gráfico 20: Remuneração mensal dos empregados, segundo o total de estabelecimentos de todos os setores econômicos existentes em Bayeux em 2002.  
Fonte: RAIS, 2002.

As atividades de serviços e industriais foram as principais responsáveis pelos níveis salariais mais altos, ou seja, com isso tenta se dizer que as pessoas que receberam salários mais elevados estavam ligadas esses tipos de atividades.

Outro aspecto interessante a ser analisado, diz-se respeito a faixa de idade das pessoas ocupadas no setor terciário de Bayeux. Pode-se evidenciar que não foi comprovada a existência de pessoas entre 10 e 14 anos, que são consideradas como crianças, trabalhando. A maioria dos empregados era adulta, e estava na faixa de idade entre 25 e 64 anos, em 1985. Nota-se, também que, o número de adolescentes e idosos era muito baixo, apresentando assim, respectivamente, um total de 20 e 16 pessoas. Mas ao passo que, as pessoas foram atingindo a maior idade (18 anos) o número foi aumentando, e assim, chegando a totalizar 509 pessoas (ver tabela 07).

TABELA 07:

Faixa Etária dos Empregados no Setor Terciário de Bayeux - 1985	
CRIANÇA - 10-14	0
ADOLESCENTE - 15-17	20
JOVEM - 18-24	509
ADULTO - 25-64	1933
IDOSO - 65 OU MAIS	16
Sem Informação	268
<b>Total</b>	<b>2746</b>

Faixa etária dos empregados do setor terciário de Bayeux em 1985.

Fonte: RAIS, 1985.

Em 2002, apesar de ter aumentado o número de empregados no setor terciário de Bayeux, percebe-se que a quantidade de pessoas na faixa etária entre 15 e 17 anos e de 18 a 24 anos diminuiu, e, em contrapartida o número de pessoas de 24 a 64 anos aumentou, da mesma maneira que também aumentou o número de pessoas de 65 ou mais (ver tabela 08).

TABELA 08:

Faixa Etária dos Empregados no Setor Terciário de Bayeux - 2002	
CRIANÇA - 10-14	0
ADOLESCENTE - 15-17	6
JOVEM - 18-24	439
ADULTO - 25-64	3417
IDOSO - 65 OU MAIS	30
<b>Total</b>	<b>3892</b>

Faixa etária dos empregados do setor terciário de Bayeux em 2002.

Fonte: RAIS, 2002.

Além da faixa etária, viu-se também como deu-se a participação dos homens e das mulheres no setor terciário de Bayeux, nos anos de 1985 e 2002, no qual se obteve o seguinte resultado. Em 1985, a participação dos homens nesse setor foi de aproximadamente 70%, enquanto que as mulheres representavam apenas 39,87% do total das pessoas ocupadas. Em 2002, ocorreu quase que uma inversão total, a participação dos homens caiu para 29,95%, em detrimento do crescimento percentual de 60,13% de mulheres participando do setor terciário. Assim, no gráfico abaixo vê-se que as duas primeiras barras estão relacionadas ao ano de 1985, e as duas barras seguintes correspondem ao ano de 2002.

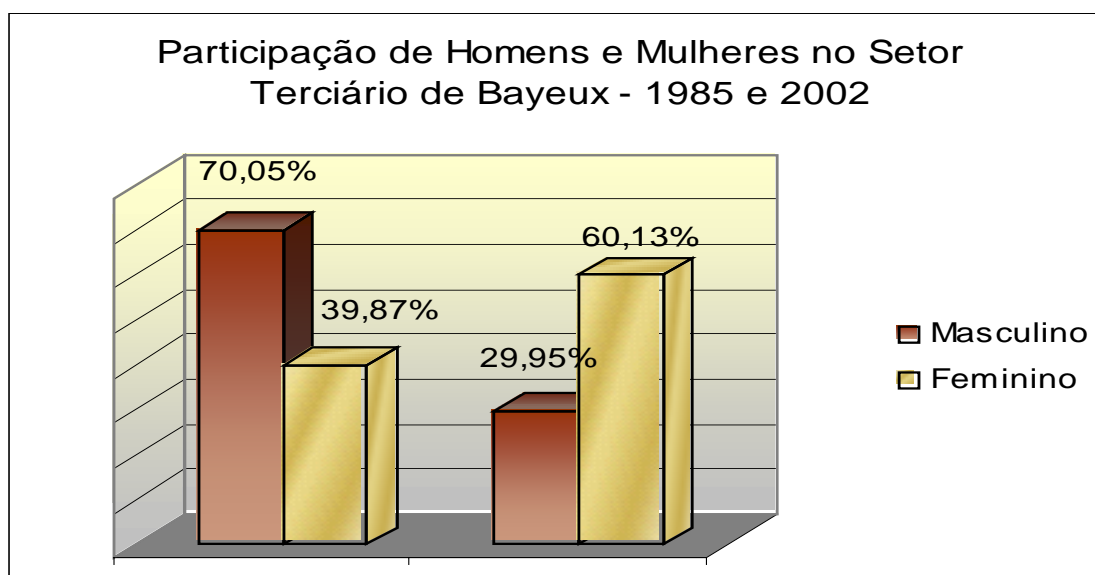


Gráfico 21: Comparação da Participação de homens e mulheres no setor terciário de Bayeux nos anos de 1985 e 2002.  
Fonte: RAIS. 1985. 2002.

Esse aumento na atuação das mulheres no setor terciário chama a atenção, de modo que se tenta demonstrar qual foi a atividade responsável por tal mudança. E assim, desdobra-se os dados e verifica-se aqueles referentes a atividade comercial. Inicialmente, nota-se que em 1985 a participação da mulher nesta atividade já era bastante representativa, 77,52%, em oposição a 82,59% de homens. Já em 2002, a participação das mulheres apresenta uma queda brusca para algo igual a 22,48%, mas a participação dos homens também cai, e atinge índices inferiores ao referente das mulheres, ficando com 17,41%, como demonstra o gráfico 22.

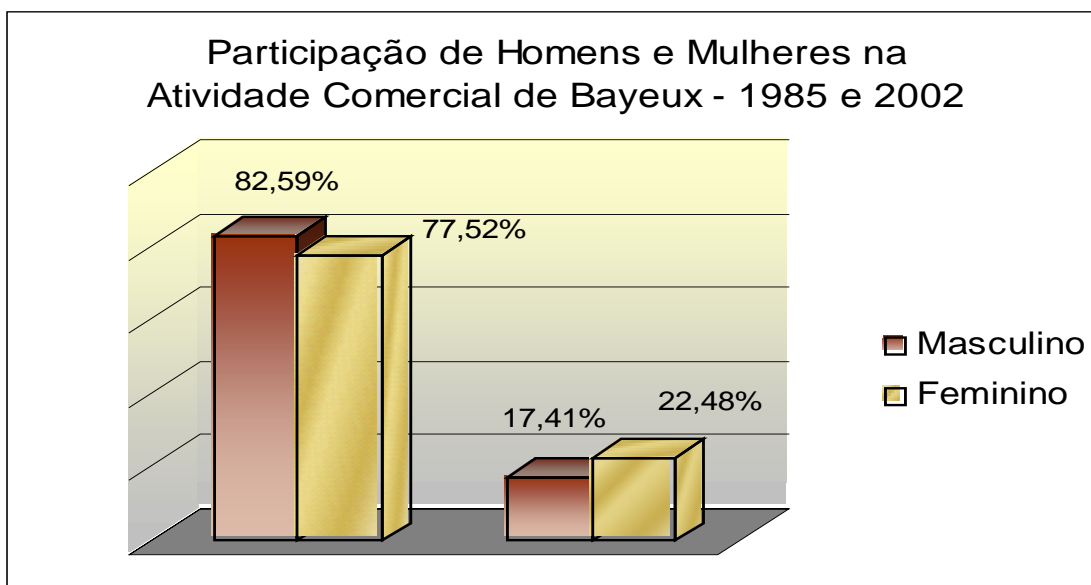


Gráfico 22: Comparação da Participação de homens e mulheres na atividade comercial de Bayeux nos anos de 1985 e 2002.

Fonte: RAIS, 1985, 2002.

Sabe-se que a atividade comercial contribuiu com o aumento na participação feminina no setor terciário, mas nem de longe se compara com o que aconteceu na atividade de serviços. Em 1985, os homens eram os mais atuantes nesta atividade, apresentando um índice de 66,41%, enquanto que as mulheres apareceram com 28,51%. Contudo, foi no ano de 2002 que evidenciou-se uma virada, e as mulheres passaram a dominar essa atividade representando assim, 71,49% das pessoas ocupadas, enquanto que os homens apresentaram índices de 33,59% (ver gráfico 23).

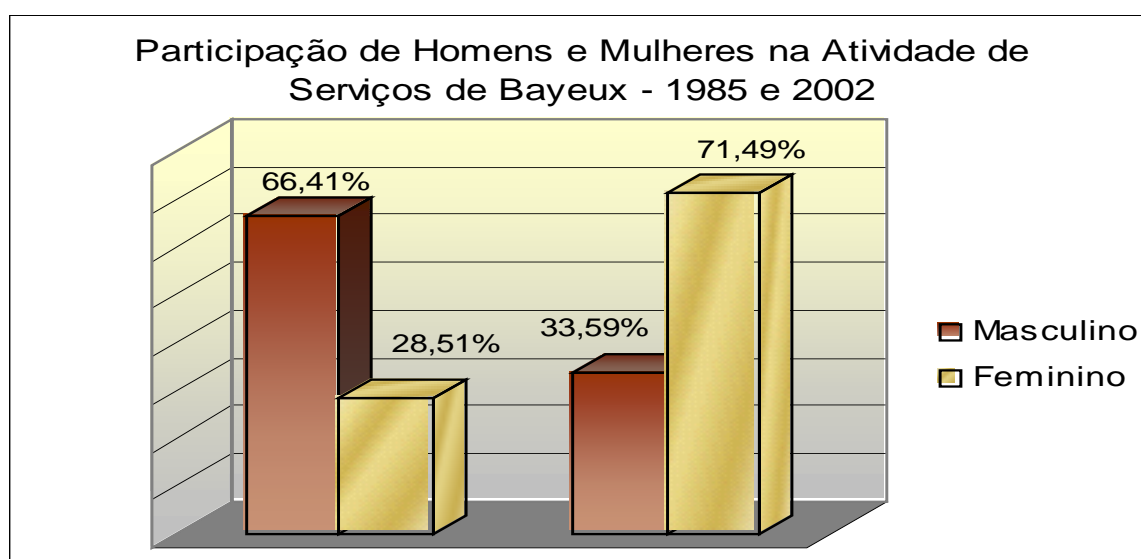


Gráfico 23: Sexo das pessoas ocupadas na atividade de serviços em 1985 e 2002.

Fonte: RAIS, 1985, 2002.

Essas mudanças relacionadas ao aumento da participação das mulheres nas atividades terciárias é algo que alguns autores, a exemplo, Oliveira (1978), Lipietz (1988) e Mandel (1982) haviam evidenciado em suas obras. Eles ressaltam também que esse fato causou profundas transformações não só no mercado de trabalho, mas também na expansão e produção de um capital comercial. Haja vista que, novos equipamentos domésticos e a difusão dos seus usos intensificaram-se a partir dessa inserção.

A jornada de trabalho de 45,43% das pessoas ocupadas no setor terciário foi entre vinte e uma e trinta horas semanais, e de 45,22% foi entre 41 e 44 horas semanais no ano de 2002. Ao agregar 6,19% das pessoas que trabalham entre 31 e 40 horas semanais, tem-se que 96,84%, ou seja, quase 100% das pessoas trabalham no mínimo 20 e no máximo 44 horas semanais, como demonstra o gráfico 24.

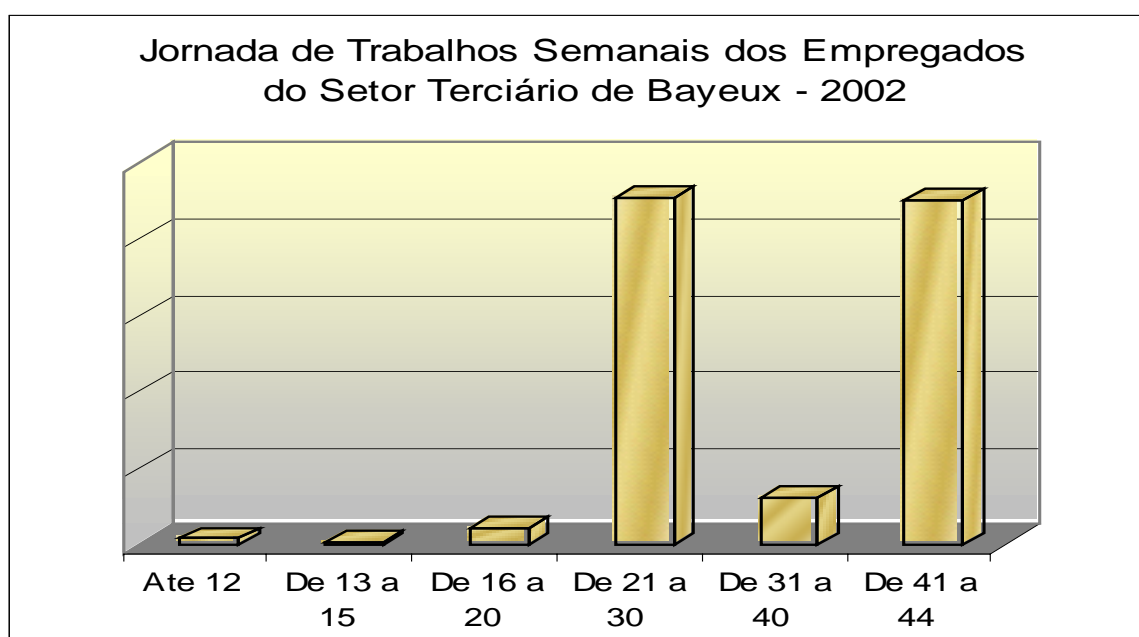


Gráfico 24: Jornada de trabalho dos empregados, segundo o total de horas trabalhadas no setor terciário de Bayeux em 2002.

Fonte: RAIS, 2002.

O tempo de permanência das pessoas empregadas no setor terciário variou muito. Para se ter idéia 31%, no ano de 2002, estavam trabalhando a mais de 120 meses, o que corresponde mais de dez anos. Os demais variaram muito como demonstra o gráfico abaixo.

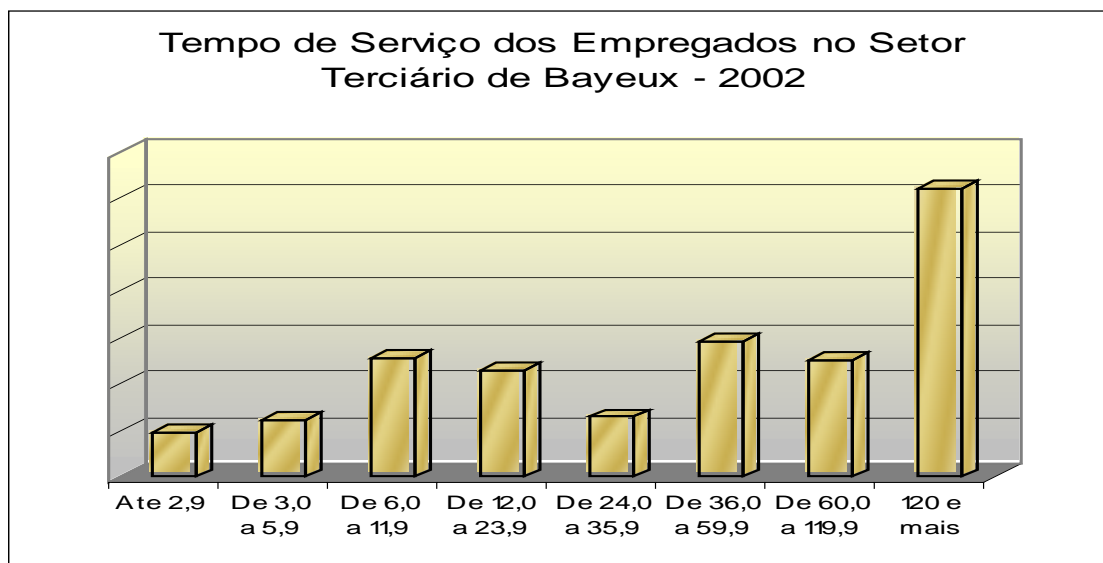


Gráfico 25: Tempo de serviço dos empregados, segundo os meses de permanência no setor terciário de Bayeux em 2002.

Fonte: RAIS, 2002.

O setor terciário de Bayeux apresentou, no ano de 2002, uma diversidade de profissões que estão ligadas ou a atividade comercial ou a atividade de serviços. As profissões foram relacionadas ao grau de instrução necessária para a execução das mesmas, assim, têm-se aquelas que exigem a obtenção de um nível superior, aquelas que requerem um nível médio, e as outras que não estão ligadas necessariamente a nenhum grau de instrução.

De uma maneira bem geral, pode-se afirmar que de acordo com esta classificação apenas 7,30% das profissões terciárias de Bayeux são de nível superior. Assim, 39,31% das pessoas apresentaram profissões com um nível médio de exigência que se pode relacionar ao ensino médio ou técnico. E 49,85%, “não precisaram”, necessariamente comprovar seu grau de instrução para desempenhar suas funções (ver em anexo a relação das profissões).

O tipo do vínculo dos empregados com o estabelecimento do setor terciário de Bayeux, segundo os dados da RAIS, referente ao ano de 2002, pode ser subdivididos em cinco tipos, quais sejam: 1. Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado, que no referido ano representou 56,22%; 2. Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, com um índice de 43,68% dos empregados; 3. Servidor público não-efetivo (demissível *ad nutum* ou admitido por legislação especial, não regido pela CLT), com apenas 0,05%; 4.

Trabalhador temporário, regido pela Lei nº. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, (0,03%) e; 5. Contrato de trabalho por tempo determinado, regido pela Lei nº. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nº. 9.849, de 26 de outubro de 1999, com 0,03% do total de empregados vinculados aos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux.

O capital brasileiro é utilizado por 99,95% dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux, isso significa que esta é a principal fonte mantedora. No entanto, apesar de ser um pequeno percentual, percebe-se que o capital estrangeiro iniciou a sua atuação localmente neste setor, este índice representa 0,03% e sua origem é portuguesa e, mais 0,03% é de origem boliviana.

Especialmente, os estabelecimentos do setor terciário espalham-se por todo município, mas há uma concentração e diversificação nos quatro eixos de circulação (Av. Liberdade, Av. Engenheiro de Carvalho, Av. Francisco Marques da Fonseca e Av. Marechal Rondon), ver mapa 6.

Segundo os dados da JUCEP, 53% dos estabelecimentos voltados às atividades de serviços se concentram nestes eixos de circulação, enquanto 47% se distribuem pelo restante do município (ver gráfico 26).

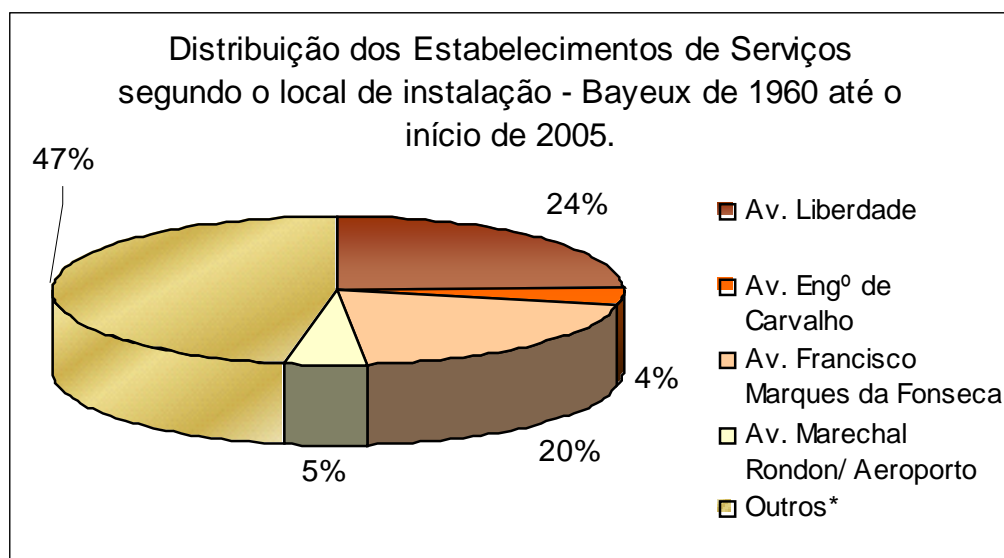
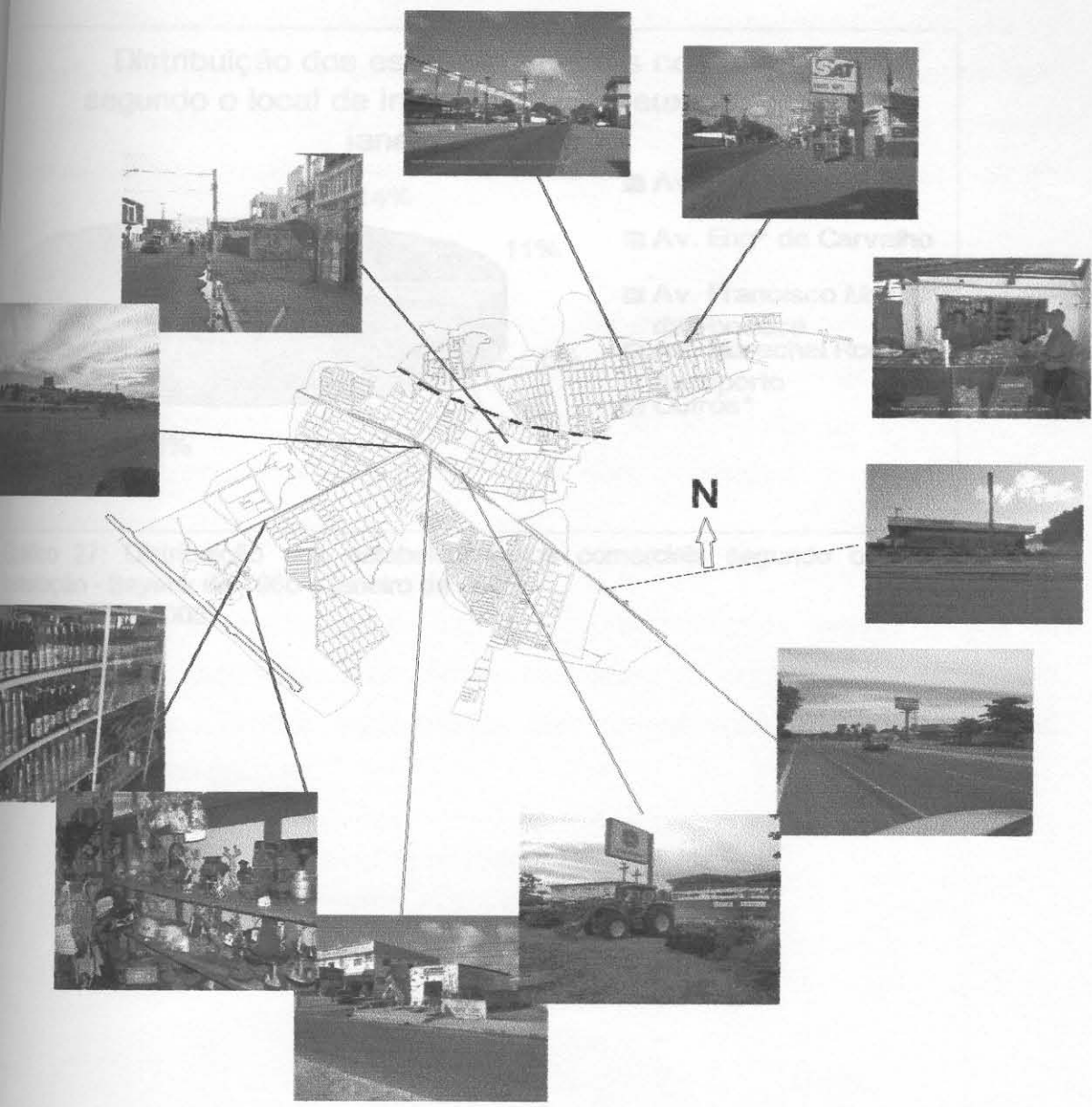


Gráfico 26: Distribuição dos estabelecimentos de serviços segundo o local de instalação - Bayeux de 1960 ao primeiro mês do ano de 2005.  
Fonte: JUCEP, janeiro de 2005.

# Estabelecimentos terciários: concentração e diversidade nos eixos de circulação de Bayeux - PB



ESCALA: 1: 81400

E por fim, tem-se que 34% dos estabelecimentos estão voltados à atividade comercial, e que também se distribuem ao longo dos eixos de circulação, como demonstra o gráfico 27.

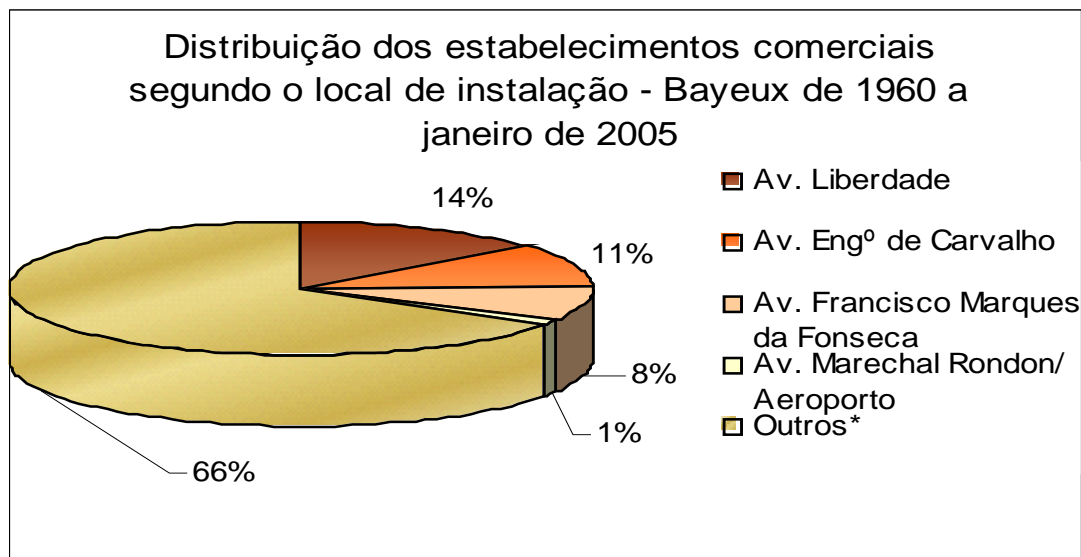


Gráfico 27: Distribuição dos estabelecimentos comerciais segundo o local de instalação - Bayeux de 1960 a janeiro de 2005.

Fonte: JUCEP, 2005.

#### 4.2- O setor terciário informal de Bayeux-PB desvendado a partir da pesquisa de campo

Sabe-se assim, que os eixos de circulação são representativos para os estabelecimentos do setor terciário, e por isso, definiu-se que seria importante que as empresas investigadas fossem as que estão localizadas nessas quatro avenidas (Liberdade, Engenheiro de Carvalho, Marechal Rondon e Francisco Marques da Fonseca).

A amostra foi composta por 161 estabelecimentos do setor terciário, sendo que, 86 estabelecimentos estão voltados à atividade comercial e, 75 a atividade de serviços. Através dos mapas 7, 8, 9 e 10, pode-se identificar as respectivas localizações dos estabelecimentos. No momento da pesquisa, as empresas foram escolhidas aleatoriamente, ou seja, a amostra foi composta tanto por estabelecimentos formais quanto informais.

Assim, os números revelam a existência de mais de 76% de estabelecimentos informais, contra 22% de estabelecimentos formais e, 2% de estabelecimentos, cujo informante afirmou não saber da existência ou não de um cadastro junto aos órgãos responsáveis pela formalização da empresa, como demonstra o gráfico 28.

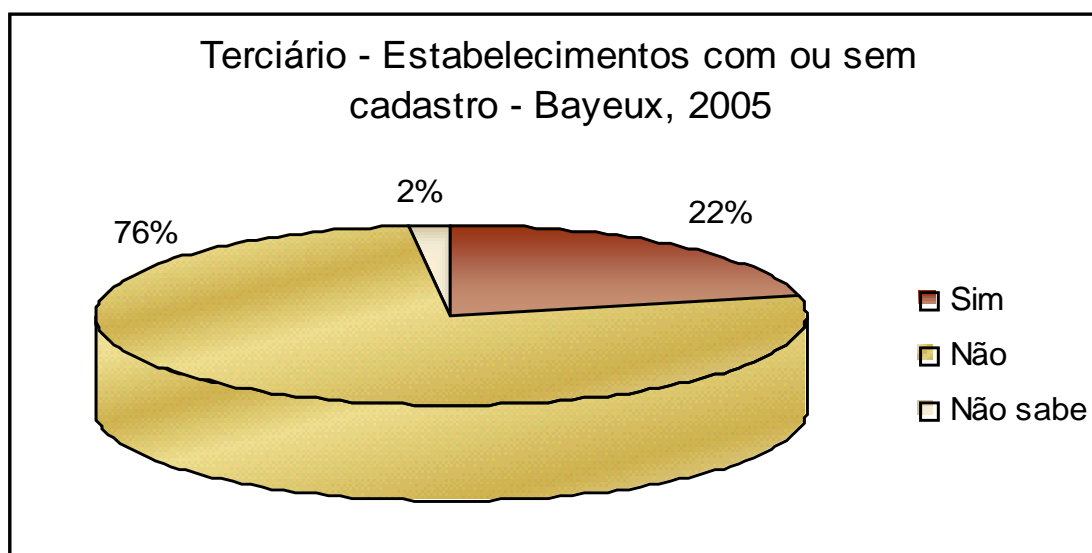


Gráfico 28: Estabelecimentos do setor terciário de Bayeux que compôs a amostra da pesquisa de campo em 2005.

Fonte: Pesquisa de campo, de 31 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005.

## Mapa 7:

# Estabelecimentos entrevistados localizados na Avenida Liberdade - Bayeux - PB

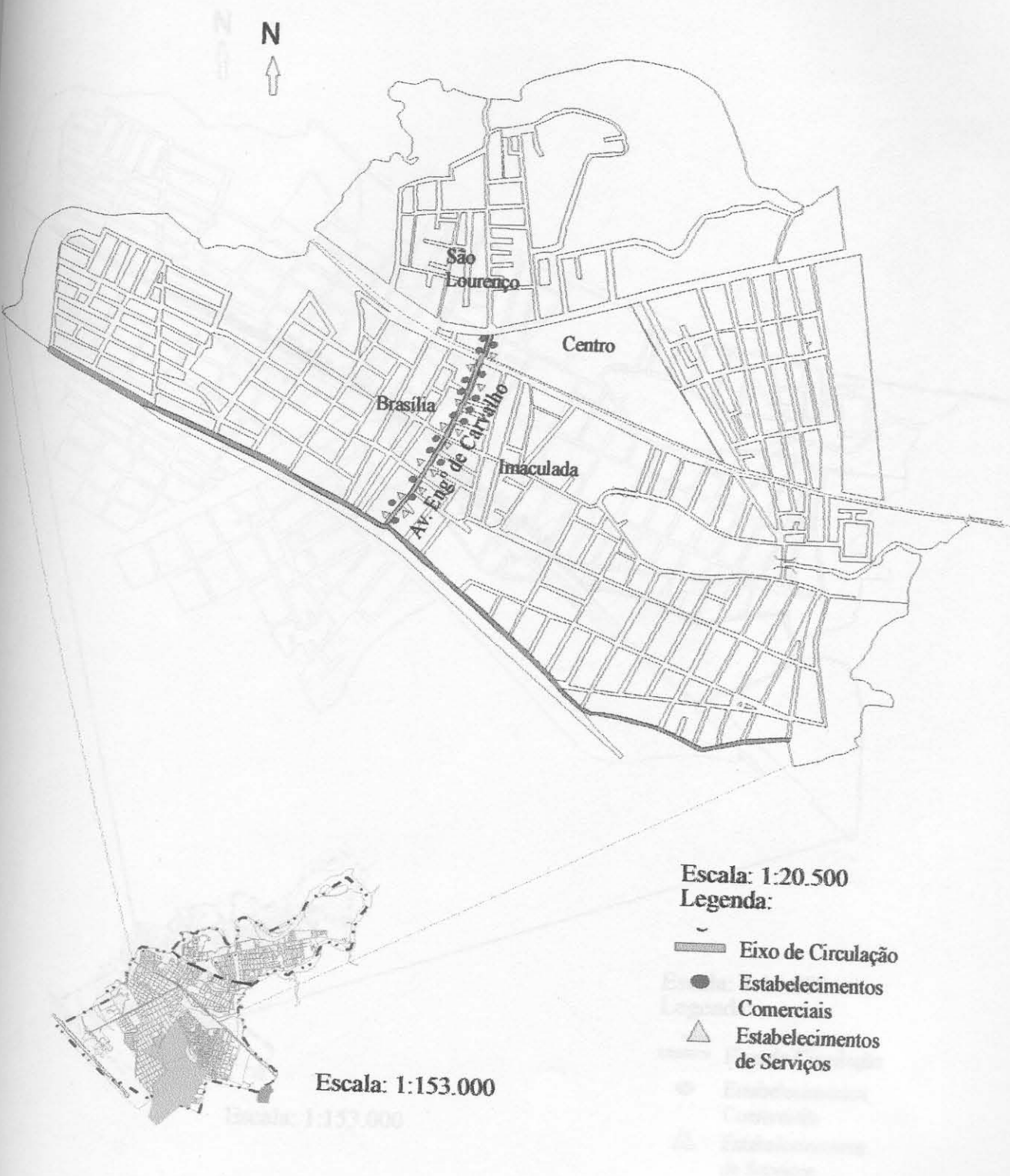


Elaboração: Ricélia Maria Marinho da Silva

Fonte: Pesquisa de campo: Bayeux/PB – dezembro de 2004 a janeiro de 2005.

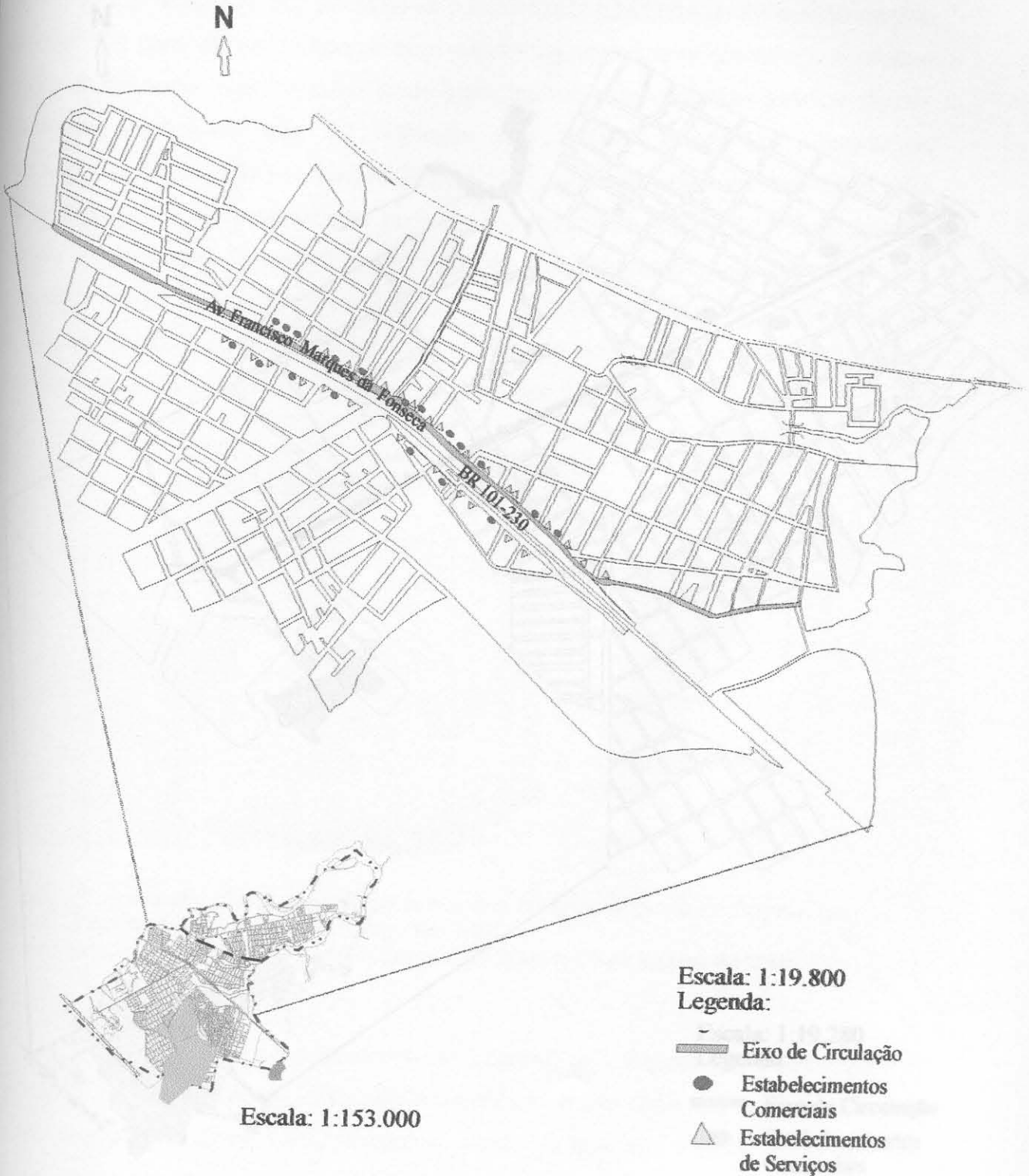
Mapa 8:

Estabelecimentos entrevistados, localizados na Avenida Engenheiro de Carvalho - Bayeux - PB



Elaboração: Ricélia Maria Marinho da Silva  
 Fonte: Pesquisa de campo: Bayeux/PB – dezembro de 2004 a janeiro de 2005.

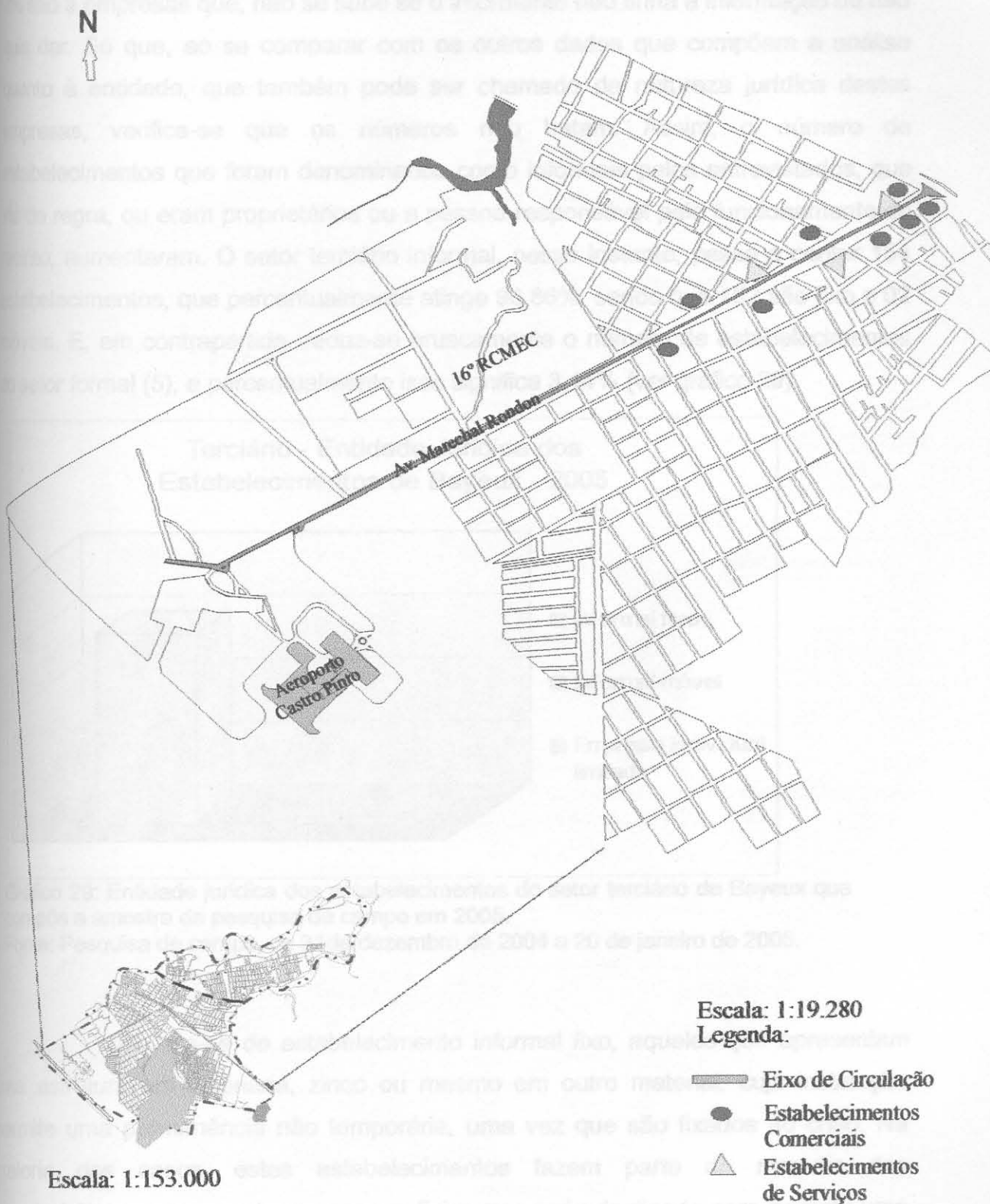
Estabelecimentos entrevistados, localizados na Avenida Francisco Marques da Fonseca às margens da BR 101/230 - Bayeux - PB



Elaboração: Ricélia Maria Marinho da Silva  
Fonte: Pesquisa de campo: Bayeux/PB – dezembro de 2004 a janeiro de 2005.

## Mapa 10:

## Estabelecimentos entrevistados, localizados na Avenida Marechal Rondon - Bayeux - PB



Elaboração: Ricélia Maria Marinho da Silva

Fonte: Pesquisa de campo: Bayeux/PB – dezembro de 2004 a janeiro de 2005.

O índice de 76% representa numericamente 123 empresas do setor terciário informal, e respectivamente, 22% significa 35 estabelecimentos formais e, 2% são 3 empresas que, não se sabe se o informante não tinha a informação ou não quis dar. Só que, ao se comparar com os outros dados que compõem a análise quanto à entidade, que também pode ser chamado de natureza jurídica destas empresas, verifica-se que os números não batem. Assim, o número de estabelecimentos que foram denominados como informais pelos entrevistados, que via de regra, ou eram proprietários ou a pessoa responsável pelo funcionamento do recinto, aumentaram. O setor terciário informal, nesse instante, passa a conter 154 estabelecimentos, que percentualmente atinge 96,86%, sendo que 152 são fixo e 02 móveis. E, em contrapartida, reduz-se bruscamente o número de estabelecimentos do setor formal (5), e percentualmente isso significa 3,14% (ver gráfico 29).

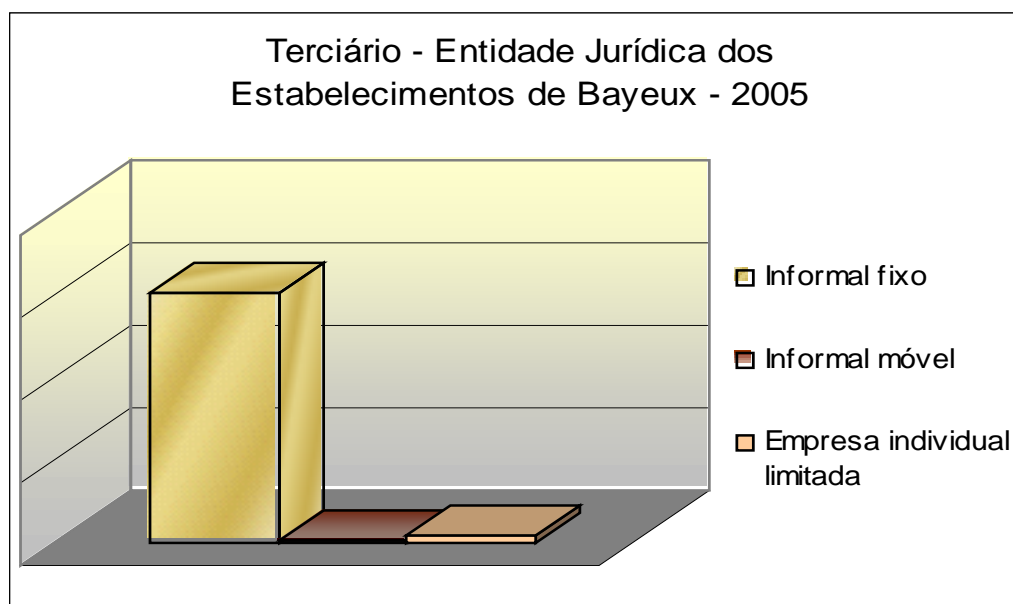


Gráfico 29: Entidade jurídica dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux que compôs a amostra da pesquisa de campo em 2005.

Fonte: Pesquisa de campo, de 31 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005.

Chama-se de estabelecimento informal fixo, aqueles que apresentam uma estrutura em alvenaria, zinco ou mesmo em outro material, cuja instalação permite uma permanência não temporária, uma vez que são fixados ao chão. Na maioria dos casos, estes estabelecimentos fazem parte da moradia dos proprietários, ora ocupando um espaço físico que seria destinado para garantir uma maior comodidade, como por exemplo, os terraços ou áreas de frente das casas, ora ocupando o espaço que inicialmente era destinado para a própria casa, e nesses

casos, a casa dá lugar ao estabelecimento indo então para o fundo do terreno ou mesmo para um anexo construído na parte superior. Ou até mesmo estes ocupam locais de uso comum, como as calçadas, principalmente, locais de circulação de pedestres e automóveis, como ruas que tenham hospitais, escolas e paradas dos transportes coletivos (ver figuras 5, 6 e 7).

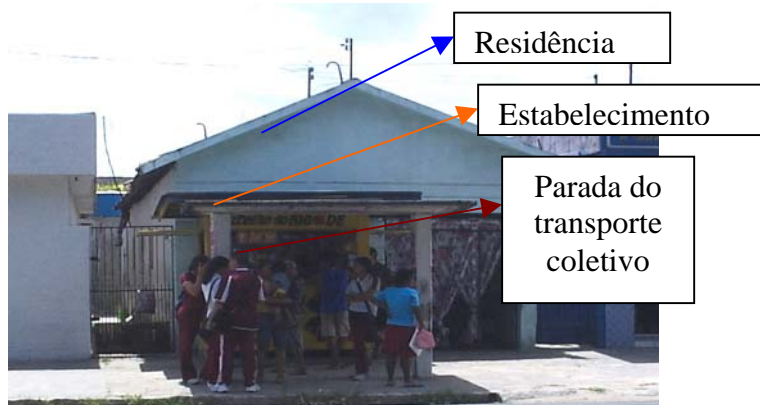


Figura 5: Estabelecimento do setor terciário informal disputando o espaço com uma parada de ônibus. Fonte: Pesquisa de campo – Bayeux, 15 de dezembro de 2004.

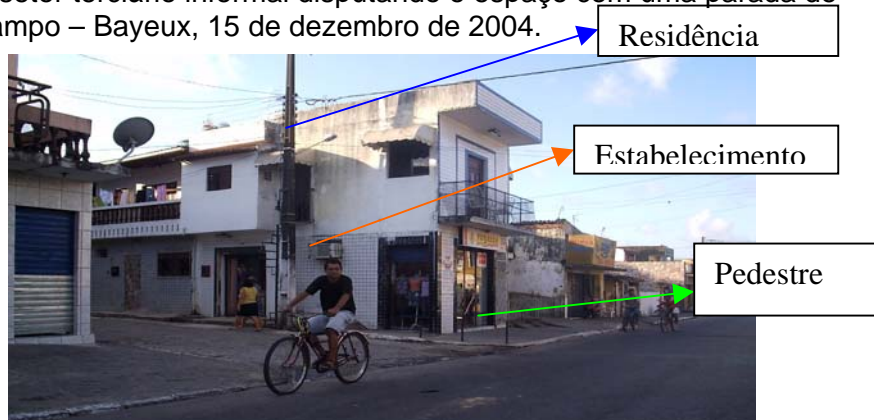


Figura 6: Estabelecimento do setor terciário informal construído na mesma estrutura do local de residência. Fonte: Pesquisa de campo – Bayeux, 15 de dezembro de 2004.



Figura 7: Estabelecimento do setor terciário informal ocupando a calçada e os pedestres andando sobre a via pública.

Fonte: Pesquisa de campo – Bayeux, 15 de dezembro de 2004.

Já os estabelecimentos móveis são aqueles cuja instalação possibilita uma permanência temporária, como exemplo pode-se citar, os carrinhos de churrasquinho, de *hot-dog*, de bombons ou de outros produtos, que permanecem até um certo horário do dia ou da noite, no local de comercialização ou prestação de serviços. Geralmente, sua localização também é em área de circulação de pessoas e automóveis, que pode ser em frente das casas, ou nas praças, clubes, escolas, entre outros (ver figura 8 e 9).



Figura 8: Estabelecimento móvel localizado num espaço público destinado a realização de uma festa popular em Bayeux – PB.

Fonte: Pesquisa de campo – Bayeux, 20 de dezembro de 2004.



Figura 9: Estabelecimento móvel guardado num local improvisado em frente à residência do proprietário em Bayeux – PB.

Fonte: Pesquisa de campo – Bayeux, 20 de dezembro de 2004.

a um

Os tipos de estabelecimentos variam muito (ver anexo), da mesma maneira que o gênero das atividades. É bem verdade que há um gênero que se destaca e, este é o da alimentação (37,89%). Em segundo lugar, encontram-se os transportes com 20,50%, este é um gênero diversificado, abrangendo desde equipamentos mais pesados e de utilização específica como os tratores, até os mais leves e de utilização popular como as bicicletas, como é possível identificar na tabela 9.

TABELA 9:

<b>Gênero de atividade</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
<i>Alimentação:</i>	61	37,89
<i>Saúde:</i>	13	8,07
<i>Pessoal:</i>	33	20,50
<i>Transportes (tratores, automóveis, motos e bicicletas):</i>	21	13,04
<i>Construção e utilidade doméstica:</i>	15	9,32
<i>Outros:</i>	18	11,18
<b>Total:</b>	<b>161</b>	<b>100,00</b>

Gênero de atividade dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux.

Fonte: Pesquisa de campo, de 31 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005.

Com relação aos rendimentos desse setor, 62,11% dos proprietários estão satisfeitos, e 24,22% não estão satisfeitos. As pessoas que não estão satisfeitas alegaram vários aspectos, como se pode evidenciar através da transcrição da fala de algumas pessoas que não quiseram ser identificadas: “porque o nosso ramo de atividade é específico, e Bayeux não dá bons negócios, por isso estamos mudando pra Mamanguape” (sem identificação); “aqui tem pouco movimento, porque o povo não tem dinheiro” (sem identificação); “a matéria-prima está muito cara, aí o lucro vai embora” (sem identificação); “a concorrência aumentou de mais” (sem identificação); “hoje em dia as pessoas preferem comprar um produto novo do que consertar” (sem identificação); “o local aqui não é bom” (sem identificação); “o mundo está difícil de viver” (sem identificação); “os lucros só dá pra cobrir as despesas” (sem identificação); “a prefeitura não paga em dia, então as pessoas não compram” (sem identificação). Apenas 13,66% não quis responder, a maioria alegando não ter informações sobre este assunto, devido a dificuldade de contabilizar os ganhos.

Os ganhos de 38,51% dos estabelecimentos são divididos entre a reposição de mercadoria ou material de trabalho e a manutenção da família. Assim, 20,50% dos proprietários afirmaram que os ganhos dos estabelecimentos só

garantem a reposição das mercadorias ou material de trabalho. E, 11,18% afirmaram que o que ganha só dá para manter a família. O mesmo índice, 11,18% do total dos proprietários se recusaram a responder essa questão. Enquanto que, o restante dos proprietários, apresentaram respostas diversas, tais como: 6,21% além de repor as mercadorias e manter a família, também pagam os funcionários; 4,25% repõem as mercadorias e pagam os funcionários; 3,72%, com o que ganha têm condições de repor as mercadorias, manter a família e efetuar pagamentos de despesas burocráticas; 1,86% tem condições de apenas investir na ampliação do estabelecimento; 1,24% faz apenas o pagamento dos funcionários; e, 1,24% gastam o que ganham com as despesas pessoais de maneira individualizadas.

Quanto ao valor estimado da receita, para o ano de 2004, nota-se que quase 25% dos estabelecimentos arrecadaram no máximo por mês, um valor próximo a 450 reais. Perceberam valores entre 450 e 830 reais ao mês 11,80% dos estabelecimentos, e valores entre 830 e 4116 reais, 12,42%, como demonstra detalhadamente a tabela seguinte:

TABELA 10:

<b>Valor estimado da receita no ano de 2004, (em Reais):</b>		
	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
0 a 500	15	9,32
501 a 1000	13	8,07
1001 a 5000	40	24,84
5.001 a 10.000	19	11,80
10.001 a 50.000	20	12,42
50.001 a 100.000	8	4,97
101.000 a mais	8	4,97
não respondeu/não sabe	38	23,60
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>100,00</b>

Valor estimado da receita dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux.  
Fonte: Pesquisa de campo, de 31 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005.

Os estabelecimentos do setor terciário informal funcionam como empresas individuais e familiares. Praticamente, não existem cooperativas. Para ser mais exato, 95,03% dos estabelecimentos não são cooperativas, enquanto apenas, 4,97% funcionam com essa identidade.

O poder público local, segundo a opinião de 91,30% dos proprietários nunca propôs nenhum tipo de melhorias para o setor terciário, nem mesmo

promoveu qualquer tipo de reunião com as pessoas ocupadas nessas atividades. Na opinião dos proprietários a prefeitura poderia ajudar o setor terciário de diversas maneiras, tais como: administrar melhor os recursos internos; fazer convênios com os proprietários de estabelecimentos; diminuir a burocracia para poder aumentar o número de estabelecimentos cadastrados; divulgar através dos meios de comunicação os estabelecimentos; doar pontos fixos de venda; incentivar exposições em feiras de negócios fora do estado da Paraíba; promover mais segurança, promover cursos e concentrar as atividades na avenida Liberdade; ceder terrenos públicos e em contrapartida aumentar o nº de emprego ficando a empresa na incumbência de só contratar pessoas moradoras de Bayeux; empréstimo ou financiamento e, incentivo fiscal; construir quiosques em praças públicas; promover eventos; criação de um distrito mecânico; promover palestras com o SEBRAE para dar orientação aos microempresários; formar cooperativas; reformar o estabelecimento em troca de serviços voltados para a comunidade; comprar no próprio município, pois o material utilizado na prefeitura e até mesmo fora dela vem de outras cidades, como João Pessoa, por exemplo; não atrasar o pagamento do funcionários públicos municipal; incentivar as pessoas a procurarem os comércios e serviços na própria cidade; investir nas atividades de serviços e/ou no comércio; incentivar aos pequenos negócios; padronizar os estabelecimentos; melhorar a aparência do lugar e; construir um *shopping center*.

Mais de 60% dos proprietários afirmaram que se fosse construído um *shopping center* em Bayeux, a situação do setor terciário melhoraria. Essa melhora é no sentido de aumentar a circulação de pessoas de outros municípios, de outros estados, e até mesmo de outros países (já que o aeroporto da capital está instalado nesse município) comprando e procurando os serviços locais.

A participação de homens e mulheres no setor terciário informal se dá da seguinte maneira: do total dos proprietários dos estabelecimentos tem-se que, 42,24% são mulheres, e que, 57,76% são homens.

A escolaridade desses proprietários varia entre pessoas que nunca estudaram e pessoas que concluíram o nível superior. No entanto, a quantidade de pessoas que nunca estudaram pode ser considerada baixa, já que não passam de 8,07%. Mas se forem contabilizadas em conjunto com as pessoas que estudaram até a primeira fase do fundamental, esse índice sobe para 15,52%. Essa taxa é relativamente igual a dos proprietários que terminaram o ensino médio. Apesar de

21,12% dos informantes não terem disponibilizado esse dado, mas percebe-se que ultrapassa os 13% o número de pessoas que terminaram algum curso de nível superior (ver tabela 11).

TABELA 11:

Escolaridade do proprietário		
	Absoluto	%
fundamental primeira fase completo	4	2,48
fundamental primeira fase incompleto	8	4,97
fundamental segunda fase completo	11	6,83
fundamental segunda fase incompleto	23	14,29
ensino médio completo	25	15,53
ensino médio incompleto	15	9,32
superior completo	22	13,66
superior incompleto	6	3,73
Não sabe ou não respondeu	34	21,12
nunca estudou	13	8,07
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>100,00</b>

Escolaridade dos proprietários dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux.

Fonte: Pesquisa de campo, de 31 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005.

A informação referente à remuneração foi uma das mais difíceis de ser resgatada, assim obteve-se um elevado índice quanto aos proprietários que não concordaram em responder, e assim, muitos afirmaram que não sabiam devido à dificuldade de contabilização, que já foi mencionado anteriormente. No entanto, 20% responderam que percebem mensalmente entre mais de um e dois salários mínimos, como demonstra o gráfico 30.

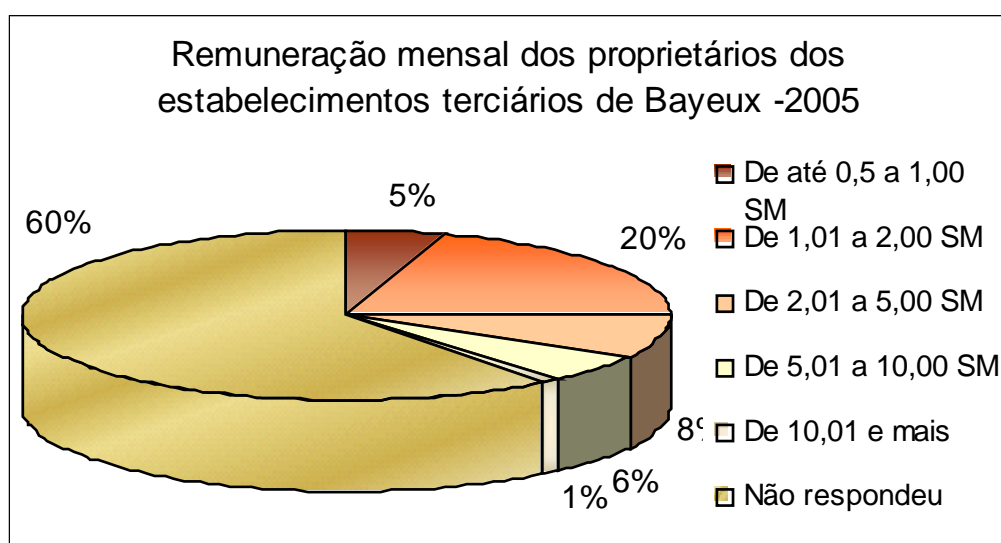


Gráfico 30: Remuneração mensal dos proprietários dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux.

Fonte: Pesquisa de campo, de 31 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005.

Dos 161 estabelecimentos do setor terciário informal, 47,83% possuem pessoas empregadas, 6,83% além de ter empregados têm também outras pessoas ajudando, e, 45,34% não têm empregados. Perguntou-se aos proprietários que afirmaram não ter empregados em seu estabelecimento, se existia alguém da família ajudando, e assim, dos 84 estabelecimentos, 59,52% dos proprietários disseram que sim, e 40,48% disseram que não. Geralmente, as pessoas da família que ajudam são: o cônjuge, os(as) filhos(as), filhos(as) e o cônjuge, as(os) irmãs(os) , os(as) sobrinhos(as), as(os) sogras(os), entre outros familiares, e, as(os) amiga(os).

A quantidade de pessoas trabalhando ou ajudando nos estabelecimentos, no período entre 1995 e 2004, variou muito. Ou seja, nesse período 67,08% dos estabelecimentos permaneceram com a mesma quantidade de pessoas, mas 23,60% diminuíram seu contingente, enquanto que 9,32% dos estabelecimentos aumentaram a quantidade de pessoas ocupadas.

O número de empregados e/ou ajudantes, em 94,41%, dos estabelecimentos varia entre uma e dez pessoas, o que reforça mais ainda a existe e predominância das microempresas no município de Bayeux. Seguida da pequena empresa que, reflete a realidade nacional, mas, não ultrapassa os cinco por cento do total dos estabelecimentos existentes.

TABELA 12:

<b>Número de empregados/ ajudantes:</b>		
	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
de 1 a 10 pessoas	152	94,41
de 11 a 20 pessoas	5	3,11
de 21 a 50 pessoas	3	1,86
de 51 a 100 pessoas	1	0,62
de 101 a 500 pessoas	0	0,00
de 501 a mais pessoas	0	0,00
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>100,00</b>

Número de empregados e/ou ajudantes nos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux.

Fonte: Pesquisa de campo, de 31 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005.

Dos empregados e/ou ajudantes das atividades que compõem o setor terciário informal de Bayeux, 21%, não são remunerados, mas agrupados a esse índice estão também as respostas dos proprietários que afirmaram que não gostariam de responder, 29% recebem entre até meio salário mínimo a um salário mínimo, e, 48% recebem entre mais de um e dois salários mínimos. Apenas 2% percebem salários superiores a dois e iguais a cinco. Os demais valores, ou seja, superiores a cinco salários mínimos não foram mencionados por nenhum dos proprietários ou responsável pelo estabelecimento (ver gráfico 31).

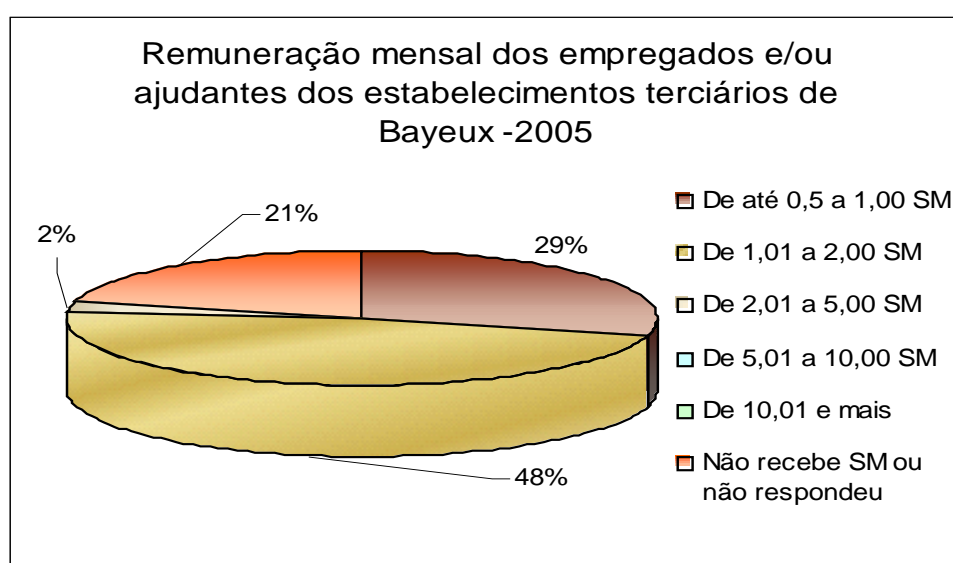


Gráfico 31: Remuneração mensal dos empregados e/ou ajudantes dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux.

Fonte: Pesquisa de campo, de 31 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005.

Os empregados e/ou ajudantes, na maioria dos casos, por não terem vínculos legais com o estabelecimento, não dispõem de benefícios sociais, que fazem parte dos direitos dos trabalhadores. Assim, 81,37% dos estabelecimentos não disponibilizam nenhum tipo de benefício social; 13,66% oferecem vale transporte; 1,86% doa cestas básicas mensalmente e; 1,24% contribui regularmente com o INSS, assegurando ao trabalhador o direito a uma aposentadoria futura. Os demais, se somados, não chegam a 2%, e correspondem aqueles que disponibilizam vale transporte, vale alimentação e plano de saúde, agregando dois ou os três itens citados (ver tabela 13).

TABELA 13:

<b>Benefício Social:</b>		
	Absoluto	%
nenhum	131	81,37
vale transporte	22	13,66
INSS	2	1,24
tickets alimentação	1	0,62
cesta básica	3	1,86
vale transporte e vale alimentação	1	0,62
vale transporte, vale alimentação e plano	1	0,62
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>100,00</b>

Benefício social dos empregados e/ou ajudantes dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux.

Fonte: Pesquisa de campo, de 31 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005.

A escolaridade dos empregados e/ou ajudantes, percentualmente é mais elevada do que a dos proprietários, apesar de também serem altos os índices de estágios educacionais que não foram concluídos, e em contrapartida, de serem baixos os graus relacionados ao nível superior de ensino. Nota-se que, atualmente, há uma preocupação maior por parte dos proprietários em contratar, ou mesmo ter a ajuda de uma mão-de-obra mais qualificada. A qualificação, via de regra, está relacionada com o grau de escolaridade de um indivíduo, como se pode visualizar através da tabela 14.

TABELA 14:

<b>Escolaridade dos empregados:</b>		
	Absoluto	%
fundamental primeira fase completo	9	5,59
fundamental primeira fase incompleto	11	6,83
fundamental segunda fase completo	31	19,25
fundamental segunda fase incompleto	38	23,60
ensino médio completo	21	13,04
ensino médio incompleto	17	10,56
superior completo	2	1,24
superior incompleto	3	1,86
nunca estudou	1	0,62
Não sabe ou não respondeu	28	17,39
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>100,00</b>

Escolaridade dos empregados e/ou ajudantes dos estabelecimentos do setor terciário de Bayeux.

Fonte: Pesquisa de campo, de 31 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005.

Sabe-se que, diante das novas exigências configuradas no âmbito do mercado de trabalho, faz-se mister uma atualização freqüente da mão-de-obra, assim quando questionados sobre a necessidade de se promover cursos de capacitação para as pessoas ocupadas no setor terciário informal de Bayeux, 45,34% disseram que teriam interesse nos cursos de capacitação; 37,27% afirmaram que não; 3,73% não souberam opinar e; 13,66% preferiram não responder.

Quanto aos cursos de interesse, foram destacados: administração; atendimento e organização; artesanato com material reciclado; bolos artísticos; computação; confeitaria; corte e costura; cozinha e restaurante; direção defensiva voltada ao manuseio de gás; eletricitista; estética e beleza; farmácia; forro trabalhado; fotógrafo; gestão e noções de vendas; mecânica; pintura; relações humanas e capacitação; técnico em enfermagem; técnico em som; técnicas de vendas e marketing; qualquer curso ligado ao ramo de atividade; qualquer curso profissionalizante; qualquer curso ligado à atividade mecânica; qualquer curso profissionalizante ministrado pelo SEBRAE e; qualquer curso ministrado pelo SENAI.

Apesar de mais de 45% dos proprietários responderem que teriam interesse em capacitar melhor a sua mão-de-obra, mas apenas 13,04% já ofereceram alguma vez essa oportunidade aos seus empregados e/ou ajudantes. Enquanto que 68,94% nunca ofereceram e, 18,01% não quiseram responder.

E, finalmente, 71,43% dos empregados e/ou ajudantes residem no município de Bayeux, enquanto que 25,47% residem em outro município do estado da Paraíba. Os municípios citados foram: Santa Rita, Rio tinto e João Pessoa. Apenas dois estabelecimentos (1,24%) contam com todas as pessoas que trabalham no município de Bayeux, mas são residentes de João Pessoa. E, 1,85% não respondeu. É importante frisar que aparentemente a relação entre os proprietários e os empregados e/ou ajudantes não aparentam grandes conflitos, uma vez que, 40,37% dos proprietários afirmaram não ter qualquer tipo de problema com relação à mão-de-obra ocupada. A falta de qualificação ocupou o segundo lugar dos itens mais citados pelos proprietários, como demonstra a tabela 15.

TABELA 15:

<b>Problemas quanto a mão-de-obra?</b>		
	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
falta de qualificação	42	26,09
falta simpatia na hora do atendimento	4	2,48
falta de motivação para o trabalho	1	0,62
falta de experiência	3	1,86
furtos de pequenos valores	1	0,62
irresponsabilidade	2	1,24
Nenhum	65	40,37
Não tem empregado, nem ajudante	25	15,53
Não soube responder	17	10,56
intrigas entre cooperados com ciúmes da liderança	1	0,62
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>100,00</b>

Dificuldades de operacionalização dos estabelecimentos devido à mão-de-obra ocupada do setor terciário de Bayeux.

Fonte: Pesquisa de campo, de 31 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005.

## **5- Considerações Finais**

Do exposto, considera-se que a produção do espaço urbano de Bayeux se deu a partir da interação de vários elementos, tais como: a proximidade com a capital do Estado da Paraíba; o processo de êxodo rural que ocorreu no período após os anos 70; o momento áureo vivenciado pelo plantio da cana-de-açúcar e; a oferta de terras e moradia a preços mais baixos do que se tinha em João Pessoa ou em Santa Rita.

Contudo a (re)produção do espaço urbano de Bayeux intensifica-se com a implantação de capital fixo, que são, na verdade, as infra-estruturas implantadas, como exemplo, pode-se citar a ponte Sanhauá. Só após essa construção é que o município de Bayeux consegue atrair a instalação de empresas voltadas à atividade industrial. Essas indústrias de médio porte foram as principais responsáveis pelas construções das vilas operárias, além de servirem de atrativos para a instalação de empresas voltadas às atividades de serviços e comerciais.

Segue-se o modelo de industrialização brasileiro e assim como aconteceu na maioria dos casos do país, as indústrias se modernizam ou mesmo não conseguem acompanhar esse momento e fecham suas portas ou reduz-se o número de pessoas ocupadas. Essas pessoas, por sua vez, ingressam em outros setores econômicos e, no caso do município de Bayeux, vão para o terciário, como bem demonstrou os dados da RAIS, referentes à quantidade de pessoas ocupadas nos setores econômicos do município de Bayeux, no período entre 1985 e 2002.

Apesar de toda a atenção por parte dos representantes nacionais, governamentais ou não, como foi historicamente demonstrada, o setor industrial não consegue sustentar um novo modelo econômico, como afirma alguns autores, dentre eles Pochman (2001). Paralelamente, viu-se também que o papel do Estado variou ao longo do tempo, “refletindo geralmente a natureza e a intensidade das modificações ocorridas no interior do processo de acumulação de capital” (POCHMAN, 2001, p.12), que irá se refletir na divisão socio-espacial do trabalho, bem como, no mundo do trabalho.

O mundo do trabalho passa a ser norteado intensivamente pelas desigualdades. O número de pessoas a procura de trabalho aumenta muito e valor auferido diminui cada vez mais.

Em Bayeux, no ano de 1985, mais de 70% das pessoas estavam ocupadas na atividade comercial do setor terciário. Esse mesmo contingente recebeu como pagamento pela sua força de trabalho valores entre: menos de meio salário mínimo (na moeda corrente) e dois salários mínimos.

Com o passar do tempo, em 2002, a situação é ainda mais grave. Na mesma atividade, esse índice que era de 70%, em 1985, sobe para aproximadamente 80%. É bem verdade que o número de pessoas ocupadas também aumentou, confirmando o modo capitalismo de operacionalizar o salário pago. O que fica claro é que o trabalho perde seu valor de 1985 para 2002.

A atividade de serviços, em 1985, remunerou de maneira muito baixa as pessoas ocupadas, pois somando as pessoas que ganharam entre menos de um salário mínimo até dois salários mínimos, obtém-se uma representação de aproximadamente 76%. E se forem contabilizadas as pessoas que receberam mensalmente entre menos de um salário mínimo a quatro salários mínimos, chega-se a um índice de 92%.

Os outros setores econômicos do município de Bayeux não são suficientes para alavancar os valores salariais das pessoas ocupadas. Em plena época de crises econômicas e inflação elevadíssima, no ano de 1985, 77% das pessoas auferiram valores entre menos de um e até dois salários mínimos. O que permite a afirmação de que nesse município os empregados não foram bem remunerados.

Em 2002, a realidade não está tão diferente, mesmo sabendo que houve mudanças na economia brasileira, inclusive com a implantação de uma nova moeda corrente, que tinha como prenúncio a valorização da moeda e o aumento do poder aquisitivo. Não se questiona aqui se esses trabalhadores aumentaram ou não seu poder de compra, pois sabe-se que as maneiras de implantação do crédito também sofreram alterações. Questiona-se sim se esses valores salariais, percebidos pela maioria das pessoas ocupadas nos setores econômicos de Bayeux e em particular

no setor terciário, são o suficiente para garantir uma qualidade de vida digna para a pessoa ocupada e sua família. Acredita-se que não, logo, considera-se que os empregados continuam sendo mal remunerados pelo seu trabalho.

Em 1985, a faixa etária das pessoas que trabalhavam no setor terciário variou entre no mínimo 15 anos e no máximo mais de 65 anos de idade, da mesma maneira do que aconteceu no ano de 2002. Só que, em 2002, diminuiu a quantidade de pessoas na faixa etária entre 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos. Ou seja, supõe-se que o ingresso dos jovens ao primeiro emprego, apesar de existir Programas específicos de incentivo (PROGER, dentre outros), não está sendo fácil.

Para ser mais exato, o dado referente a como são feitas as admissões revelaram que, no ano de 2002, apenas 11,59% das pessoas ocupadas obtiveram o primeiro emprego neste setor. Mais 11,56% foram pessoas que já haviam trabalhado e 76,31% não tinham conseguido o emprego naquele ano, o restante são resultados de remanejamento e se somados não chegam a 1%. Disso pode-se pensar que os jovens de Bayeux não estão sendo inseridos no mercado de trabalho e, mais especificamente, no setor terciário, ainda que isso esteja acontecendo tardiamente.

As mudanças no mercado de trabalho brasileiro apontam também para uma inserção das mulheres no mundo do trabalho. Atividades que antes eram exercidas só por homens, cada vez mais vem sendo desempenhadas também pelas mulheres. Isso fica visível quando se analisa o dado relativo à participação por sexo dos trabalhadores do setor terciário de Bayeux. Em 1985, a participação dos homens nesse setor foi de aproximadamente 70%, enquanto que as mulheres representavam apenas 39,87% do total das pessoas ocupadas. Já em 2002, ocorreu quase que uma inversão total, a participação dos homens caiu para 29,95%, em detrimento do crescimento percentual de 60,13% de mulheres participando do setor terciário.

O setor terciário requer muitas horas de trabalho das pessoas ocupadas, em média pode-se afirmar que cerca de 96,84% dessas pessoas trabalham no mínimo 21 horas e no máximo 44 horas semanais.

Viu-se que apenas 6,81% das profissões das pessoas ocupadas no setor terciário de Bayeux são de nível superior, seguido de 43,85% das pessoas

apresentaram profissões com um nível médio de exigência que se pode relacionar ao ensino médio ou técnico e 49,85% “não precisaram”, necessariamente comprovar seu grau de instrução para desempenhar suas funções. Com isso, pode-se afirmar que existe uma pequena parcela de pessoas ocupadas no setor terciário de Bayeux, que podem estar desempenhando atividades ligadas ao setor terciário avançado, ou mesmo, segundo a teoria dos circuitos da economia urbana de Santos (2004a), estas poderiam estar inseridas no circuito superior. Enquanto isso, 43,85% estaria no terciário intermediário e quase 50% estariam no circuito inferior ou no terciário inferior ou tradicional.

O capital estrangeiro esta lentamente adentrando no setor terciário de Bayeux. Em 2002, foi constatado a existência de dois estabelecimentos, um que tinha a participação do capital português e outro boliviano.

Apesar de vislumbrar a existência de novas formas de reprodução do capitalismo e conseqüentes mudanças nas maneiras de organização das unidades produtivas e relações de trabalho, nota-se também que práticas arcaicas se mantêm ao longo da história de formação do mercado de trabalho brasileiro e do setor terciário, como exemplo pode-se citar a permanência de práticas distintas no mesmo local como o auto-emprego e o trabalho exercido sem a licença adequada prevista por Lei, como é o caso dos estabelecimentos ilegais ou informais.

O setor terciário informal é o responsável pela garantia de existência das pessoas ocupadas e suas famílias. E assim, confirma-se o fato destes setores transformarem-se num “lugar de abrigo” àqueles que não tinham opção e que ao mesmo tempo atuaram como agentes e dependentes do capitalismo.

O setor terciário informal de Bayeux foi identificado na pesquisa de campo como o responsável por 96,86% dos estabelecimentos. Estes estabelecimentos são montados ou construídos com materiais diversos, ou seja, vai desde o zinco e alumínio até a alvenaria.

Geralmente o espaço da moradia é cedido para dar lugar ao ponto do estabelecimento. E a residência do proprietário passa a ser algo improvisado, a mensagem dessa prática deixa claro que há algo mais relevante do que o bem-estar

e o conforto da família, que no caso seria a possibilidade de garantir as necessidades básicas, tais como: se alimentar e alimentar a família.

A alimentação é tão importante que eles acabam vendendo ou prestando serviços ligados a esse gênero de atividade. O maior percentual apresentado é justamente o de atividade de gênero alimentício, com 37,89% dos estabelecimentos.

Apesar dos rendimentos dos estabelecimentos serem baixos, os proprietários se dizem satisfeitos, pois o que ganha dá para a manutenção familiar e a reposição das mercadorias ou materiais que estejam ligados à prestação dos serviços oferecidos.

Foi interessante identificar que apesar das pessoas enfrentarem muitas dificuldades, principalmente a financeira, que em sua essência se repete, e na qual a saída é uma só, que seria a melhor maneira de organizar-se para trabalhar, e assim, ser inserido nos modos capitalistas de reprodução, elas não se organizam conjuntamente, ou seja, o número de cooperativas existentes no município de Bayeux é muito pouco.

Por um lado, notou-se que muitas pessoas esperam que o poder público local apresentem alguma proposta de funcionamento, inclusive alguns afirmaram que gostariam que a prefeitura montasse uma cooperativa e que o estabelecimento dele fosse inserido.

Por outro lado, percebe-se que os representantes do poder público local não têm interesse em traçar planos estratégicos que visem incorporar os estabelecimentos informais em busca de ajudá-los a conseguir melhores condições de vida. Teve-se o conhecimento de que na última gestão, que encerrou seu pleito em Janeiro de 2005, não foi desenvolvido nenhum tipo de projeto voltado para o setor terciário, segundo o depoimento dos proprietários.

A quantidade de proprietários que são do sexo masculino é um pouco maior do que os de sexo feminino. Quando questionados sobre o valor da receita dos estabelecimentos e da remuneração dos proprietários e dos empregados, estes ficaram desconfiados. Pois apesar de haver uma certa esperança de ajuda por parte da prefeitura, ao mesmo tempo os proprietários ficam amedrontados com a

possibilidade do poder público vir a cobrar algo deles, por isso alguns não deram respostas, supondo que os pesquisadores eram ligados funcionalmente à prefeitura.

Esse fato foi justificado quando se percebeu que no setor terciário informal, 20% dos proprietários responderam que recebem mensalmente entre mais de um e dois salários mínimos e 48% dos empregados recebem entre mais de um e dois salários mínimos.

A qualificação é outro aspecto que está diretamente relacionado com a escolaridade das pessoas e, nesse caso, tanto os proprietários quanto os empregados não apresentaram bons níveis.

Tem-se certeza então que o sistema “S”, que foi implantado a partir da década de 40 no Brasil, é uma grande referência para as pessoas ocupadas no setor terciário. Na verdade, ele foi citado como ideal para promoção de cursos de capacitação de mão-de-obra, em particular destacou-se o SEBRAE e o SENAI, ressaltando assim a importância que foi a implantação dos sistemas “S” aqui no Brasil.

Pode-se afirmar que 94,41% dos estabelecimentos terciários apresentam no máximo 10 pessoas ocupadas, isso ajuda a revelar o porte da empresa e, nesse caso, mesmo não sendo legalizada, pode-se verificar que o porte é microempresa, assim como foi o caso dos estabelecimentos do setor terciário formal.

Tanto no setor terciário formal quanto no informal as características da maioria dos estabelecimentos são justamente aquelas apresentadas pelo circuito inferior da economia urbana. Por enquanto, o circuito inferior é a concreta realidade e a inserção no circuito superior dos estabelecimentos para essa maioria maciça faz parte dos sonhos e delírios individuais.

Essa inserção tímida do capital estrangeiro não é o suficiente para alavancar a situação de todos. E mais, na verdade, acredita-se que a presença dessas empresas tende a reforçar a já existente diferenciação espacial oriunda da distribuição socio-econômica e geográfica das atividades. Fato esse que tem como principal elemento de diferenciação a condição humana de ser um produtor ou apenas um consumidor.

Por fim, considera-se que, ao se estudar o setor terciário do município de Bayeux, algumas contradições são desvendadas. Essas contradições são as principais responsáveis pela estruturação do processo urbano, que acabam por causar transformações no modo de vida das pessoas. Uma vez que o processo urbano encontra-se articulado às práticas cotidianas e ao espaço (que é condição, meio e produto da reprodução social), os temas abordados conjuntamente neste trabalho acabam apontando para um entendimento do processo de construção do mundo moderno.